

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MARCELO TAVARES**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA  
FEDERAL DO PARANÁ**

**DISSERTAÇÃO**

**PATO BRANCO  
2016**

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CÂMPUS PATO BRANCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARCELO TAVARES

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA  
FEDERAL DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO  
2016

MARCELO TAVARES

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA  
FEDERAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlice Rubin-Oliveira  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovanna Pesarico

PATO BRANCO

2016

T231i Tavares, Marcelo.  
Internacionalização da educação superior: estratégias e ações da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná / Marcelo Tavares. -- 2016.  
162 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Marlize Rubin Oliveira  
Coorientadora: Profa. Dra. Giovanna Pesarico  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,  
PR, 2016.  
Bibliografia: f. 143 – 159.

1. Ensino superior. 2. Política pública. 3. Planejamento estratégico. I.  
Oliveira, Marlize Rubin, orient. II. Pesarico, Giovanna, coorient. III.  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD (22. ed.) 330

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Câmpus Pato Branco  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 86**

### **Título da Dissertação**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA  
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

### **Autor**

**Marcelo Tavares**

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia vinte e cinco de fevereiro de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Drª Marilize Rubin Oliveira – UTFPR  
Orientadora

Profª Drª Maria Estela Dal Pai Franco - UFRGS  
Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos – UTFPR  
Examinador

Profª Drª Giovanna Pezarico - UTFPR  
Examinadora

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos  
Vice-Coordenador do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

*Dedico esta dissertação à minha amada família.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência dedicados ao mestrado.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlize Rubin-Oliveira e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovanna Pezarico, orientadoras, pelos ensinamentos, paciência e dedicação no desenvolvimento dessa dissertação, bem como dos conselhos que levarei para toda a vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR Câmpus Pato Branco, pelos ensinamentos e incentivos.

Aos professores, Dr<sup>a</sup>. Maria Estela Dal Pai Franco e Dr. Gilson Ditzel Santos, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Aos colegas e amigos do mestrado, em especial à Jucilene de Souza Stunpf, Jaqueline Menegazzo Franceschetto, Fabiane Grike, Josieli Soares dos Santos, Adriana Maria Avila, Andreia Scariot Beulke e Roberto Carlos Bianchi, pelas conversas e compartilhamento de dúvidas e angústias.

À Elize Bertella e Claudia Cristina Piacentini, pelo apoio e estímulo em mais essa etapa de minha vida.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos entrevistados, pela disponibilidade e fornecimento dos dados para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos que contribuíram de alguma forma nessa caminhada.

***“Onde o conhecimento está apenas num homem, à monarquia se impõe. Onde está num grupo de homens, deve fazer lugar à aristocracia. E quando todos têm acesso às luzes do saber, então vem o tempo da democracia” (Victor Hugo).***



## RESUMO

TAVARES, Marcelo. **Internacionalização da Educação Superior: Estratégias e Ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2016. 162p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

A presente dissertação está inserida no campo de investigação da internacionalização da educação superior e teve como objetivo geral analisar as estratégias e ações de internacionalização da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *lócus* da pesquisa. O estudo buscou estabelecer o contexto atual no qual a internacionalização está inserida, bem como contextualizar a problemática de pesquisa apresentando definições, conceitos, razões e estratégias vinculadas à dimensão internacional. Ainda, apresenta um contexto histórico da internacionalização da Educação Superior no Brasil e atuais políticas públicas relacionadas a temática em questão. Esta pesquisa utilizou-se da análise de conteúdo para analisar documentos institucionais (Planos de Desenvolvimento Institucional (2004-2017) e Relatórios de Gestão (2000-2014)); entrevistas semiestruturadas (Diretor de Relações Internacionais, Coordenador de programas e ações referentes à mobilidade de estudantes, Chefe do Departamento de Educação e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação); informações atinentes a temática no site da universidade e eventos realizados nos Câmpus da Instituição. Os dados foram analisados mediante os procedimentos prescritos para esse tipo de análise com estabelecimento de três categorias: concepções, estratégias e ações. Ante o exposto, em termos de sínteses, pôde-se compreender que ampliar a participação da UTFPR no cenário internacional sempre esteve ligado às políticas e metas da instituição, contudo sem um plano político institucional sistematizado com objetivos, estratégias e metas estabelecidas. Em se tratando da concepção de internacionalização da UTFPR percebeu-se que a temática ganhou atualmente mais enfoque e maior abrangência na Instituição. Nesse âmbito, o Programa Ciência Sem Fronteiras contribuiu para tanto, dando maior visibilidade à UTFPR no cenário mundial. A partir de então, estratégias e ações específicas estão sendo desenvolvidas buscando a internacionalização na perspectiva institucional, dos servidores, da expansão da mobilidade, na maior visibilidade da Instituição no cenário internacional, na integração regional, bem como fomento à internacionalização na universidade. De forma geral, a gestão da internacionalização na Instituição não possui um projeto formalizado, mas possui estratégias e ações pontuais buscando sua ampliação. Desse modo, o processo de internacionalização na UTFPR apresenta-se em fase incipiente, com estratégias e ações buscando ampliar a dimensão internacional na Instituição que assumem importância singular para sua expansão e consolidação.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Educação Superior. Universidade. Estratégias. Ações.

## ABSTRACT

TAVARES, Marcelo. **Internationalization of Higher Education: Strategies and Actions of Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 2016. 162p. Dissertation – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

The present dissertation is inserted in the internationalization of the university-level education research field and aimed to analyze the strategies and internationalization actions of the Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), locus of research. The study sought to establish the current context in which the internationalization is inserted and contextualize the research problematic presenting definitions, concepts, reasons and strategies linked to an international dimension. It also presents a historical context of the internationalization of Brazil and current public policies related to this topic. This research used content analysis to analyze institutional documents (Institutional Development Plans (2004-2017) and Management Reports (2000-2014)); semi-structured interviews (Director of International Relations, Coordinator of programs and actions related to the mobility of students, Head of the Department of Education and Dean of Research and Graduate Studies); information pertaining to the theme from the university's website and events held in the Campus of the institution. Data were analyzed using the procedures prescribed for this type of analysis with the establishment of three categories: concepts, strategies and actions. Based on the foregoing, in terms of synthesis, could be understood that increasing the participation of UTFPR on the international scene has always been linked to the institution's policies and goals, yet without an political institutional plan without objectives, strategies and goals established systematically. In the case of the conception of the internationalization of UTFPR it was realized that the theme currently gained more focus and greater coverage in the institution. In this context, Ciência Sem Fronteiras program contributed to, giving greater visibility to UTFPR on the world stage. From then on, specific strategies and actions are being developed in seeking internationalization under institutional perspective, of the servers, the expansion of mobility, and greater visibility of the institution in the international arena, regional integration and promotion of internationalization at the university. Overall, the management of internationalization in the institution does not have a formal project, but has specific strategies and actions seeking their expansion. Thus, the process of internationalization in UTFPR presents itself in an early stage, with strategies and actions seeking to expand the international dimension in the institution who takes singular importance to its expansion and consolidation.

**Keywords:** Internationalization. University-level education. University. Strategies. Actions.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categorias de Análise da Dissertação .....	28
Figura 2: Percurso Metodológico.....	29
Figura 3: Localização dos 13 Câmpus da UTFPR .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos Institucionais Analisados .....	25
Quadro 2: Entrevistas Realizadas .....	25
Quadro 3: Motivações E Fases Da Internacionalização .....	59
Quadro 4: Metas E Estratégias de Internacionalização.....	69
Quadro 5: Total de Bolsas Implementadas Programa CSF .....	71
Quadro 6: Bolsas Implementadas Brasil .....	71
Quadro 7: Bolsas Implementadas Paraná.....	72
Quadro 8: Características da Trajetória da UTFPR.....	77
Quadro 9: Quantidade de Cursos da UTFPR.....	83
Quadro 10: Equipe do ERI da UTFPR .....	86
Quadro 11: Movimentos de Internacionalização da UTFPR .....	89
Quadro 12: Distribuição de Bolsas UTFPR .....	94
Quadro 13: Mobilidade de Alunos .....	95
Quadro 14: Distribuição de Bolsas Implementadas por País de Destino .....	96
Quadro 15: Dimensões do PDI da UTFPR 2013-2017.....	102
Quadro 16: Dimensões do PDI e Metas.....	103
Quadro 17: Razões Que Impulsionam A Internacionalização .....	106
Quadro 18: Estratégias Programáticas E Organizacionais .....	107
Quadro 19: Estratégias De Internacionalização Das IES .....	108
Quadro 20: Estratégias e Ações de Internacionalização da UTFPR.....	110
Quadro 21: Vantagens e Desvantagens Duplo Diploma .....	127
Quadro 22: Número de Duplos Diplomas da UTFPR.....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação
ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ANUP	Associação Nacional das Universidades Particulares
ARINT	Assessoria de Relações Internacionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CALEM	Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CSF	Ciências Sem Fronteiras
CSTs	Cursos Superiores de Tecnologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMES	Conferência Mundial sobre Ensino Superior
CRES	Conferência Regional da Educação Superior
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DERINT	Departamentos de Relações Interinstitucionais
DIREC	Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias
ENLACES	Espaço de Encontro Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior
ES	Educação Superior
ESTNU	Ensino Superior Técnico Não Universitário
ERI	Escritório de Relações Internacionais
EUA	Estados Unidos da América
FLAES	Fórum Latino Americano de Educação Superior
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IES	Instituições de Educação Superior

ICTs	Instituições Científicas e Tecnológicas
IsF	Idiomas Sem Fronteiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARCA	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
PROREC	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEM	Setor Educacional do Mercado Comum do Sul
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAM	Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-americana
UNILAB	Universidade Federal de Integração Lusofonia Afro-Brasileiro
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTs	Universidades de Tecnologia
UTN	Universidade Tecnológica Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>21</b>
<b>3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>30</b>
3.1 O CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO .....	30
3.2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS.....	51
<b>4 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>58</b>
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	65
<b>5 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UTFPR.....</b>	<b>76</b>
5.1 LÓCUS DA PESQUISA.....	76
5.2 HISTÓRICO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UTFPR .....	88
5.3 CONCEPÇÕES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UTFPR.....	100
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>160</b>
APÊNDICE A – Roteiro Para Entrevista.....	161
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	162

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está inserida no campo de investigação da internacionalização da educação superior e possui como objetivo analisar as estratégias e ações de internacionalização da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Está vinculada à Linha de Pesquisa da Educação e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus de Pato Branco.

O PPGDR busca contribuir na formação de agentes de desenvolvimento regional com bases sustentáveis, bem como profissionais capazes de atuar no ensino e na pesquisa, visando ampliar competências na perspectiva interdisciplinar (PPGDR, 2015). Este estudo também é parte do grupo de pesquisa<sup>1</sup> intitulado “Desafios da Internacionalização da Educação Superior Brasileira: universidades de classe mundial”, que tem como finalidade refletir sobre universidades de classe mundial, sobre os movimentos e políticas públicas que buscam inserir as universidades brasileiras nesse contexto.

Frente a esse contexto, cabe destacar que a educação é um fenômeno social e está relacionada ao contexto político, econômico, cultural e científico das sociedades historicamente construídas. Para Vieira Pinto (1994, p.29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Desse modo, a educação é um processo social e histórico com diferentes acepções e encaminhamentos vinculados a ideais dominantes numa dada sociedade, em determinado período e envolvida por diversos contextos.

A partir dessa premissa, na sociedade contemporânea o papel central do conhecimento ganha ênfase e converge para um novo paradigma econômico e produtivo superando a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia (BERNHEIM; CHAUI, 2008). Assim, considerando o papel do conhecimento e da educação como agente de transformação social e desenvolvimento, a internacionalização da educação superior pode ser um elemento estratégico para as

---

<sup>1</sup> Chamada Universal - MCTI/CNPq nº. 14/2014 - GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade) UTFPR.



sociedades. Nessa condição, a internacionalização pode ser promotora do desenvolvimento de estudantes, professores e pesquisadores, bem como das instituições de educação superior (IES) e centros de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Frente a esse cenário, questões fundamentais da internacionalização envolvem necessariamente o contexto maior da educação superior, circunscrita na trajetória histórica percorrida por nossa sociedade. Os sistemas educacionais são historicamente construídos e passam por diferentes movimentos de construção e reconstrução e são abarcados por diferentes fatores, momentos e atores sociais.

Partindo desse pressuposto e considerando o atual panorama da internacionalização da educação superior no mundo, suas dinâmicas e movimentos necessitam de atenção devido às implicações em torno da mobilidade acadêmica internacional. Dessa forma, é necessário compreender a internacionalização de forma articulada ao modo de produção capitalista, das agendas globais da divisão internacional do trabalho e dos aspectos históricos e das fronteiras na produção do conhecimento científico, considerando, para tanto, tensionamentos, assimetrias, as intercorrências que o colonialismo e a modernidade ocidental impuseram.

Na acepção da modernidade o modo colonialista está vinculado como único e verdadeiro caminho para a civilização. No que tange a internacionalização da educação superior, a modernidade igualmente impõe condições hegemônicas. Assim, é importante ter consciência que várias razões sustentam a internacionalização, no contexto da modernidade ocidental. A busca por novos conhecimentos encaminham para movimentos contraditórios que enfatizam a internacionalização como reforço à hegemonia capitalista e à racionalidade moderna.

Com isso, tratar da temática da internacionalização da educação superior implica considerar além da mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e a racionalidade que permeia seus movimentos. Este estudo busca contribuir também para essa discussão, pois o fenômeno da internacionalização nas últimas décadas expandiu em termos de escala e valor em nível mundial.

Diante desse panorama, segundo Knight (2014, s/p), “prevê-se que até 2025 a demanda por educação internacional vai crescer para 7,2 milhões de estudantes, um salto quântico em relação aos 1,2 milhão de estudantes no ano de 2000”.

Nesse sentido, é importante considerar que o termo internacionalização da educação superior é polissêmico, com significados diferentes para as IES, bem como para os países. Há também o surgimento no contexto da dimensão internacional de novos atores, fundamentos e acepções acerca da temática. Segundo Knight (2014) a internacionalização pode estar relacionada à mobilidade acadêmica, às redes internacionais, aos projetos e parcerias na pesquisa, transmissão de conhecimento para outros países, inclusão da dimensão internacional no currículo, como possibilidade de renda para IES e países, etc.

Outro aspecto importante relacionado à internacionalização refere-se aos *rankings* internacionais. Entretanto, parece fundamental olhar os critérios de avaliação dos *rankings*, considerando as diferentes realidades das universidades ao redor do mundo.

A partir dessa compreensão, os processos de internacionalização evidenciam também uma legitimação de modelos hegemônicos, como exemplos, a imposição da língua inglesa e padronização de currículos. Desse modo, De Wit chama atenção para repensar o conceito de internacionalização, pois implica necessariamente considerá-lo numa perspectiva que “não envolve apenas a relação entre os países, e sim as relações entre culturas e entre o global e o local” (DE WIT, 2013, s/p). Para o autor, a dimensão internacional da educação superior pode ser uma estratégia para aprimoramento da qualidade acadêmica e, algumas vezes, esse objetivo é esquecido na busca por metas quantitativas.

Portanto, o conceito é ainda jovem e há várias acepções que o cercam, bem como diversas razões que o impulsionam. Na perspectiva de Knight, não existe uma “receita ou um conjunto de indicadores. A internacionalização é um processo de mudança feito sob medida para atender às necessidades e interesses de cada instituição de ensino superior” (KNIGHT, 2014, s/p).

A partir desse contexto, torna-se relevante considerar que a universidade é uma das instituições mais internacionais das sociedades, pois, o conhecimento acumulado, gerado e transmitido é universal (TEICHLER, 2004). Contudo, vale lembrar que diferentes racionalidades permeiam “cada período ao mesmo tempo constroem diretrizes e retroalimentam o processo de internacionalização” (IOP; RUBIN-OLIVEIRA; PEZARICO, 2013, s/p).

Atualmente, o processo de globalização das economias tem ampliado o fluxo de capitais, bens, serviços e pessoas. Com isso, o processo de internacionalização

também vem se expandindo, encaminhando para o aumento do fluxo de estudantes, professores e pesquisadores, para o estabelecimento de redes de cooperação, etc. Logo, no contexto da globalização há tendência de formação de blocos regionais, com diferentes níveis de integração.

No contexto da América Latina, ao lado das iniciativas individuais, pode-se identificar a atuação de redes de cooperação, entre as quais se destaca o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM).

No caso do Brasil, historicamente a educação superior e a internacionalização estão diretamente vinculados à atuação do Estado como definidor de políticas e responsável por seu financiamento. Dessa forma, a cooperação internacional dependeu da criação das universidades, bem como da vontade política dos governantes. Estima-se que políticas de cooperação internacionais no Brasil foram instauradas a partir da criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1928), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934) e Universidade de São Paulo (1934). Desde a década de 1930 até os dias de hoje, o processo de internacionalização da educação superior passou por momentos distintos e a implantação de políticas governamentais desde então está relacionada à intenção de promover o desenvolvimento do país, fortalecer as IES, a pós-graduação *stricto sensu* e a formação de recursos humanos necessários para economia do país (LIMA; CONTEL, 2009).

É importante destacar que a internacionalização no Brasil tem se expandido, contudo, ainda está em fase incipiente. Atualmente há indicação de esforços do Governo Federal para promover o desenvolvimento do país, apoiando a cooperação acadêmica internacional. Exemplo disso ocorreu em 2011 pela instituição do Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF), que tem como objetivo “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2014, s/p).

Ainda, no contexto de políticas públicas com a finalidade de integração regional, foram criadas IES, tais como: a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e a Universidade Federal de Integração Lusolusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB), na cidade de Redenção, no Estado do Ceará.

Com relação aos principais agentes de internacionalização da educação superior no Brasil, destacam-se o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério das Relações Exteriores (MRE). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) constituem as principais agências de fomento.

A partir das considerações ora expostas acerca da internacionalização, cabe às IES o desafio de integrar a dimensão internacional em seus planos e políticas, buscando estratégias e ações em torno da internacionalização. Nesse sentido, a gestão universitária tem importante papel na definição de políticas e estratégias de internacionalização, considerando suas particularidades, singularidades e interesses relacionados à temática em questão. No âmbito interno das IES, os escritórios de relações internacionais são importantes atores nesse processo.

A partir desse contexto, a presente dissertação tem como **objetivo geral** analisar estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior na UTFPR. Ainda, para o alcance dessa análise com elementos qualificados para a discussão, esse objetivo desdobra-se em outros três **objetivos específicos**: Identificar atuais políticas públicas de internacionalização da educação superior; Identificar estratégias institucionais da UTFPR acerca do processo de internacionalização; Identificar ações institucionais de internacionalização da educação superior na UTFPR.

Este estudo também tem a intenção de colaborar para o pensar/repensar nas estratégias e ações que a instituição está direcionando face o contexto da internacionalização, já que, a UTFPR, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2013-2017, p. 32), estabeleceu como meta “ampliar a internacionalização institucional”, vinculada à política da instituição no tocante ao ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

A partir desse apontamento emerge a importância e pertinência deste estudo, considerando que a definição clara dessas estratégias, que perpassam o trabalho “universitário em seu conjunto, facilita o avanço de ações pró-ativas com vistas à busca de resultados concretos, de ganhos institucionais e de desenvolvimento equitativo” (STALLIVIERI, 2004, p. 32).

Esta dissertação buscou compreender as estratégias institucionais em torno da internacionalização e o conjunto de atividades desenvolvidas pela universidade,

ou seja, suas ações institucionais, buscando atingir suas metas e objetivos em relação à temática.

A vinculação e pertinência do estudo com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, desponta a partir da importância que as universidades possuem para o desenvolvimento das regiões, considerando o papel estratégico que envolve a relação entre políticas educacionais e as políticas de desenvolvimento. Com relação à linha de pesquisa educação e desenvolvimento, a importância do estudo está intimamente ligada a uma das principais perspectivas e desafios da educação superior contemporânea: a internacionalização.

É válido ainda ressaltar que a temática da internacionalização e a problemática proposta por esse estudo convergem com meu interesse como pesquisador, servidor da universidade e também pela formação em Administração. A partir das leituras, discussões, publicações e movimentos em torno da temática da internacionalização, há percepção que ela está cada vez mais presente nas IES. Com isso, entende-se que políticas e estratégias são de suma importância para os encaminhamentos em torno da temática, sendo pertinente o aprofundamento de análises qualificadas da atual conjuntura da internacionalização na universidade.

Por fim, cabe salientar ainda que o presente estudo possui uma abordagem interdisciplinar, que é característica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. O Programa “concentra-se na temática do desenvolvimento regional sustentável, priorizando estudos interdisciplinares que considerem as suas diversas dimensões” (PPGDR, 2015, s/p).

Desse modo, para Raynaut (2004, p.25)

“Totalidade” e “complexidade” são palavras que surgem todas as vezes em que se fala de interdisciplinaridade. O mundo real, na sua essência, é total. Ele é feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques. Essa totalidade do mundo, sua unicidade, as correspondências entre os elementos que o compõem constituíram um dos primeiros modos de construção da consciência do universo pelo pensamento humano e da concepção da posição do homem nele.

Segundo o autor, o avanço do conhecimento no decorrer do tempo já sugeria o abandono da perspectiva disciplinar. O mundo é complexo e exige que a totalidade do seu entorno seja percebida e analisada. Nessa perspectiva a interdisciplinaridade busca essa interação e integração das diversas áreas de conhecimento, considerando a complexidade da relação entre sociedade e natureza.

Desponta, assim, considerando essa totalidade e complexidade da interdisciplinaridade em torno também da internacionalização da educação superior, a necessidade de uma reflexão crítica, considerando essas implicações, tratadas nesta dissertação, buscando estabelecer o contexto atual em que a internacionalização se apresenta, à luz de uma reflexão pós-colonial. A justificativa em torno desse posicionamento reside que essa perspectiva propõe uma revisão crítica da modernidade ocidental, bem como de suas práticas e discursos hegemônicos, que também estão materializadas em determinados movimentos da internacionalização.

Realizadas tais considerações, é possível apresentar a estrutura da presente dissertação que foi organizada em seis capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, enfatizando o processo e etapas realizadas para atingir o objetivo proposto. No terceiro capítulo buscou-se apresentar uma reflexão acerca do contexto em que a internacionalização está inserida, apoiando-se na perspectiva pós-colonialista, bem como são apresentadas definições e conceitos de internacionalização e análises qualificadas atinentes à temática em questão. O quarto capítulo, por sua vez, buscou reunir elementos acerca da internacionalização no contexto brasileiro, estabelecendo um panorama histórico e apresentando atuais políticas públicas da dimensão internacional. Na sequência, apresenta-se a internacionalização da educação superior na UTFPR, com análises acerca das estratégias e ações que mediam o atual processo, foco desta dissertação. Por fim, as considerações finais da pesquisa.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo desta dissertação é analisar estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior da UTFPR. Logo, trata-se de uma pesquisa científica que contempla um processo de investigação e impõe exigências metodológicas em busca da compreensão de uma realidade pesquisada. Nesse sentido, no presente capítulo buscou-se apresentar o percurso metodológico da pesquisa, apresentado o processo de construção da dissertação, ou seja, as várias etapas que contemplaram a pesquisa, tais como a definição da temática e problemática; dos objetivos propostos; da escolha do aporte teórico acerca da internacionalização da educação superior e; ainda, os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados da pesquisa.

A pesquisa científica é um processo complexo realizado pelo homem e produto de sua consciência. Conforme Vieira Pinto

Para o país que precisa libertar-se política, econômica e culturalmente das peias do atraso e servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as idéias de que necessita para compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo (VIEIRA PINTO, 1979, p. 04).

Desse modo, a apropriação da ciência encaminha-se para a interpretação da realidade que o cerca e seus significados. Assim, o pesquisador precisa ter consciência da sua condição. Álvaro Vieira Pinto considera que

[...] a certeza de que é imprescindível ao cientista, e ao investigador em particular, estar preparado para o seu trabalho pela posse de uma teoria geral da pesquisa científica; e em segundo lugar, a compreensão de que tal teoria só pode ser elaborada validamente se encontrarmos o ponto de partida, objetivamente seguro, que sirva de origem para uma cadeia de raciocínios indubitáveis que nos encaminhe no desenvolvimento de proposições intermediárias, exigidas pela construção do saber científico, até as conclusões de âmbito universal (VIEIRA PINTO, 1979, p. 8).

A partir dessa percepção, o ponto de partida deve ser encontrado “na compressão filosófica do significado do conhecimento humano, de sua fonte, função, procedimentos, finalidades e de seu efeito” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 9). Dessa

forma, há que se ressaltar que o trabalho do pesquisador necessita de fundamentos que o sustentem diante da realidade que se apresenta, buscando auxiliá-lo a compreender essa realidade. Assim, a ciência torna-se valiosa e libertadora.

Nessa abordagem, a pesquisa científica “ultrapassa o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico” (MINAYO, 2001, p. 35). Esse, por sua vez, “permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto de conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico” (MINAYO, 2001, p. 35).

Assim, “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos” (SEVERINO, 2007, p. 100). Logo, a importância da pesquisa para se fazer ciência, pela aproximação e compreensão de uma realidade que se pretende analisar.

Realizada tais considerações, é pertinente comentar que a aproximação com a realidade pesquisada da presente dissertação ocorreu na fase inicial do mestrado, em decorrência dos primeiros diálogos com a orientadora e coorientadora que evidenciaram a importância da temática da internacionalização no atual cenário da educação superior. Nessa mesma ocasião, já evidenciou-se como *locus* de estudo, a UTFPR, com discernimento de que a pesquisa buscaria uma análise qualitativa dos elementos a serem investigados acerca da internacionalização na universidade, qual seja, suas estratégias e ações.

Tais considerações permitem reforçar a pertinência e importância do estudo diante do Programa de Mestrado e a linha de pesquisa educação e desenvolvimento, considerando esse panorama de expansão da internacionalização na universidade, *locus* deste estudo. Nesse enfoque ainda, minha formação na área de Administração buscando um olhar no campo da gestão universitária, mais especificamente as estratégias e ações da instituição em torno da internacionalização.

A partir dessa perspectiva, a busca pela compreensão da realidade acerca da internacionalização na UTFPR caracterizou-se com evidências de uma pesquisa descritiva e exploratória. Na concepção de Gil (2009, p. 28) a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda,



para o autor as pesquisas exploratórias, por sua vez, “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato” (GIL, 2009, p. 27). Tais premissas apontam vinculação com a presente dissertação que buscou descrever, contextualizar e problematizar a internacionalização, à luz do objetivo proposto para o estudo, com foco nas estratégias e ações da universidade.

Dessa forma, após essas definições preliminares, ocorreu o processo de aprofundamento/busca de elementos de análise, pela leitura de artigos, dissertações e outras publicações que tratassem da internacionalização da educação superior. Ou seja, a fase exploratória da pesquisa. Considera-se que essa fase foi de extrema importância no estudo, pois estabeleceu-se aproximações com a temática, bem como pelo conhecimento de pesquisadores da área e seus trabalhos desenvolvidos.

Desse modo, após esse processo de aproximação e também de incorporação da temática proposta foram definidos a problemática e objetivos da pesquisa. Tal fase, para Richardson (2010), constitui importante passo na pesquisa, pois representa seu ponto de partida. Desse modo, tal premissa reforçou ainda mais a fase exploratória da pesquisa, com um olhar mais atento à documentos, publicações e bibliografias, buscando contribuições para a definição do suporte teórico-metodológico. Tais considerações apontam aos caminhos da pesquisa documental.

Segundo Gil (2009, p. 51), esse tipo de pesquisa

segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

Do mesmo modo, caminho esse que “tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são documentos elaborados por agências governamentais” (Gil, 2008, p. 147).

É oportuno salientar que essa fase foi marcada por dúvidas pelo pesquisador em relação se os documentos encontrados eram relevantes e pertinentes à pesquisa. Contudo, considerando que “a única maneira de aprender a pesquisar é

fazendo uma pesquisa” (RICHARDSON, 2010, p. 15), no decorrer do processo essas dúvidas foram sendo sanadas.

Ainda, é preciso reforçar que essa etapa evidenciou muitos atores no contexto da internacionalização, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e o Setor Educacional do Mercado Comum do Sul (SEM). Assim, publicações e documentos desses organismos internacionais foram analisados, buscando o entendimento acerca de como a internacionalização e seus movimentos eram concebidos e apresentados. Essa análise, por sua vez, subsidiou também a construção do contexto em que a internacionalização está inserida.

Nesse mesmo enfoque, foram visitados sites atinentes à Educação Superior (ES) no Brasil, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Ministério da Educação, o Programa Ciências Sem Fronteiras e documentos/relatórios de Conferências/Fóruns de educação Superior, como o do Fórum Latino-Americano de Educação Superior realizado em 2014. Ainda, utilizou-se de publicações da International Higher Education - Boston College; da International Higher Education - edição brasileira; de publicações/entrevistas de pesquisadores em matéria de internacionalização da educação superior, tanto a nível nacional, quanto internacionais.

É válido comentar que no ano de 2014 participei do Fórum Latino-Americano de Educação Superior (FLAES) que ocorreu na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. Nessa oportunidade, acompanhei vários debates acerca do processo de internacionalização da América Latina e Caribe, bem como algumas preocupações, como exemplos, a dupla diplomação e a construção de um espaço latino americano da educação superior. Tais discussões contribuíram sobremaneira com o estudo.

Dessa forma, a fase exploratória - que teve a pesquisa documental como foco - forneceu subsídios para a construção da base teórica desta dissertação – o estado do conhecimento - bem como possibilitou identificar documentos institucionais para as análises qualificadas da pesquisa, conforme quadro a seguir:

<b>Documentos Institucionais</b>	<b>Observações</b>
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	Vigência: 2004-2008 - UTFPR
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	Vigência: 2009-2013 – UTFPR
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	Vigência: 2013-2017 - UTFPR
Relatórios de Prestação de Contas	Relatórios de Gestão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR - Dos anos de 2001 até 2004
Relatórios de Gestão/Prestação de Contas	Relatórios de Gestão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Dos anos de 2005 até 2014

**Quadro 1: Documentos Institucionais Analisados**  
**Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).**

Nesse sentido, os Planos de Desenvolvimento Institucionais e os Relatórios de Gestão<sup>2</sup> possibilitaram a verificação de elementos acerca da internacionalização, tais como políticas, concepções e dados acerca da mobilidade de estudantes, bem como possibilitou verificar elementos do contexto histórico da instituição em se tratando da universidade e do seu processo de internacionalização.

De modo específico, o Plano de Desenvolvimento Institucional vigente da UTFPR possibilitou aprofundamentos em torno da atual política institucional e suas políticas e metas de internacionalização. Ademais, buscando compreender as estratégias e ações estabelecidas da instituição, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas. O quadro 2 apresenta a relação dos entrevistados e a sigla utilizada para identificação nos excertos usados na dissertação. No apêndice A, encontra-se o roteiro dessas entrevistas.

<b>Função/Cargo Ocupado</b>	<b>Sigla</b>
Diretor de Relações Internacionais	E1
Coordenador de programas e ações referentes à mobilidade de estudantes	E2
Chefe do Departamento de Educação	E3
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	E4

**Quadro 2: Entrevistas Realizadas**  
**Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).**

<sup>2</sup> Utilizou-se como padrão a denominação “Relatório de Gestão” para os documentos referentes às prestações de contas anuais do CEFET-PR e da UTFPR.

A justificativa em torno da escolha por esse grupo para realização das entrevistas se deu pela vinculação direta ao objetivo proposto do estudo, ou seja, uma análise qualificada acerca das estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior.

O Diretor de Relações Internacionais e o Chefe do Departamento de Educação possuem uma longa trajetória na instituição, com experiências no tocante a gestão institucional da internacionalização, bem como experiências pessoais de formação profissional no âmbito internacional. Em se tratando do coordenador de programas e ações referentes à mobilidade de estudantes, a pertinência da entrevista se deu por sua vinculação ao Escritório de Relações Internacionais (ERI) da universidade que, por sua vez, possui como objetivo “apoiar as relações entre a UTFPR e outras instituições de ensino superior e estabelecer acordos acadêmicos, científicos e tecnológicos com um número de universidades estrangeiras”(UTFPR, 2015, s/p).

Nesse mesmo sentido, na busca por informações sobre o atual cenário da Pós-Graduação na universidade, foi realizada uma entrevista com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, complementando a perspectiva de análise desta pesquisa, considerando seu tripé: o ensino, a pesquisa e a extensão.

As entrevistas realizadas foram de extrema relevância para o conhecimento tanto de perspectivas históricas da internacionalização da universidade, bem como para compreensão da atual conjuntura e concepção de internacionalização. Após as entrevistas, buscando ratificar informações ou até mesmo na busca por novas, foram realizados novos contatos, por exemplo, via e-mail, com o diretor de relações internacionais e com o coordenador de programas e ações referentes à mobilidade de estudantes, que prontamente se colocaram a disposição.

Diante dessas considerações, emerge a importância das entrevistas, pois “permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B” (RICHARDSON, 2010, p. 207). Logo, aproximações e vivências envolvem essa modalidade.

Em se tratando de modo específico desta pesquisa, utilizou-se da entrevista semiestruturada, pois ela possui um roteiro pré-definido, porém com liberdade para fazer as perguntas desejadas e pertinentes no momento da entrevista, obedecendo a rigor uma estrutura formal. Assim, dependendo da necessidade é possível fazer

novas perguntas sobre fatos ou evidências que surgiram (CERVO et al., 2007). Dessa forma, as entrevistas foram de grande importância e pertinência para o desenvolvimento deste estudo.

Ainda, é importante ressaltar que nos anos de 2014 e 2015 participei de três eventos nos Câmpus da Instituição, promovidos pelo Diretor de Relações Internacionais, com objetivo de apresentar o atual panorama da Internacionalização da UTFPR aos servidores. Nessa ocasião, também foram abordados movimentos históricos e perspectivas em relação à temática, que contribuíram sobremaneira como técnica de coleta de dados.

Em se tratando de organização e análise da pesquisa, esta dissertação utilizou-se da análise de conteúdo, pois, conforme Bardin, é

um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visam, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, a obter indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

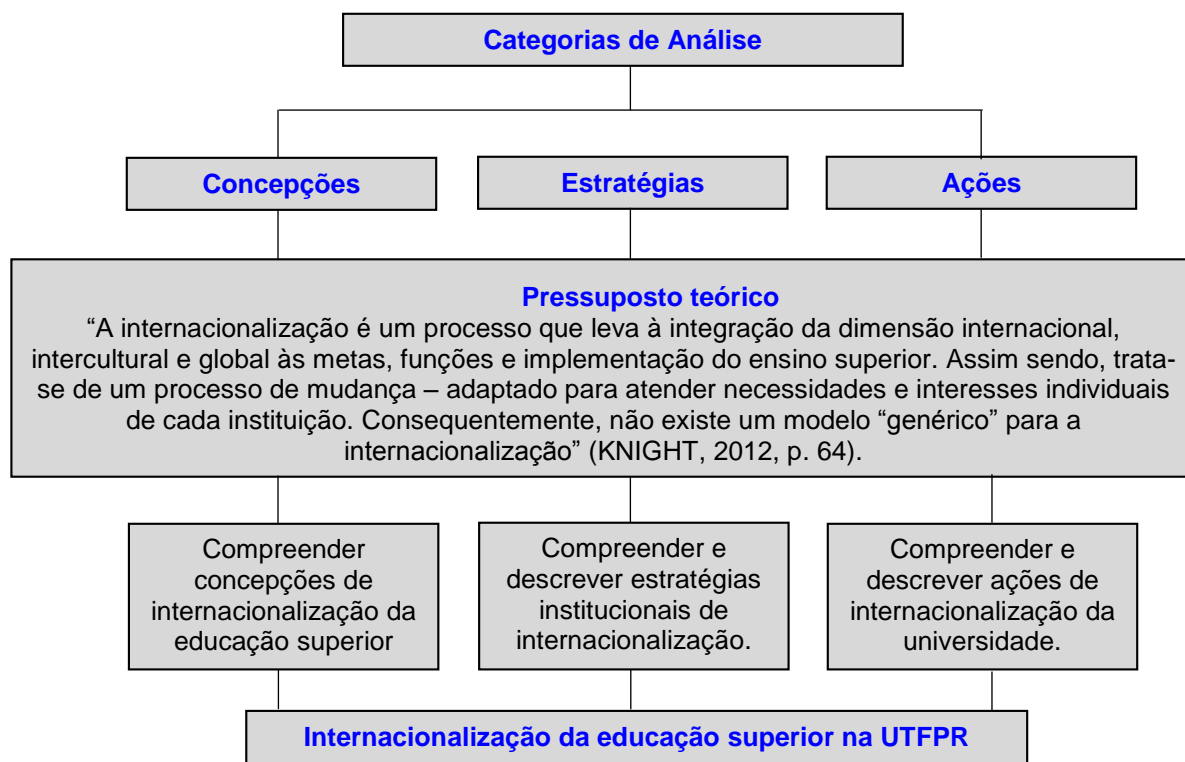
Do mesmo modo, a análise de conteúdo possibilita diferentes modos de conduzir o processo. Assim, esse tipo de análise visa descobrir o que está escrito, “falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente)”(MINAYO, 2003, p. 74).

Nesse sentido, os documentos e as entrevistas foram agrupados de acordo com categorias de análise, buscando sintetizar e facilitar a compreensão e interpretação dos dados. Segundo Bardin (2006, p. 117) “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. As “categorias são empregadas para se estabelecer classificação. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (MINAYO, 2001, p. 70). De acordo com Ludke e André:

A construção de categorias não é tarefa fácil. Elas brotam, num primeiro momento, do arcabouço teórico em que se apóia a pesquisa. Esse conjunto inicial de categorias, no entanto, vai ser modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre teoria e empiria, o que origina novas concepções e, conseqüentemente, novos focos de interesse. Não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação

de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 42).

A figura 1 apresenta a sistematização das categorias analíticas estabelecidas para este estudo:



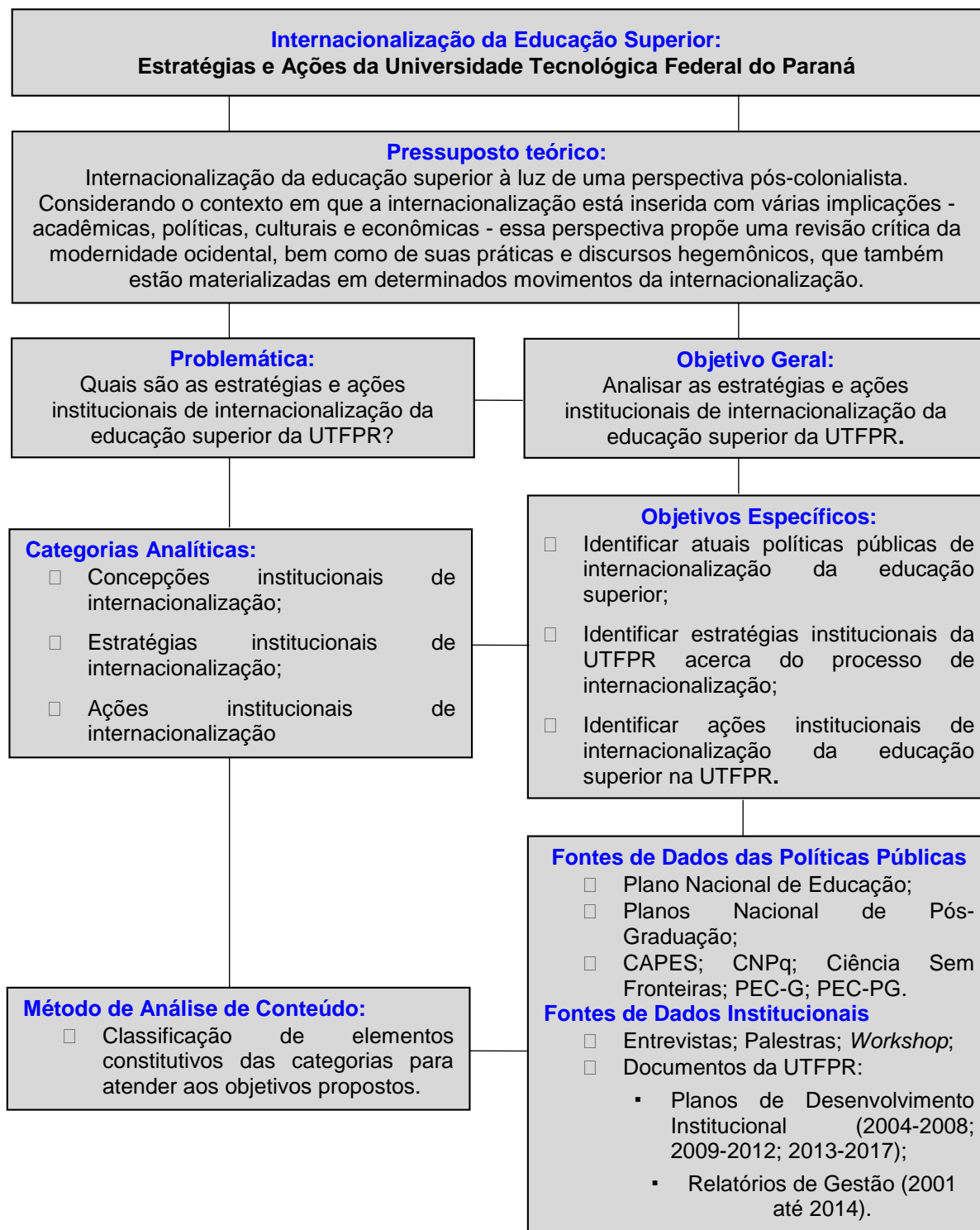
**Figura 1: Categorias de Análise da Dissertação**  
Fonte: Elaboração Própria (2015).

A justificativa em torno dessas categorias - considerando o pressuposto estabelecido e a perspectiva da internacionalização ser um elemento estratégico para desenvolvimento institucional – são fundamentais no processo de integração da dimensão internacional na estrutura e planos estratégicos de desenvolvimento institucional. Logo, torna-se de extrema importância estratégias e ações institucionais para uma efetiva internacionalização, à luz dos objetivos e concepções institucionais de internacionalização. A partir dessa perspectiva, a opção por esse conjunto de categorias proporcionou compreender a internacionalização na UTFPR, considerando a complexidade, especificidade e singularidade que envolve a Universidade e a temática em questão.

Por fim, em se tratando da organização desta dissertação, ressalta-se que as análises, tanto dos documentos, quanto das entrevistas realizadas foram

apresentadas ao longo dos capítulos de forma a contextualizar os achados frente ao referencial teórico que a subsidiaram. Isso explica-se na perspectiva da relação imbricada entre conteúdo e forma.

A seguir, uma síntese do percurso metodológico da dissertação:



**Figura 2: Percurso Metodológico**  
**Fonte: Elaborado pelo autor (2015).**

### 3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a internacionalização da educação superior à luz de uma reflexão pós-colonial<sup>3</sup>, pois para além das perspectivas globais de cooperação entre IES e países, a internacionalização apresenta-se num contexto com implicações e desafios que a globalização impõe. Ainda, o capítulo apresenta definições e conceitos de internacionalização que sustentam as análises aqui propostas.

#### 3.1 O CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A presente seção tem como objetivo identificar o contexto da internacionalização da educação superior, buscando uma reflexão acerca dos entornos da dimensão internacional e as razões que a sustentam, tais como políticas, econômicas, culturais e acadêmicas. À luz dos discursos de cooperação para o desenvolvimento, a busca por novos conhecimentos encaminha para movimentos contraditórios. Por um lado enfatizam assimetrias entre a internacionalização como reforço à hegemonia capitalista e racionalidade moderna e por outro, à perspectiva de respeito às identidades locais e desenvolvimento dos países. Esta reflexão, apoiando-se na análise crítica pós-colonial, busca repensar o contexto atual da racionalidade que sustenta o conceito hegemônico da internacionalização pautado na racionalidade técnico-instrumental.

Nesse sentido, no contexto da internacionalização há múltiplos atores, tais como organismos internacionais, instituições de ensino superior, Governos, empresários, etc. Ainda, nesse mesmo cenário também emergem inúmeros termos ligados à internacionalização, como globalização, cooperação acadêmica, cooperação para o desenvolvimento, rompimentos de fronteiras, transferência de

---

<sup>3</sup> Nesta dissertação o conceito de pós-colonialismo converge à perspectiva de Boaventura Sousa Santos: “um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 8).



conhecimento, mobilidades acadêmica, integração entre IES e países, colonialismo epistemológico, relação Norte-Sul, formação de blocos regionais, valorização local/regional, sistemas de educação superior e as chamadas universidades de classe mundial.

Partindo de tal pressuposto, é importante considerar que no “campo macroeconômico, a educação congrega a expectativa de contribuir para a inserção positiva dos países no jogo da globalização” (PORTO; RÉGNIER, 2003, p. 10). Nesse enfoque, a educação ultrapassa limites geográficos e está inserida num projeto de desenvolvimento de muitos países, podendo contemplar, pelo conhecimento, limites ou possibilidades (emancipatórias ou não).

Assim, concebendo que “durante a última década, a internacionalização acadêmica tem se fortalecido no coração da vida universitária” (STALLIVIERI, 2004, p. 16), com esse acelerado processo de internacionalização, surge uma questão fundamental: Faz-se “necessário repensar o papel e a importância das universidades, imbuídas de sua função integradora de culturas e de pessoas, questão que, no mínimo, apresenta-se como provocadora” (STALLIVIERI, 2004, p. 15).

Os desdobramentos da dimensão internacional da educação superior, no atual panorama de expansão, implicam num movimento de busca por espaço no cenário internacional, protagonizado por políticas das IES e países. Assim, em tempos de globalização, “é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade e com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras” (STALLIVIERI, 2004, p. 15).

Em virtude desse cenário, múltiplas estratégias e ações de IES e países surgem em busca da internacionalização. De acordo com Stallivieri,

Os inúmeros desafios, que estão surgindo no momento em que iniciamos o novo século, impulsionam as universidades a buscarem um grau de internacionalização muito mais elevado. A globalização da economia, do comércio, dos processos de produção e das telecomunicações criou um cenário interconectado. A globalização da cultura, da ciência, das tecnologias exige de nossos estudantes universitários um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo. Torna-se mister, então, que as instituições estejam preparadas para oferecer soluções a esses novos desafios (STALLIVIERI, 2004, p. 15).

Desse modo, pensar sobre esses aspectos implica considerar que o século XX foi marcado por um cenário paradoxal, pois ao mesmo tempo em que houve

avanços na ciência e tecnologia, houve guerras avassaladoras e sangrentas. Esses avanços apontaram para o papel central do conhecimento nos processos de produção, incrementando o paradigma econômico e produtivo sujeito as leis de mercado (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008).

Esse mercado, por sua vez, é influenciado pela globalização que, segundo Sousa Santos (2002), envolve diversas áreas da vida social, sistemas produtivos, financeiros, tecnológicos, informação, comunicação, desigualdades sociais, movimentações fronteiriças, turismo, empresas multinacionais e novas práticas culturais. Nas considerações de Boaventura de Sousa Santos, a globalização,

trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações fronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou náufragos, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (SOUSA SANTOS, 2002, p. 11).

Na sociedade, como um todo, o fenômeno da globalização nas últimas décadas vem transformando as diversas áreas da vida social, econômica, política, cultural e ambiental. Conforme Dias Sobrinho (2005, p. 167) os avanços alcançados “nas esferas da ciência e da tecnologia e disfunções da globalização no campo social, econômico, político e ético têm claramente efeitos sobre a educação superior”. Segundo Sguissardi (2005) seria ingênuo pensar que a mundialização do capital não invadiria o campo também da educação superior. Para a CEPAL (2002, p. 3) o mundo atual se caracteriza pelo que se conhece “como mundialização ou globalização, isto é, a crescente gravitação dos processos econômicos, sociais e culturais de caráter mundial nos âmbitos nacional e regional”.

Conforme Santos (2001), a forma como a informação é oferecida à humanidade (informações manipuladoras) e o dinheiro sendo motor da vida econômica e social, compõem, entre vários fatores constituintes da globalização, alicerces do sistema ideológico que possui ações hegemônicas e totalitarismos. Para o autor, a utilização da informação por determinados atores em função de interesses particulares direciona a periferia do sistema capitalista a se tornar ainda mais periférica. Ainda, a serviço dos atores hegemônicos, o mercado dito como global acaba distanciando o sonho da cidadania verdadeiramente universal.

Assim, à luz dos discursos de integração e cooperação internacional para o desenvolvimento das nações, essa realidade converge para a continuidade de um cenário paradoxal. De um lado integração e cooperação, de outro, assimetrias epistemológicas, tecnológicas, etc.

Nesse enfoque, em se tratando da cooperação que “significa co-operar, ou seja, operar em conjunto, ou ainda, a ação de trabalhar conjuntamente com outros (STALLIVIERI, 2004, p. 25), no âmbito das relações de cooperação internacional, “pressupõe a inter-relação entre nações e, conseqüentemente, pressupõe conhecimento, ou, pelos menos, aceitação da existência do outro, intensificando a consciência da diversidade dos indivíduos e a sua visibilidade” (STALLIVIERI, 2004, p. 25).

Contudo, conforme Santos (2001, p. 19), a máquina ideológica que sustenta “as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema”. Nesse sistema, imposto pela modernidade ocidental, um longo contexto de colonização que ainda reflete suas práticas. Logo, continuação de um sistema de colonização, da dominação dessa cultura que está sendo refletida em diversas situações da nossa vida, inclusive quando se trata da educação superior e as práticas de internacionalização.

Para Sousa Santos (2004, p. 3) “tratava-se agora de pensar a transformação social para além do capitalismo e para além das alternativas teóricas e práticas ao capitalismo produzidas pela modernidade ocidental”. Dessa forma, referindo-se ao pós-colonialismo, o autor diz que a expressão pós-moderno e suas implicações não satisfaz totalmente a ideia proposta de superação do colonialismo. Nessa condição, é necessário ultrapassar esse conceito de modernidade ocidental.

Na atual perspectiva da educação superior no mundo e sua função no contexto do desenvolvimento das nações, implica em considerar na discussão da internacionalização, como os modelos hegemônicos, a relação “centro” e “periferia”, o capitalismo e interesses de mercado estão presentes em seus movimentos ou práticas. Logo, a discussão na perspectiva da educação superior, especialmente no que tange sua dimensão internacional, torna-se importante e relevante considerando o atual cenário em que se encontra.

Desse modo, a perspectiva pós-colonial converge para repensar além daquela ocidental (eurocêntrica) como única e verdadeira. Uma reflexão crítica das

implicações da modernidade ocidental. A perspectiva contempla um conjunto de correntes teóricas e analíticas “que tem em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9).

Para o autor, apesar do fim do colonialismo na perspectiva política, o colonialismo ainda predomina nas relações sociais de forma autoritária e discriminatória. Para essa corrente “é problemático saber até que ponto vivemos em sociedades pós-coloniais” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9). O Sul não representa um sentido apenas geográfico, mas visto como uma metáfora, um sinônimo do sofrimento dos povos colonizados. Sousa Santos (2004) afirma que o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou no fim do colonialismo em relação de dominação.

A corrente pós-colonialista propõe críticas às dominações dessa modernidade ocidental que, para Sousa Santos (2007, p. 23), possui “um pensamento abissal”. Ou seja, um pensamento que rejeita outros pensamentos. O autor enfatiza que o pensamento ocidental tem tratado as outras formas de pensamento não ocidentais de forma abissal, produzindo e radicalizando distinções. Por isso, críticas da teoria pós-colonialista vislumbram o rompimento desse paradigma dominante.

Dessa forma, entende-se que a corrente pós-colonialista, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2004), implica na problematização das relações desiguais estabelecidas pelo colonialismo que estão presentes em diversas áreas da vida social. Logo, a educação superior e os movimentos de internacionalização também se colocam nesse viés e apontam nessa discussão para a produção de conhecimento e a diferença entre os eixos Norte e Sul, as assimetrias entre centro e periferia, para os atores hegemônicos envolvidos e seus interesses, ou seja, para as diversas considerações que o colonialismo e a modernidade ocidental impuseram. Na acepção dessa modernidade, o modo colonialista está vinculado como único e verdadeiro caminho para a civilização.

Diante dessa perspectiva, Escobar (2005) indica que repensar o desenvolvimento e a modernidade pode levar a muitas possibilidades como na exclusão de um projeto de “desenvolvimento” imposto. No cenário da internacionalização da educação superior, considerando um contexto histórico de colonização, como no caso do desenvolvimento da América Latina, remete a pensar

nessa modernidade e suas implicações diante da mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores.

Considerando tal perspectiva, é válido lembrar que na União Europeia<sup>4</sup> o Processo de Bolonha<sup>5</sup> serve de “modelo” para a educação superior. Contudo, é preciso ter a noção de que a construção do sistema possui séculos de história e possui interesses próprios que podem ser diferentes para outras culturas e, portanto, não pode ser simplesmente copiado.

#### Em se tratando do Espaço Europeu de Educação Superior

Um dos marcos fundamentais no contexto das novas configurações das políticas internacionais pode ser considerado o tratado assinado em 1949 por 10 países, instituindo o Conselho da Europa. O tratado tinha como objetivos realizar a união estreita entre países membros, salvaguardar ideais e princípios que são patrimônio comum e favorecer o progresso econômico e social de uma Europa arrasada pela guerra. O processo de integração europeia se estabelece, então, a partir da necessidade de reconstruir a Europa como espaço político e econômico e assim, transformando-se em ‘modelo’ para o mundo, mesmo compreendendo os controversos sentidos do que se entenda por modelo (WIELEWICKI; RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 219).

Knight (2012, p. 65) enfatiza que “os princípios fundamentais que orientam a internacionalização sempre representam objetivos distintos para diferentes pessoas, instituições e países”. Em relação à UTFPR, *lócus* deste estudo, o Processo de Bolonha também se tornou uma referência como um Espaço de Educação Superior, pois contempla aspectos importantes, tais como um sistema de créditos organizado e a flexibilização dos currículos decorrente disso. Essa inferência pode ser observada no excerto abaixo:

[...] tem dois princípios no Bolonha que são extremamente importantes. Um princípio é o sistema de créditos, é único. [...] Toda disciplina que você faz em Portugal, esta lá chama ECTS, *European Credit Transfer System* (Sistema europeu de transferência de créditos). [...] Essa disciplina, se ele for para a Alemanha, ele leva tudo. Esse é o outro ponto. Ao mesmo que organiza, flexibiliza. [...] A Europa fez isso com Bolonha. [...] De Fato é isso: lá os alunos têm em média 14 a 15 horas aulas por semana, enquanto aqui

---

<sup>4</sup> “Construção sócio-histórica primordialmente europeia, a instituição universitária configura-se como uma instância cultural multissecular, aparentemente objeto de generalização em termos organizacionais, evidenciando importantes elementos invariantes do ponto de vista morfológico e processual” (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p.8).

<sup>5</sup> “O processo político e de reformas institucionais, internamente processadas por cada governo nacional ou respectivas entidades descentralizadas, que deverá conduzir ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de educação superior, até 2010, incluindo atualmente quarenta e cinco países (isto é, todos os da UE e, ainda, dezoito países europeus não pertencentes à UE), foi designado por Processo de Bolonha” (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p.8).

tem de 27 30. É o dobro aqui. E lá tem muito trabalho de equipe [...] Então a referência que vem de Bolonha vai colocar isso pelo menos para reflexão (E1).

Nessa reflexão, cabe apontar que

se os impactos do Processo de Bolonha efetivamente passarem a ter mais relevo e importância no cenário mundial (e há razões de sobra para não duvidar disso), é fundamental sublinhar que o principal objetivo de tal movimento da educação superior europeia é restaurar a Europa como modelo para o mundo, com tudo que isso possa implicar. É importante, de igual modo, ter em mente que paralelamente aos movimentos do cenário europeu, também está posta a questão das novas (ou renovadas) forças de mercado (dentre essas, o Oriente, os países emergentes, ou as distintas situações de crise da África e dos Estados Unidos), no contexto das relações dinâmicas entre local e global. Na medida em que a Europa manifesta o desejo de estabelecer parcerias internacionais que ampliem seu leque de opções para a educação superior, pode-se presumir que o filtro através do qual a pauta é depurada tende a apontar para os interesses da própria Europa. A condição de parceria, entretanto, exige uma postura de discussão e negociação que considere como basilares as noções de alteridade e diversidade. É importante também resistir à tentação de - em nome da pretensa necessidade de internacionalização - assumir posturas que tem como matéria prima a supressão do debate, da contradição e até mesmo da consideração das experiências sistematicamente excluídas de pauta (WIELEWICKI; RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 231).

Diante de tais apontamentos, a internacionalização, uma prática crescente decorrente do processo de globalização, com a intenção de responder aos seus impactos no tocante a educação superior, apresenta-se num cenário em que, de um lado têm-se os valores fundamentais da internacionalização como promover o respeito e reconhecimento de diferenças das identidades locais e culturais e, de outro, a homogeneização que a própria globalização propõe (GACEL-AVILA, 2011).

Desse modo, “não podemos esquecer que a globalização pressupõe uma divisão social e econômica muito precisa entre o Norte e o Sul ou entre países centrais hegemônicos e países periféricos dependentes” (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008, p. 14). Os autores pontuam que a participação de estudantes, de cientistas e intelectuais dos países periféricos fica longe das mesmas condições de igualdade dos países centrais hegemônicos. Com isso, encaminha-se a repensar em algumas práticas, pois nesse contexto, “para terem entrada na academia mundial, os membros dos países periféricos dependentes concordam em restringir a sua pesquisa a problemas, assuntos, temas, métodos e técnicas [...]” (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008, p. 14). Os países centrais hegemônicos dominam esse espaço pela desigualdade dos países periféricos em relação a recursos relacionados à pesquisa.

Essas implicações apontam para um modelo de internacionalização desigual e subordinada aos interesses hegemônicos.

Assim, conforme afirma Stallivieri (2004, p. 33):

Convém ter-se presente que a aproximação dos países não ocorre de forma gratuita. Especialmente no caso de países como Espanha e Itália, dois grandes centros desenvolvidos, o interesse em estabelecer parcerias com o Brasil e com outros centros menos desenvolvidos ultrapassa o desejo da cooperação em si. Esses países vislumbram objetivos geopolíticos, ou seja, vêem a possibilidade de estender a influência de sua cultura, interesses econômicos para as áreas onde existe uma população oriunda da grande emigração europeia do século XIX.

Nesse cenário complexo, Sousa Santos e Meneses (2009) pontuam que o colonialismo também é uma dominação epistemológica e uma relação desigual que acaba marginalizando muitos saberes. Nessa condição, o discurso de cooperação para o desenvolvimento e a busca por novos conhecimentos, pelo viés da educação superior, encaminha para movimentos contraditórios que enfatizam assimetrias entre a internacionalização como reforço à hegemonia capitalista e da racionalidade moderna e a perspectiva de respeito às identidades locais e desenvolvimento dos países.

Esse panorama sinaliza que a busca por novas epistemologias e compartilhamento de avanços e progressos científicos fica limitada aos interesses de atores hegemônicos. Nesse sentido, refletir como está sendo os movimentos de internacionalização da educação superior frente à hegemonia do “centro” torna-se importante no entendimento do contexto em que a dimensão internacional está inserida.

De Wit (2013) alerta para o fato de considerar que a ideia da internacionalização envolve relações entre culturas, entre o global e local, não sendo apenas reduzida em uma relação entre países. Para o autor é preciso repensar os valores e objetivos centrais da internacionalização. Contudo, Knight (2012) afirma que a tendência comercial em torno da internacionalização está afetando seus movimentos. O interesse apenas individual e o *status* são exemplos apontados pela autora.

A internacionalização é “um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior” (KNIGHT, 2012, p. 64). Ela conduz, segundo Gacel-Ávila (2000), à

incorporação das dimensões internacional e intercultural nas instituições de educação superior.

Contudo, como orienta De Wit (2013), com a globalização, o ensino está sendo tratado como *commodity* e a noção de uma economia e sociedade do conhecimento acabam encaminhando para o surgimento de dimensões, visões e elementos conflitantes no discurso da internacionalização. A própria UNESCO (2003) orienta que a internacionalização da educação superior no atual cenário da globalização está direcionada a motivações econômicas na mesma perspectiva de programas de mobilidade acadêmica.

Nesse sentido, percebe-se diferentes concepções estabelecidas pelos organismos internacionais, tais como a UNESCO, o Banco Mundial e a OCDE, em relação à educação superior, mais especificamente, em se tratando em matéria da internacionalização.

Segundo Franco et al. (2013, p. 4) os Organismos Internacionais

inquestionavelmente, adotam estratégias de ampla participação, de distintas representações de países e grupos, visando à elaboração de seus documentos/ declarações, geralmente originados num processo de encontros sucessivos, culminados em grande conferências. Produções documentais expressivas de princípios e práticas, têm exercido considerável influência nas discussões travadas sobre a Educação Superior e nos direcionamentos assumidos para este nível de ensino em distintos países, frutos de textos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), da OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development), do processo de Bolonha e até mesmo da Conferência Regional da Educação Superior (CRES).

Para Akkari (2011, p. 9) “nas últimas décadas observamos um processo de internacionalização das políticas educacionais, que se manifesta em diversos níveis”. Segundo o autor,

Em primeiro lugar, as agências internacionais fornecem orientações em termos de políticas nacionais educacionais. Essas recomendações estão relacionadas à cooperação bilateral ou multilateral na Educação e são cada vez mais presentes nos países emergentes. As mudanças na política educacional também podem resultar de vários relatórios e estudos comparativos internacionais (AKKARI, 2011, p. 9).

Segundo Akkari, as organizações internacionais, que têm cada vez mais peso no “contexto da globalização, gradualmente entraram em jogo nas políticas nacionais de Educação, colocando em questão o papel dos atores históricos em



Educação: o Estado e a sociedade civil” (AKKARI, 2011, p. 27). Essa circunstância deve ser considerada, na medida em que organismos buscam estabelecer orientações no que tange aos movimentos de internacionalização, à partir de concepções distintas.

Desse modo, em se tratando do Banco Mundial, no documento “Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria” (2003), a educação superior está diretamente vinculada à economia dos países e as IES são importantes agentes na formação qualificada. Há ênfase, nesse sentido, no conhecimento como um fator dominante na busca pelo desenvolvimento econômico, principalmente no que tange a educação superior (BANCO MUNDIAL, 2003). Ainda, de acordo com as orientação do BM, a globalização acabou facilitando as fronteiras políticas e a mobilidade das pessoas qualificadas, levando muitos países, principalmente os ricos, a atraírem os melhores cérebros. Há, em todo documento, o entendimento da educação superior voltada para o mercado, enfatizando as IES privadas para satisfazer as necessidades de acesso à educação superior, conseqüentemente, diminuindo investimentos do Estado nessa área.

Com relação a OCDE, no Documento intitulado International Migration: The Human Face of Globalisation (2009), traz apontamentos interessantes sobre a mobilidade acadêmica internacional, tais como:

Desde meados dos anos 70, o número de estudantes matriculados fora do seu país de origem mais que quadruplicou para pouco mais de 2.7 milhões. Em muitos países, os governos e as faculdades gostariam de ver este número ainda mais elevado. Por quê? Em primeiro lugar, oferecer vagas a estudantes estrangeiros pode ajudar na promoção da compreensão mútua internacional, tanto entre países como no seio das atuais sociedades cada vez mais multiculturais. Em Segundo lugar, os estudantes estrangeiros representam grandes negócios. E em terceiro lugar, estudar no estrangeiro pode ser apenas o primeiro passo para uma estadia mais longa no país de acolhimento, que poderá ter um papel, a mais longo prazo, no preenchimento da necessidade de imigrantes qualificados (OCDE, 2009, p. 5).

Assim, a internacionalização da educação superior, apesar de despontar como um meio de promoção de paz entre países, é tomada por uma racionalidade econômica. O excerto a seguir corrobora com essa perspectiva:

A expansão do ensino superior nas nações em crescente desenvolvimento do G20 tem reduzido o percentual de participação de graduados da Europa, Japão e Estados Unidos no conjunto de talentos global. Se as tendências atuais continuarem, China e Índia terão 40% do total de jovens com ensino superior no G20 e nos países da OCDE em 2020, enquanto os Estados

Unidos e a União Europeia terão em torno de um quarto. A forte demanda por pessoal na “economia do conhecimento” é um indicador de que o mercado de trabalho global pode continuar a absorver a crescente oferta de indivíduos com alto nível de escolaridade (OCDE, 2012, p. 1).

É interessante perceber, em se tratando desses indicadores educacionais da própria OCDE (2012), que capturar cérebros brilhantes de outros países remete a questões estratégicas para aumentar a competitividade econômica. Se a cooperação internacional tem a intenção de proporcionar o desenvolvimento sustentável para os países em desenvolvimento, tem-se na internacionalização da educação superior, pelos intercâmbios intelectual e cultural, um enfoque em que o capitalismo está assumindo grandes dimensões e deixando o discurso duvidoso.

Conforme Altback (2013), muitos países da Europa e da América do Norte estão buscando maneiras e incentivos de convencer os melhores estudantes a permanecerem em seus países. Esse movimento, intitulado fuga de cérebros, é incentivado por carreiras profissionais e melhores salários. Ou seja, um capitalismo agora acadêmico que está afirmando que “a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121). O cenário ora exposto precisa ser observado e considerado no contexto da internacionalização.

A partir dessa premissa, pode-se depreender no âmbito da UNESCO, no documento Educação Um Tesouro a Descobrir (1996), chamado Relatório Delors, um quadro prospectivo com a seleção de questões importantes no debate internacional em termos de educação. Esse quadro, por sua vez, já trazia apontamentos acerca da dominação da globalização, traçando orientações no que tange a internacionalização.

Conforme Relatório Delors (1996)

As instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenômeno da mundialização, sanarem o “déficit de conhecimentos” e enriquecerem o diálogo entre povos e entre culturas. A cooperação entre cientistas da mesma disciplina transcende as fronteiras nacionais e constitui um instrumento poderoso para a internacionalização da pesquisa, da tecnologia, das concepções, das atitudes e das atividades (UNESCO, 1996, p. 145).

Aspectos como esses enfatizam a importância do estabelecimento das redes entre IES e as vantagens tanto no plano científico, quanto no cultural. Contudo, o Relatório já pontuava que a cooperação não fosse estabelecida apenas entre países ricos, reforçando a necessidade de redes entre os eixos Norte-Sul e mesmo Sul-Sul. Desse modo, o Relatório Delors (1996) para a UNESCO orientou para a aplicação da cooperação internacional em termos de aldeia global, enfatizando que a pesquisa científica tem papel fundamental no desenvolvimento e reforço de potencialidades dos países menos desenvolvidos. Além disso, ressaltou que a constituição de redes deveria ter como perspectiva a parceria entre instituições e países.

Tais apontamentos foram reforçados na Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris pela UNESCO em 1998, ressaltando que a “cooperação e os intercâmbios internacionais são os caminhos principais para promover o avanço da educação superior em todo o mundo” (UNESCO, 1998, s/p). Como complementa Stallivieri:

A crescente importância do conhecimento e a valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e na manutenção do entendimento entre povos e do espírito de solidariedade com os países menos desenvolvidos passam a ser questões permanentemente discutidas em fóruns internacionais e foram claramente apresentadas na Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada pela Unesco em Paris, no ano de 1998 (STALLIVIERI, 2004, p. 24).

Com relação ao documento “Fundamentos da Nova Educação”, estabelecidos nos Cadernos UNESCO (2005), ressaltou que a cooperação internacional deve ser pautada pelo princípio da solidariedade internacional, salientando que os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos e; a internacionalização da educação superior reflete a “conjuntura de marcha acelerada do processo de globalização. Reflete também a necessidade crescente de entendimento intercultural” (UNESCO, 2005, p. 34).

A UNESCO defende que a cooperação internacional

deve ensejar uma cooperação e intercâmbio baseado na parceria e na busca coletiva da qualidade e relevância. Por outro lado, essa cooperação precisa apoiar-se no princípio da solidariedade internacional, pois os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos (UNESCO, 2005, p. 34).

Nesse sentido, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior - CMES (2009) reafirma sua postura acerca da cooperação baseada na solidariedade e respeito, bem como o papel das IES no desenvolvimento dos países e o estabelecimento de redes como uma das formas para tanto, com base no respeito pela diversidade cultural e soberania dos países envolvidos.

Para Franco et al. (2013, p. 4) a

Unesco, especialmente por meio de seus documentos expressa ideias veiculadas em grandes eventos internacionais, que imprimem, com força de política, as suas tematizações, concepções e práticas socializadas. A estruturação de tais conferências, o modo como as ideias são colhidas, forjadas e sedimentadas, conferem poder aos documentos declaratórios que delas se originam. É o caso de documentos oriundos de evento como o da Conferência Mundial de Educação Superior, realizada em 2009 e que promulgou a Declaração sobre “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social” (CMES, 2009). Tal declaração é fruto de ideias discutidas por representantes de inúmeras nações, e o desfecho sintetiza uma metodologia ancorada em eventos regionais, paulatinamente sedimentados em seus direcionamentos (FRANCO et al., 2013, p. 4).

Outro direcionamento apontado pelas autoras em se tratando das Conferências realizadas pela UNESCO, refere-se também à construção de espaços regionais em matéria de educação superior. Como exemplo, a Conferência Regional da Educação Superior (CRES, 2008) que buscou, além de divulgar suas políticas, “construir a cultura de diálogo e interação efetiva na região tendo no horizonte a criação do Espaço de Encontro Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES)” (FRANCO et al., 2013, p. 4).

Nesse enfoque, é oportuno comentar no Espaço Latino-Americano, sobre o Fórum de Integração Regional e Internacionalização da Educação Superior (FLAES) realizado em 2014. Em termos de considerações da Declaração Final do Fórum, há indicação da importância de um plano de ação, buscando a consolidação desse espaço:

[...] é de importância estratégica a estruturação de um plano de ação que consolide e fortaleça o Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES), o qual deve fazer parte da agenda das universidades, dos governos e dos organismos multilaterais de caráter regional. Ressaltamos que a condução deste plano de ação deve estar sob a condução das universidades, contando com respaldo direto dos governos.

O ENLACES se orienta a afirmar a identidade e as necessidades da América Latina e do Caribe no âmbito da Educação Superior para dialogar em igualdade de condições com as outras regiões do mundo (FLAES, 2014, p. 10).

O Fórum teve por objetivo debater os avanços e desafios da universidade e “demais instituições da educação superior a partir dos principais documentos de referência elaborados pela UNESCO nas últimas décadas, aprovados em debates públicos em escala regional e mundial” (FLAES, 2014, p. 1), tendo como base os documentos formulados em Conferências e Declarações sobre a educação superior, tais como o documento Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior (1995); a Declaração sobre a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Havana, 1996); a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI (Paris, 1998); a Conferência Mundial sobre Educação Superior+5 (Paris, 2003); a Declaração de Cartagena (CRES 2008) e a Conferência Mundial sobre Ensino Superior (Paris 2009) (FLAES, 2014).

Nesse sentido, o documento traz recomendações e encaminhamentos, como exemplo, que a internacionalização da educação superior deve ser pautada na cooperação solidária buscando fortalecer as IES e países latino-americanos, bem como enfatiza a importância da realização e encontros regionais para estabelecimento e fortalecimento de redes entre as IES e instituições de pesquisa. Outro apontamento refere-se ao estabelecimento de um sistema de acreditação para o mútuo reconhecimento de títulos, estudos e diplomas (FLAES, 2014).

Em termos de síntese, pela análise do relatório final e também pelas discussões ocorridas no Fórum de Integração Regional e Internacionalização da Educação Superior, percebeu-se preocupação na construção e fortalecimento das redes de pesquisa, focando no eixo Sul-Sul, buscando que a ciência e tecnologia das instituições da América Latina e Caribe possam, pela partilha de conhecimento, promover desenvolvimento tanto para as IES, bem como para os países. Outro elemento fundamental para tanto, ficou claro, foi à perspectiva de superação das desigualdades sociais e o anseio em ter as mesmas condições de diálogo com as outras regiões do mundo (FLAES, 2014).

Essa mobilização, contudo, é refutada pelas tendências das universidades brasileiras nas aproximações com universidades de referência mundial, como as Instituições dos EUA e da Europa. Desse modo, a cooperação entre instituições da

América Latina, como no caso da própria UTFPR com outras instituições do MERCOSUL, por exemplo, apresenta-se em fase ainda incipiente e demonstrando que um contexto histórico de acordos e convênios com instituições da Europa continuam com maior ênfase. O trecho da entrevista abaixo de um interlocutor auxilia na compreensão desse panorama na instituição pesquisada:

Uma das questões, que é uma excelente pergunta, e a gente sempre tem muita dificuldade de responder, é por que nós fizemos com a Europa e não fizemos com o MERCOSUL. Simplesmente, porque não tem braço por enquanto para fazer. E, a Europa nos paquera. A gente foi passivo e a gente aceitou essa relação a muito tempo e agora a gente quer ser ativo [...] E outra coisa, as políticas do Governo normalmente premiam bolsas para a Europa. [...] A gente tem uma relação com a Europa que dá para caminhar muito, muito ainda, mas nós vamos partir para o Mercosul. Nós temos que ter uma relação com o Mercosul, não faz sentido. E o Marca é o melhor exemplo que nós temos (E1).

Ainda no que tange o MERCOSUL, a UTFPR possui experiência no Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) no Câmpus de Pato Branco, com vários estudantes que já participaram da mobilidade no âmbito no MERCOSUL. As experiências do MARCA, conforme apontado no relato do entrevistado, representam ótimas oportunidades. O mesmo enfatizou que é preciso “trazer essa experiência do Marca para todos os Câmpus” (E1). Contudo, na atual perspectiva da instituição pôde-se inferir que o foco dos convênios e/ou acordos internacionais estão sendo os países centrais, como no caso dos países pertencentes à Europa. Esse movimento, por sua vez, está atrelado ao histórico de aproximações da universidade com esses países, bem como por políticas públicas do Governo Federal, incentivando esse cenário.

O MARCA está vinculado à criação do Setor Educacional do Mercosul que “busca a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do MERCOSUL e países associados” (SEM, 2015, s/p). Essa integração possui o seguinte objetivo:

formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região (SEM, 2015, s/p).

Logo, a criação de blocos econômicos também fortalece o processo da internacionalização da educação superior. Contudo, diante de tal perspectiva, cabe as considerações de Gadotti (2007, p. 12) no tocante a integração acadêmica da América Latina enfatizando que vários pontos precisam ser aprofundados, tais como

- a) as implicações educacionais e culturais do processo de integração;
- b) a criação de uma política de intercâmbio discente e docente;
- c) a compatibilização efetiva dos currículos; e
- d) a produção de material didático imbuído do espírito de integração, que, por exemplo, aprofunde o conhecimento de nossas culturas e nossa história comum.

Nesse contexto, convém ressaltar que o Programa MARCA representa o fortalecimento da integração no contexto latino-americano, implicando nas discussões propostas pelo ENLACES que busca essa maior cooperação Sul-Sul. No contexto da UTFPR, essa mobilidade representa um cenário de internacionalização regional que pode contribuir sobremaneira para as experiências dos alunos, bem como de professores. Apesar do MARCA contemplar apenas o curso de Agronomia da UTFPR Câmpus de Pato Branco, o Programa representa um avanço em relação a educação superior no contexto Sul-Sul, fortalecendo redes de pesquisa e cooperação entre instituições, num processo de trocas de experiências na produção e disseminação de conhecimento.

Ante o exposto, e por fim, no âmbito dos relatórios analisados, o Relatório Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década, da UNESCO de 2012, reafirma que a condição da dimensão internacional da educação superior faz parte de sua qualidade, e a implantação de “redes cuja ação seja fundamentada na solidariedade e na igualdade entre os membros deve ser estimulado, tornar-se um instrumento principal das instituições e dos sistemas” (UNESCO, 2012, p. 56).

Segundo a UNESCO,

Sem uma ES e sem instituições de pesquisa adequadas, que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável, nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar de conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer novas oportunidades para reduzir essa disparidade (UNESCO, 2012, p. 57).

Tais considerações como aporte do processo de internacionalização da educação superior seriam de extrema importância e estabeleceriam concepções de uma cooperação pautada pela própria essência da palavra. Contudo, é importante ter consciência que a dimensão internacional, nesse caminho para responder aos desafios propostos no atual mundo globalizado e atender o desenvolvimento das nações, apresenta implicações que podem encaminhar para interesses de um modelo colonial, pautado em uma racionalidade hegemônica.

É diante desse cenário que o pós-colonial na perspectiva da geopolítica do conhecimento busca “problematizar quem produz conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9). Nos atuais discursos de cooperação internacional para o desenvolvimento há implicações que devem ser consideradas, pois a internacionalização e os movimentos por novos e diversificados conhecimentos devem possibilitar o desenvolvimento dos países e não apenas uma disfarçada integração que permanece subordinada e colonizada.

Nesse sentido que a internacionalização da educação superior tem como horizonte complementar a dimensão local (KNIGHT, 2012). O aprimorando e respeito ao contexto local pela internacionalização deve ser um movimento que configure um diálogo contra-hegemônico através da articulação entre instituições e países. As características próprias do local ou lugar, ou seja, os aspectos ligados à cultura das regiões, da produção de conhecimento devem estabelecer uma integração não subordinada.

Como apontado pelos autores Bernheim e Chauí (2008), os países centrais hegemônicos dominam a produção de conhecimento pela desigualdade dos países periféricos em relação a recursos necessários à pesquisa. Nessa condição, como afirma Knight (2012), esse cenário encaminha para a internacionalização ser um agente hegemônico com movimentos contraditórios: cooperação e subordinação.

Na perspectiva de Escobar (2005, p. 3), “na medida em que as mudanças na economia política global se voltem para concepções distintas de lugar e identidade, a relação lugar/poder/identidade se torna mais complicada”. Como afirma Leite e Genro (2012) o local e suas características ficam destruídos pelo viés imperialista.

Nesses termos, ao refletirmos sobre os movimentos de internacionalização dos acadêmicos, professores, pesquisadores, instituições e nações no pós-colonial, devemos considerá-los como parte da construção da identidade local e buscar a desvinculação das relações coloniais de dominação: uma busca por liberdade.



Pensando por esse viés e, em se tratando da cooperação entre instituições e países,

[...] o papel das universidades passa a ser fundamental, pois a elas cabe a tarefa de serem protagonistas da cooperação internacional e promotoras do processo de integração. A integração, aqui, é vista como uma ação para diminuir barreiras entre nações e povos, aprimorando os desenvolvimentos científico, tecnológico, social e cultural, através da cooperação e capacitação em setores específicos, com a obtenção de melhores resultados. Integração, portanto, não pode ser entendida apenas como incorporação, substituição ou introdução de. Ela deve ser entendida como processo de aproveitamento de elementos necessários em determinados setores, pra melhorar o equilíbrio dos componentes do meio (STALLIVIERI, 2004, p. 27).

Ante o exposto, ressalta-se que a universidade, “deve exercer, pois, na plenitude sua condição de *locus* privilegiado de análise crítica, propositiva e, sobretudo, prospectiva” (WIELEWICKI; RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 231). Em termos de matéria da internacionalização da educação superior por um viés pós-colonial, significa que tal processo esteja imbuído e alicerçado com noções de identidade, respeito e cooperação.

Diante de tal concepção, assume-se assim, que a internacionalização “é um processo de mudança” (KNIGHT, 2012, p. 64). Esse processo, por sua vez, deve ter como horizonte perspectivas e anseios das instituições de educação superior e países. Nas palavras de Knight (2012, p. 64) “não existe um modelo "genérico" para a internacionalização”. Assim, adotar simplesmente modelos sem levar em conta o contexto local torna-se uma posição colonial.

Em se tratando de anseios e perspectivas das instituições de educação superior, há que se ressaltar que a internacionalização das IES emerge também como parte de um projeto de consolidação rumo ao reconhecimento internacional, buscando patamares das chamadas universidades de classe mundial.

Segundo Hazelkorn (2009, p. 57)

A batalha por excelência de classe mundial fundiu prioridades nacionais com institucionais e transformou os *rankings* globais de ferramenta de benchmarking em instrumento estratégico. Isso tem implicações diretas na maneira pela qual as ambições e iniciativas de políticas são delineadas – e interpretadas – pelas instituições.

Altbach (2004) cita algumas características importantes para o alcance de patamares das universidades de classe mundial, tais como excelência e liberdade no ensino e na pesquisa, autonomia acadêmica, governança da instituição, infra-

estrutura adequada, financiamento, corpo docente formado também por estrangeiros e diversidade (vinculada à inclusão social).

Nesse sentido, no cenário brasileiro, Guimarães aponta a dificuldade do reconhecimento internacional por parte das universidades brasileiras:

Para atingirmos isso, temos que dar mais ênfase à pesquisa e inovação, aproveitar a globalização para ampliar a cooperação internacional e inserir nossos estudantes em locais mais avançados, além de absorver em nossas universidades estudantes e docentes vindos do exterior. Também precisamos aumentar o acesso a conteúdos internacionais (GUIMARÃES, 2014, s/p)

Na concepção de Guimarães (2014, s/p) as universidades brasileiras têm “autonomia limitada, governança reduzida e não respondem inteiramente pelos seus atos. Essas características são obstáculos para conquista de padrões de excelência internacionais”. Outro ponto importante de sua fala é sobre a pós-graduação, como ponto de partida para internacionalizar as IES:

Já existem programas com padrão próximo a de instituições internacionais. Se começarmos por estes programas, podemos iniciar um processo setorizado com intuito de que se expanda para o restante da universidade. Porém, precisamos primeiro realizar um trabalho de conscientização inclusive com estes programas, pois alguns não têm uma ideia clara do que é realmente necessário para atingir a internacionalização. Temos muito trabalho a ser feito (GUIMARÃES, 2014, s/p).

É nesse sentido que estratégias e ações pró-ativas em torno da internacionalização são necessárias nas IES brasileiras, buscando o fortalecimento e implementação de uma cultura de internacionalização. Em se tratando de horizontes, nos patamares das universidades de classe mundial, é preciso uma visão estratégica internacional com as mudanças necessárias que contemplem os requisitos que consolidem essas instituições, tais como as características citadas por Altbach (2004). Obviamente, é necessário pensar em qual internacionalização se quer, bem como ter a consciência de que a cooperação científica internacional também pode ser utópica, levando apenas a uma submissão.

É preciso considerar, como orienta Knight (2012, p. 65), que apesar dos “múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas não intencionais

envolvidas”. Como decorrência dessa “não intencionalidade”, a mobilidade acadêmica apresenta a fuga de cérebros como um efeito adverso.

Knight (2012) pontua que além da fuga de cérebros, há fraudes de títulos internacionais e o surgimento de indústrias de certificação e fabricação de diplomas. A internacionalização está sendo percebida como fonte de renda, proveniente das taxas que a mobilidade acadêmica gera para as instituições e países. Conforme Knight (2012, p. 65) “é imperativo manter a atenção concentrada nos diferentes impactos da internacionalização, tanto positivos quanto negativos”.

Conforme destaca Altbach (2012, p. 62), “o fantasma da corrupção assombra a campanha global para a internacionalização do ensino superior”. Para o autor, as economias emergentes e as em desenvolvimento acabam, pela internacionalização da educação superior, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento dos países ricos.

Assim, é imperativo um debate em torno da internacionalização pelos Organismos Internacionais que tratam da educação superior, bem como das instituições e países que encaminhe ações com propostas de solidariedade internacional, de uma integração que possibilite o desenvolvimento das culturas e não apenas continue consolidando a hegemonia do capitalismo, pois a internacionalização não é finalidade em si, mas sim, busca-se com ela atingir metas e objetivos (KNIGHT, 2012). Trata-se do aprimoramento da qualidade acadêmica e de perspectivas de desenvolvimento para muitos países imbuídos neste processo.

Dessa maneira, a internacionalização pode “ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes” (KNIGHT, 2012, p. 65). A autora chama atenção para que a internacionalização não tenha como objetivo a mobilidade em si ou um currículo internacional, mas sim, preparar estudantes para o trabalho e para a vida nesse mundo que opera de forma global.

Diante dessa perspectiva é importante “a conscientização a respeito das práticas éticas e corretas no ensino superior internacional, dos problemas emergentes e dos desafios persistentes merece nossa atenção contínua” (ALTBACH, 2012, p. 62). Não se trata de um processo simples, pelo contrário, é complexo e precisa da devida atenção e discussão de como estão ocorrendo os processos em torno da internacionalização que vão além da mobilidade acadêmica. Conforme Knight (2012) os movimentos de internacionalização sofreram impactos

devido a crescente competitividade global. A preocupação apenas com a geração de renda é um grande risco para a internacionalização e converge para interesses coloniais.

Nessa direção, Filho indica que a internacionalização possa ser um caminho “para o desenvolvimento social com justiça e bem estar em vez de instrumento político e ideológico utilizado para abrir novos mercados econômicos” (FILHO, 2008, p. 110). Nesse caminho, é preciso repensar a internacionalização a partir de novos posicionamentos, pós-colonialista, vislumbrando uma produção e disseminação de conhecimento para além dos modelos impostos, para além do eurocentrismo, numa proposta contra-hegemônica que resgate valores e objetivos centrais da internacionalização, tais como a cooperação e a solidariedade internacional.

Segundo Quijano “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 139).

Desse modo, em termos de síntese, salienta-se ainda que o trabalho em escala global reunindo diferentes públicos é extremamente relevante para discussão da internacionalização da educação superior, considerando seu papel em torno do desenvolvimento, principalmente para países que ainda trilham esse caminho. A internacionalização, pela cooperação horizontal e oportunidades acadêmicas, pode assumir um papel estratégico nos processos de desenvolvimento de países e regiões, surgindo como importante propulsora no campo social, político, econômico e cultural mediante a constituição de redes.

A partir desse panorama ora exposto, essa seção buscou apresentar uma reflexão acerca do contexto da internacionalização da educação superior apoiando-se na crítica pós-colonialista. Sob essa ótica é necessário pensar em como a internacionalização está sendo medida; se as metas quantitativas estão se sobrepondo às qualitativas; em como está sendo a integração e cooperação internacional e suas implicações no local; repensar na produção de conhecimento do Sul e do Norte e seus encaminhamentos; os interesses capitalistas hegemônicos em torno da integração; por fim, é necessário repensar a complexidade e totalidade em torno da internacionalização que está inserida num contexto de modernidade capitalista eurocêntrica e, no contexto da educação superior brasileira, repensar as lógicas das próprias universidades no que tange a seus movimentos de internacionalização.

Desse modo, conceitos e definições da internacionalização da educação superior englobam várias dimensões e as instituições de educação superior precisam considerar essas concepções mais amplas. A próxima seção busca contextualizar essas definições e conceitos.

### 3.2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Esta seção tem por objetivo contextualizar a problemática de pesquisa, apresentando definições e conceitos de internacionalização da educação superior.

O processo de internacionalização da educação superior não é novo e surge juntamente com as primeiras universidades. Na história das universidades<sup>6</sup> é possível verificar a existência de movimentos de estudantes e professores por vários lugares em busca de conhecimento e formação desde o início dessas Instituições no século XIII na Europa Ocidental.

Conforme Stallivieri (2004, p. 15)

O caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas de *universitas*, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando, em sua constituição, comunidades internacionais, que se reuniam em busca de um objetivo comum: o conhecimento.

Segundo Charle e Verger (1996, p. 27), na época medieval as populações estudantis tinham grande mobilidade “uma vez que, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens nem à validade universal dos diplomas”. Segundo os autores, a mobilidade internacional e inter-regional de estudantes manteve-se até metade do século XVIII, um longo período sem restrições para a internacionalização na época.

Ainda, de acordo com os autores, nos anos de 1190, na Universidade de Bolonha, grupos de estudantes formaram nações estudantis e pouco a pouco foram formando novas universidades. Esses estudantes, por sua vez, possuíam origens

---

<sup>6</sup> A obra *História das Universidades*, de **Christophe Charle e Jacques Verger**, de 1996, constitui um documento importante que apresenta suas transformações ao longo do tempo.

geográficas distintas, vindos, por exemplo, da Inglaterra e Alemanha. Charle e Verger (1996) pontuam que na época medieval os estudantes do Império e da Europa Central encaminhavam-se para as universidades italianas de Pádua, Bolonha e Sienna e, com menor fluxo, para as universidades francesas de Paris, Orleans e Montpellier. Devido ao prestígio do Humanismo Italiano, muitos estudantes ingleses, ibéricos ou franceses eram atraídos para as universidades italianas. Entre as razões da mobilidade da época, os autores destacam que vários estudantes buscavam a experiência existencial pela visita a lugares célebres e também como uma forma de iniciação de sociabilidade.

No contexto histórico, de modo específico na universidade pesquisada, a UTFPR, é possível verificar que a internacionalização da educação superior está presente desde a década de 1950, ligada às políticas públicas do Governo Federal no campo do ensino industrial do país (UTFPR, 2015).

Para Stallivieri (2004, p. 15):

Como espaço gerador de conhecimento, a universidade, a partir do século XIX, tem contribuído para as rápidas transformações tecnológicas, para a evolução dos meios de comunicação e para a velocidade com que circulam as informações, que têm aproximado os povos e têm feito com que as populações tenham acesso muito rápido e direto ao que está ocorrendo nos lugares mais longínquos do globo, gerando um acelerado processo de internacionalização.

Tais considerações encaminham à internacionalização como um movimento histórico das universidades e que nas últimas décadas encontra-se em plena expansão. Nesse sentido, em se tratando de abordagens mais conceituais da internacionalização, Knight (2004) afirma que a popularização do termo internacionalização da educação superior surgiu no início da década de 1980 e antes desse período os termos utilizados eram educação internacional e cooperação internacional. Para De Wit (2013) antes dos anos de 1990 o termo usado coletivamente era educação internacional e englobava uma série de atividades internacionais como “estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de estudantes e funcionários entre universidades, educação voltada para o desenvolvimento e estudos de áreas específicas” (DE WIT, 2013, p. 69).

Assim, foi no decorrer das últimas décadas que houve “a transição gradual do termo “educação internacional” para “internacionalização da educação superior” e a

criação de uma abordagem mais conceitual para a internacionalização” (DE WIT, 2013, p. 70).

Para Morosini (2006b, p. 115) “a internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento”. A autora pontua as seguintes:

- a) dimensão internacional – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada;
- b) educação internacional – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e
- c) internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior (MOROSINI, 2006b, p. 115).

Para a autora, na década de 1990, a globalização impulsionou a internacionalização no panorama mundial. Nessa discussão, conforme afirma De Wit (2013), vários fatores contribuíram para que o conceito de internacionalização encaminhasse para uma noção mais integrada e abrangente, como exemplo, o processo de unificação europeia e a globalização dos mercados. Com isso, encaminhou-se para uma nova acepção do conceito da internacionalização, rompendo sua noção marginal e fragmentada.

Nesse contexto, Dias Sobrinho afirma:

Tratar da universidade, da sociedade e da democracia, hoje, obriga-nos a refletir sobre a globalização. Desde logo, é muito problemático obter um entendimento amplamente aceitável sobre qualquer um dos elementos desse tema. Por sua vez, é muito arriscado traçar qualquer cenário seguro para as futuras transformações da universidade. Não há consensos razoavelmente estabelecidos sobre esse eixo universidade–sociedade. Uma universidade não está fora, separada, mas está dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interatuações (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 164).

Para Sousa Santos (2002, p. 11), ao “contrário do que o termo globalização superficialmente conota, estamos perante processos de mudança altamente contraditórios e desiguais, variáveis na sua intensidade e até na sua direção”.

Assim, Knight (2012, p. 65) afirma que a globalização tem “seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias” e; a internacionalização da educação superior,

“ênfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas” (KNIGHT, 2012, p. 65).

Para Gacel-Ávila (2011), a internacionalização é uma maneira para os países responderem aos vários impactos causados pela globalização na área da educação superior. Para a autora, as IES devem ter atitudes pró-ativas frente a esse ambiente globalizado. Outra característica importante para Gacel-Ávila é o fato de que a internacionalização visa promover o respeito e reconhecimento de diferenças das identidades culturais e; a globalização, visa à homogeneização.

Dessa forma, “após décadas de intenso desenvolvimento, a internacionalização aumentou na sua abrangência, escala e valor” (KNIGHT, 2012, p. 64). Para a autora, a internacionalização tem evidenciado sua importância e seu papel central pelas ações desenvolvidas em seu em torno. Exemplos disso são as estratégias das universidades, a discussão nas políticas nacionais de educação, as publicações de artigos acadêmicos e as declarações de âmbito internacional (KNIGHT, 2012).

De Wit (2013) afirma ainda que nos últimos anos houve uma mudança no panorama da internacionalização da educação superior quando o fenômeno deixou de ser predominante do Ocidente. Ou seja, “as economias emergentes e a comunidade de educação superior de outras partes do mundo estão alterando a paisagem da internacionalização” (DE WIT, 2013, p. 70).

A partir desse cenário, o autor salienta que “afastando-se do conceito ocidental e neocolonial, que orienta a percepção de “internacionalização” de muitos educadores, este princípio precisa incorporar estas visões diferentes e emergentes” (DE WIT, 2013, p. 70).

Nessa condição, Knight (2005) recomenda que um conceito de internacionalização precisa ser genérico, pois envolve diferentes sistemas de educação superior e países. Para Knight “a internacionalização é um processo de mudança feito sob medida para atender às necessidades e interesses de cada instituição de ensino superior. Não há uma fórmula pronta de internacionalização” (KNIGHT, 2014, s/p). É preciso considerar que as instituições de educação superior e nações possuem diferentes perspectivas em relação à temática.

Desse modo, a internacionalização da educação superior está relacionada ao fortalecimento das IES, como orienta Knight:



A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Assim sendo, trata-se de um processo de mudança – adaptado para atender necessidades e interesses individuais de cada instituição. Consequentemente, não existe um modelo “genérico” para a internacionalização. A adoção de um conjunto de objetivos e estratégias que estejam “na moda” ou que tragam uma “marca conhecida” nega o princípio segundo o qual cada programa, instituição ou país precisa determinar sua abordagem individual para a internacionalização – com base na articulação coerente de seus próprios objetivos e dos resultados esperados (KNIGHT, 2012, p. 64)

Gácel-Ávila (2000) enfatiza que em razão da complexidade do fenômeno que está em evolução, torna-se difícil uma definição única para a internacionalização.

Para a autora, a

internacionalização do ensino superior refere-se a um processo de transformação institucional que visa integrar dimensão internacional e intercultural na missão, cultura, planos e políticas de desenvolvimento nas IES. Para isso, é necessário projetar e implementar, com a participação de diferentes atores na comunidade universitária, uma política explícita de internacionalização, com foco no interesse institucional, implementado através de estruturas – organizacional e programáticas – adequadas e profissionais para garantir a sua institucionalização e sustentabilidade. (GÁCEL-ÁVILA, 2000, p. 122)

A internacionalização da educação superior é um movimento que protagoniza uma relação de parcerias, de intercâmbios e de cooperação entre IES do mundo todo buscando a construção e compartilhamento de conhecimentos.

Para Morosini, a internacionalização

é considerada como qualquer esforço sistemático que tenha como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. É a análise da Educação Superior na perspectiva internacional. A internacionalização da Educação Superior é baseada em relações entre nações e suas instituições (MOROSINI, 2006a, p. 192).

A autora ressalta que, em decorrência da globalização e seus efeitos na educação superior, as IES assumem como política a internacionalização nos diversos departamentos da instituição. Contudo, como afirma Knight (2012) é preciso pensar na internacionalização com a preocupação de que o seu contexto está imbricado com tensões de racionalidade e com implicações da educação sendo tratada como serviço. De Wit (2013) enfatiza que no discurso da internacionalização ainda há predominância de um pequeno grupo ligado à educação superior, aos

Governos e aos Organismos Internacionais, deixando pouco espaço para outros participantes.

Outra preocupação em relação à internacionalização para De Wit (2013) é a ênfase na abordagem quantitativa – ou seja, ser pautada por números e não pelos resultados. Conforme o autor, “a internacionalização é uma estratégia para aprimorar a qualidade da educação e da pesquisa. Este objetivo é muitas vezes esquecido, na busca por metas quantitativas” (DE WIT, 2013, p. 71). Além disso, aponta que “uma consequência vista atualmente é o ocasional surgimento de dimensões, visões e elementos conflitantes no discurso da internacionalização” (DE WIT, 2013, p. 70). De um lado, há discursos de integração e cooperação entre nações e instituições e, de outro, uma racionalidade capitalista que está influenciando o cenário da internacionalização.

É preciso lembrar que na internacionalização, na perspectiva de Knight, o “objetivo não é um currículo mais internacionalizado nem um aumento na mobilidade acadêmica por si mesma. Em vez disso, o objetivo é garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado” (KNIGHT, 2012, p. 65).

Assim, De Wit (2013, p. 71) indica a necessidade de “trazer de volta ao primeiro plano os valores e objetivos centrais da internacionalização”. Para o autor, a globalização, a educação sendo tratada como *commodity* e a noção de uma economia e sociedade do conhecimento encaminham para uma gama de formas, provedores e produtos em torno da internacionalização. Exemplo disso, as franquias e a comercialização dos serviços de educação.

Conforme orienta Knight,

a internacionalização é um meio para se atingir um objetivo, e não uma finalidade em si mesma. Trata-se de um truísmo frequentemente mal interpretado que pode levar a um entendimento enviesado daquilo que a internacionalização pode ou não pode fazer. O sufixo “-ização” significa que a internacionalização é um processo ou um meio de aprimorar ou atingir metas. A internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes – por meio das melhorias na educação e no aprendizado, da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais. O objetivo não é um currículo mais internacionalizado nem um aumento na mobilidade acadêmica por si mesma. Em vez disso, o objetivo é garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado. A compreensão da internacionalização como um meio para se atingir um fim e não como um fim em si garante que a dimensão internacional seja integrada de maneira sustentável às principais funções da

educação e do aprendizado na educação superior, da pesquisa e da produção do conhecimento, melhor servindo à comunidade e à sociedade (KNIGHT, 2012, p. 65).

Dessa forma, as lógicas de internacionalização dependem dos interesses das instituições, dos Governos e dos países. As diferentes racionalidades convergem para a complexidade da dimensão internacional da educação superior (KNIGHT, 2005). Para Morosini “as atividades além-fronteira podem dar uma importante contribuição para o fortalecimento da educação superior se forem desenvolvidas e disponibilizadas efetivamente e com responsabilidade” (MOROSINI, 2008, p. 301).

Nesse sentido, o conceito de internacionalização engloba várias dimensões e as instituições de educação superior precisam integrar essa concepção mais ampla. A internacionalização é um movimento que protagoniza uma relação de parcerias, de intercâmbios e de cooperação entre instituições de educação superior do mundo todo, buscando a construção e compartilhamento de conhecimentos. Ela engloba um contexto que vai além da mobilidade acadêmica e, com isso, há necessidade de uma visão mais ampla e integrada às estratégias e políticas de instituições e Governos.

A partir desse cenário, o próximo capítulo é dedicado à contextualização da internacionalização da educação superior no contexto brasileiro, buscando apresentar um panorama histórico da dimensão internacional do Brasil, bem como atuais políticas públicas voltadas à internacionalização.

#### 4 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar a internacionalização da educação superior no contexto brasileiro e as atuais políticas públicas de internacionalização. Nesse contexto, julgou-se prudente apresentar um panorama histórico da dimensão internacional para compreensão dos movimentos de internacionalização no cenário brasileiro.

Desse modo, inicialmente cabe salientar que a educação superior brasileira foi implantada no século XIX com a vinda da família real portuguesa. Contudo, sua institucionalização ocorreu apenas no século XX. Conforme afirma Sguissardi (2006, p. 277) “foi já nos estertores da república velha que começaram a se consolidar as primeiras ideias de universidade no Brasil”.

Na América Latina, as primeiras universidades surgem em 1555 no México e Lima. Essas universidades foram fundações coloniais e missionárias. Conforme pontuam Charle e Verger (1996, p. 43) “vinte delas foram estabelecidas antes da independência, com maior ou menor sucesso, nas principais colônias espanholas. No Brasil, não houve nenhuma”.

Esse apontamento é importante e remete a pensar, conforme orientação de Trindade:

No Brasil a universidade se institucionalizará apenas no nosso século, embora tenha *havido* escolas e faculdades profissionais isoladas que se precederam desde 1808, quando o Príncipe Regente, com a transferência da Corte para o Brasil, cria o primeiro curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, A “universidade temporã, na expressão de Luiz Antônio Cunha, somente se organiza tardiamente, a partir da década de 20 de nosso século. Como observa *Anísio Teixeira*, o Brasil esteve fora do processo universitário quando o tema principal do debate, no século XIX, era a nova universidade, devotada a pesquisa e a ciência (TRINDADE, 1999, p. 12).

Vale a pena ressaltar que séculos de história separam as Américas, principalmente a América Latina, de outros sistemas de educação superior. Dessa forma, essa diferença na implementação das universidades e dos sistemas de educação superior converge para refletir também as implicações na internacionalização da educação, tais como a relação entre Norte e Sul (centro e periferia) e os modelos de universidade adotados no Brasil e a influência do Norte.

Frente a esse contexto, para compreender como ocorreu o processo de internacionalização da educação no Brasil, bem suas motivações, buscou-se identificar um panorama histórico.

Períodos	Programa	Provedores	Motivação
<b>1º Período Anos 30 e 50</b>	*Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase nas missões que traziam professores visitantes.	*Universidades estrangeiras e brasileiras.	*Acadêmica: fortalecimento do projeto acadêmico das universidades emergentes.
<b>2º Período Anos 60 e 70</b>	*Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase na presença de <i>consultores</i> e na concessão de bolsas de estudos para realizar mestrado/doutorado no exterior.	*Agências internacionais e Governo brasileiro. *Agências nacionais e internacionais.	*Político–Acadêmica: Reestruturação do sistema educacional superior em consonância com o “modelo americano”.
<b>3º Período Anos 80 e 90</b>	*Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase na formação de grupos de estudo e pesquisa em torno de temas de interesse compartilhado. *Concessão de bolsas de estudos para realizar doutorado no exterior, em áreas classificadas como estratégicas. *Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase na vinda de professores visitantes, na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas.	*Agências internacionais e Governo brasileiro. *Agências nacionais e internacionais. *Universidades estrangeiras; instituições de educação superior privadas.	*Acadêmico-Mercadológica: a) expansão e consolidação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . b) incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas. c) diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos.
<b>4º Período Dos anos 2000 em diante</b>	*Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase na formação de grupos de estudo e pesquisa em torno de temas estratégicos e de interesse partilhado. *Concessão de bolsas de estudos para realizar doutorado no exterior em áreas classificadas como estratégicas e sem tradição de pesquisa no País. *Programas de cooperação acadêmica internacional com ênfase na vinda de professores visitantes, na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas. *Projetos de criação de universidades federais orientadas pela internacionalização ativa. *Comercialização de serviços educacionais.	*Governo brasileiro *Agências internacionais e Governo brasileiro. *Agências nacionais e Internacionais. *Universidades estrangeiras e instituições brasileiras de educação superior privadas. *Corporações internacionais *Universidades corporativas.	*Acadêmica, Política, Econômica e Mercadológica: a) Inserção internacional dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . b) Incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas. c) Integração regional de caráter inclusivo. d) Diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos. e) Captação de estudantes.

**Quadro 3: Motivações E Fases Da Internacionalização**

Fonte: Lima e Contel (2009, p. 4).

Com relação ao primeiro período (1930 até 1950) foi marcado pela internacionalização da educação superior sendo promovida pelo Governo Federal e agências governamentais que buscavam o desenvolvimento das IES. Nesse período houve influência da cultura acadêmica francesa e americana na formação do sistema universitário. A presença de professores franceses nas universidades de São Paulo, do Distrito Federal, de Porto Alegre, como exemplos, aconteceu em decorrência do programa de colaboração acadêmica da época que fortaleceu as relações com a comunidade acadêmica francesa. Ainda, houve a intensificação nos anos 1960 do processo de modernização da educação superior brasileira inspirado no modelo norte-americano (LIMA E CONTEL, 2009).

Assim, de modo específico no contexto histórico da própria UTFPR, *locus* deste estudo, foi nessa mesma década de 1950 que ocorre o primeiro movimento da internacionalização. Houve um acordo de cooperação entre Brasil e EUA e a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), instalada então na Instituição, na cidade de Curitiba, como resultado da implantação de políticas públicas brasileiras voltadas para o desenvolvimento industrial (UTFPR, 2015).

Tal movimento do Governo Federal estava relacionado à organização do ensino industrial em todo Estado Brasileiro, atrelando a internacionalização da educação como propulsora do desenvolvimento das capacidades dos professores e administradores das Escolas Técnicas Industriais. Um marco importante da internacionalização no cenário brasileiro e no contexto da instituição.

Nesse enfoque, foi em 1953 que ocorre a implantação de um Programa Universitário e,

Anísio Teixeira, presidente da Capes, contrata professores visitantes estrangeiros, estimula atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, concede bolsas de estudos e apoia eventos de natureza científica. Nesse mesmo ano foram concedidas 79 bolsas: 2 para formação no país, 23 de aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. No ano seguinte, foram 155: 32 para formação, 51 de aperfeiçoamento e 72 no exterior (CAPES, 2008, s/p).

Assim, ressalta-se o papel da internacionalização no contexto da educação superior brasileira, no processo de institucionalização das universidades e formação de professores. Esse processo, por sua vez, naquele momento histórico ligado principalmente aos convênios/acordos de cooperação internacional entre países e IES, como mecanismo de legitimação de um modelo que tinha como pressuposto a

racionalidade técnico-instrumental. Assim, na institucionalização das universidades a internacionalização implicou como instrumento de consolidação de modelos dos países centrais e; na formação de professores ligada a essa racionalidade que buscava expansão da educação industrial do país.

Com relação ao segundo período (1960 até 1970), ocorre um processo de modernização que deu ênfase na reestruturação curricular, ampliação de mestres e doutores, ampliação das matrículas, profissionalização da gestão das IES e formação de profissionais e pesquisadores necessários à modernização das IES públicas, bem como formação de recursos humanos para o parque industrial brasileiro. Nesse período os laços de cooperação foram estreitados pelo Governo Federal com universidades dos Estados Unidos que resultou, como exemplo, na vinda de professores/consultores para formulação de planos para o novo projeto das universidades brasileiras. Na década de 1960 a influência norte americana no projeto de desenvolvimento das universidades públicas foi marcada pelo Programa MEC-Usaid (1965) com a criação de uma equipe para o planejamento da educação superior no Brasil e pelo Plano Atcom (1966), para modernizar a administração das universidades brasileiras. Houve concessão de bolsas para mestrado e doutorado em universidades norte americanas (LIMA E CONTEL, 2009).

De acordo com Arapiraca (1979, p. 163) o Programa MEC-Usaid

proporcionou a ida aos EUA de vários técnicos brasileiros em educação primária para treinamento e observação de modelos de ensino primário desenvolvidos naquele país. Visavam, com esse programa formar um corpo de técnicos que fossem capazes de multiplicar recursos humanos, a fim de atender maior quantidade possível de necessidades de serviços educacionais” (ARAPIRACA, 1979, p. 163).

Para Santos e Filho (2012, p. 117) “só nos anos de 1960, o modelo de universidade de pesquisa científico-tecnológica chega ao Brasil”. Segundo os autores, Anísio Teixeira e seu discípulo Darcy Ribeiro concebem o primeiro centro acadêmico no Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), adaptando o sistema do *college* norte-americano a uma realidade menos especializada e mais carente. Segundo Santos e Filho a reforma universitária de 1968 terminou incompleta com a sobreposição de modelos universitários:

Por um lado, incorporou-se à arquitetura acadêmica brasileira o que nos EUA é em parte formação profissional (os mestrados) interpretando-a de modo distorcido como formação de pós-graduação, sem remover o sistema anterior de ensino de graduação profissionalizante inspirado nos antigos

modelos alemão e francês. Nesse caso, criou-se no Brasil um título universitário terminal chamado mestrado, como uma espécie de licenciatura para a docência no ensino superior (SANTOS; FILHO, 2012, p. 72).

Na década de 1960 ainda, é válido lembrar, conforme destaca Neves (2012), em se tratando dos movimentos de expansão da educação superior, ocorre uma abertura de vagas às camadas sociais médias. Para tanto, implicou no crescimento da iniciativa privada na educação superior com traços de caráter ainda elitista nesse processo.

No final de 1960, continuando com o processo de profissionalização do Brasil, segundo Mello (1997), ocorre as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com debates que defendiam a escola pública e outros (do Governo) a necessidade de vincular ela ao mercado.

Nesse processo, Franco (2002, p. 309) destaca que

o Brasil finalizou a década de 1960 tendo firmado acordos culturais com países diversos. A década de 1970 trouxe um novo movimento de ampliação das parcerias estratégicas brasileiras como: o Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975, e as parcerias com países em desenvolvimento e/ou com interesses semelhantes (África, Oriente Médio e Ásia).

Assim, no terceiro período (1980 até 1990) os programas de pós-graduação brasileiros foram ampliados em decorrência dos investimentos do Governo Federal buscando o desenvolvimento científico das universidades públicas. Os objetivos desses investimentos eram para formar docentes e pesquisadores necessários para o sistema público e privado de educação superior; impulsionar o desenvolvimento econômico do país, bem como formação de recursos humanos para o mercado. Esse cenário contribuiu para o fortalecimento dos programas de cooperação acadêmica internacional buscando ultrapassar relações de subordinação com outros países, num movimento de afirmação da comunidade científica brasileira (que ainda continua) internacionalmente (LIMA E CONTEL, 2009).

A internacionalização, nesse período, tinha como base atividades para o desenvolvimento nacional com a criação e consolidação de institutos de pesquisa especializados em áreas consideradas estratégicas pelas políticas públicas, tais como Ministério da Agricultura, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, etc.; e a ampliação de projetos de pesquisas conjuntas visando também o desenvolvimento do país. Como resultados dessas inovações houve o aumento de doutores e da produção de conhecimento científico brasileiro no cenário mundial. Na década de



1990 a CAPES, buscando explorar o potencial dos acordos de cooperação internacional, modificou os critérios de avaliação da pós-graduação e as notas 6 e 7 ficaram restritas à programas em nível internacional com a intenção de aumentar a participação da academia brasileira internacionalmente (LIMA E CONTEL, 2009).

Em se tratando do quarto período da internacionalização da educação superior no contexto brasileiro (2000 em diante), foi marcado pelo desinvestimento público em educação superior (nível mundial) e o conseqüente processo de privatização ocorrido em vários sistemas nacionais de educação superior. A internacionalização da educação superior perdeu grande parte da chancela do Estado e ganhou traços mercantis com multiplicação de provedores, combinação de motivações econômicas, mercadológicas e acadêmicas na prestação dos serviços, diversificação dos serviços e das formas de entrega etc. Há crescimento da internacionalização com razões puramente comerciais e a mobilidade internacional encontrada nas universidades públicas baseia-se em programas de caráter estritamente acadêmicos (LIMA E CONTEL, 2009).

Desse modo, Contel e Lima (2009) enfatizam que no Brasil a educação superior e a internacionalização sempre estiveram fortemente vinculadas ao Estado e os primeiros programas de cooperação internacional estavam relacionados à criação das universidades e da vontade política dos governantes. Para os autores, de 1930 até 2009, apesar do processo de internacionalização apresentar diversas modificações, permaneceu pouco internacionalizado se comparado com outros países. Dessa forma, os autores consideram que a internacionalização no Brasil pode ser organizada nesses quatro períodos que foram orientados por diferentes motivações. Nesses períodos as políticas públicas estavam voltadas para o desenvolvimento do país pelo fortalecimento das instituições de educação superior, pela expansão dos programas de pós-graduação, pela formação de professores necessários às instituições públicas e privadas, bem como formação de recursos humanos para a economia do país. Lima e Contel (2009) enfatizam que no período mais recente há ações voltadas para a integração com IES da América Latina.

No Brasil a criação da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM) e da Universidade Federal de Integração Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) teve por objetivo uma política mais ativa de internacionalização para o Brasil e de caráter contra-hegemônico (LIMA E CONTEL, 2009).

Em linhas gerais, pode-se observar que o contexto da internacionalização no Brasil apresenta-se de maneira induzida pelo Governo Federal com ações direcionadas para que o desenvolvimento da educação superior brasileira, ligadas ao projeto de desenvolvimento do País. O fortalecimento da pós-graduação brasileira se destacou desde então.

Nas últimas décadas, a expansão da internacionalização está ocorrendo e o Governo Federal Brasileiro vem apresentando apoio à cooperação acadêmica internacional. Conforme destaca Franco,

O intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos, tecnológicos e culturais é uma prática em franca ascensão no mundo globalizado e, certamente, instrumento de promoção do desenvolvimento dos países, de aproximação e de entendimento, no enfrentamento de tensões externas e no estreitamento de laços político econômicos. A cooperação internacional, nas últimas décadas, no Brasil, cresceu nos níveis governamental e institucional e tem acompanhado, *pari passu*, a trajetória da educação superior brasileira (FRANCO, 2002, p. 309).

Laus e Morosini (2005) afirmam que há um esforço do Governo a fim de aumentar e desenvolver para níveis internacionais a pós-graduação brasileira e centros de pesquisa. Assim, pode-se inferir que no Brasil a internacionalização da educação superior foi impulsionada a partir da pós-graduação e da pesquisa e está em fase incipiente, com uma participação ainda com maior ênfase no modelo periférico.

Para Morosini (2006a) o modelo periférico caracteriza-se pela presença da internacionalização na Universidade apenas em alguns setores e/ou algumas instituições de educação superior. Ocorrem junto aos programas de pós-graduação e são caracterizados pelos intercâmbios de alunos, professores e pelos convênios. Com relação ao Brasil, a autora afirma estar caracterizado por esse modelo, pois há “presença de atividades internacionais em alguns setores da IES e não o modelo central de internacionalização da educação superior, onde toda a IES está imbuída desta característica”(MOROSINI, 2008, p. 302).

Morosini (2006a), com relação ao modelo central, indica à regionalização da educação superior em níveis: *Inter-regional*: quando há relação entre nações de uma mesma região e/ou entre instituições de educação superior de nações dentro de uma região; *Regional*: interrelação entre nações de um continente; *Cross-regional*: relações entre diferentes regiões e; *Supra-regional*: relações advindas do trabalho de organismos internacionais de Educação Superior tais como UNESCO.

Laus e Morosini (2005) pontuam a importância das políticas públicas para regulamentação e promoção da internacionalização no Brasil buscando, por exemplo, apoiar questões relacionadas à dupla diplomação e fornecimento de mais liberdade e flexibilidade acadêmica para pesquisadores. Para as autoras, as políticas públicas brasileiras no tocante a internacionalização da educação superior estão aumentando a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores com IES internacionais que têm indicado significativo impacto na internacionalização no âmbito acadêmico, tais como domínio de línguas estrangeiras e a introdução de novas culturas e padrões de qualidade nas instituições.

É possível observar que a internacionalização sempre esteve presente nas atividades de pós-graduação e os incentivos do Governo Federal buscaram promover a educação superior brasileira, bem como o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a internacionalização da educação superior se apresenta com a necessidade de ações conjuntas entre Governo Federal e Universidades para a formulação de políticas públicas e institucionais, visando uma reestruturação que também deve estar de acordo com a democratização da educação. Ao mesmo tempo, as políticas públicas de internacionalização da educação superior devem ter como horizonte reforçar a democratização a partir do diálogo de saberes e expandindo maior liberdade para a universidade (legitimidade).

A partir dessa perspectiva e considerando os temas apresentados até o momento, a próxima seção é dedicada à apresentação de políticas públicas de internacionalização da educação superior no Brasil.

#### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Na complexa sociedade em que vivemos há várias temáticas que recebem atenção por meio de políticas públicas. O objetivo desta seção é apresentar políticas públicas brasileiras no tocante à internacionalização da educação superior, buscando compreender a atuação do Estado diante da temática em questão.

Nessa condição,

A complexidade do modelo federativo brasileiro, as lacunas de regulamentação das normas de cooperação e a visão patrimonialista que

ainda existe em muitos setores da gestão pública tornam a tarefa do planejamento educacional bastante desafiadora. Planejar, nesse contexto, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação das desigualdades que são históricas no Brasil. Para isso, é preciso adotar uma nova atitude: construir formas orgânicas de colaboração entre os sistemas de ensino, mesmo sem que as normas para a cooperação federativa tenham sido ainda regulamentadas (MEC, 2014, p. 5).

Tais apontamentos remetem para o desafio de integrar a internacionalização da educação superior no Brasil como uma forma de desenvolvimento a partir da cooperação internacional. Considerando que a internacionalização é uma estratégia para a educação superior diante da globalização, o Estado tem papel fundamental no estabelecimento de políticas públicas eficazes, com objetivos claros e que possam apresentar resultados mensuráveis.

No contexto brasileiro, além dos principais atores ligados à internacionalização (MEC, MRE, MCTI, CNPq e CAPES) há também outros que estão envolvidos com a internacionalização, como exemplo, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), bem como os escritórios de relações internacionais das IES.

De acordo com Franco e Morosini (2005, p. 40) a “CAPES e o CNPq são as principais agências fomentadoras da pesquisa e da capacitação de brasileiros no exterior”. Contudo, as autoras chamam atenção que a concessão de bolsas é quase nula para os países integrantes do MERCOSUL e outros países em desenvolvimento. Ainda, a CAPES tem buscado fortalecer seus programas de pós-graduação pelas parcerias internacionais.

Com relação às bolsas disponibilizadas pela CAPES e CNPq constituem as seguintes modalidades: Graduação Sanduíche, Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche, Estágio/Treinamento no Exterior, Especialista Visitante, Pós-Doutorado, Estágio Sênior, Treinamento no Exterior, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, Apoio a Eventos no Exterior, Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e Grande Prêmio CAPES de Teses (CAPES/CNPq, 2015).

A Proposta de Diretrizes para Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais da ANDIFES ressalta que a expansão das

universidades federais deve estar associada à reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais no sentido de consolidar, aperfeiçoar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, formação humanista e desenvolvimento do espírito crítico. Em um mundo no qual a ciência não tem fronteiras, a universidade brasileira, em especial as federais devem dialogar e interagir com suas congêneres de melhor qualidade em todos os países (ANDIFES, 2012, p. 11).

Segundo a ANDIFES, é preciso dar continuidade a política de expansão das universidades e “oferecer respostas acadêmicas, políticas e estratégicas aos novos desafios do século XXI. No entanto, partindo de um novo patamar após o REUNI, agora considerando também a busca da excelência e da internacionalização” (ANDIFES, 2012, p. 6).

Em se tratando do REUNI, que foi um Programa de Reestruturação das Universidades Federais, a internacionalização, pela mobilidade nacional e internacional, foi concebida como “importante estratégia na construção de novos saberes, as diferentes formas de aprendizagens e as experiências com outras culturas e conhecimentos são essenciais na formação universitária” (REUNI, 2007, p. 7).

A partir dessa premissa,

[...] a mobilidade estudantil emerge como um importante objetivo a ser alcançado pelas instituições participantes do REUNI não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente (REUNI, 2007, p.5).

É válido salientar que a UTFPR também aderiu ao REUNI. O Programa teve “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”(DECRETO Nº 6.096, 2007, p.1). Convém ressaltar que esse movimento do Governo Federal, por sua vez, é percebido como importante marco na trajetória da UTFPR no que tange sua expansão (UTFPR, 2015).

A partir desse contexto de expansão, segundo Neves (2015, p. 11), é válido destacar que “é muito recente o movimento das mais importantes universidades no sentido de definirem estratégias e perseguirem objetivos institucionais mais

abrangentes e complexos no tocante a internacionalização”. Nesse sentido, considerando tais perspectivas, estratégias e ações das instituições de educação superior envolvem, para a autora,

[...] a integração da universidade em redes internacionais de ensino de graduação e de pós-graduação, o aprimoramento da infraestrutura e o estímulo aos grupos de pesquisa em áreas de ponta, de modo a que possam se constituir em polos de atração de doutorandos, pós-doutorandos. Ou seja, trata-se de afirmar, crescentemente, a universidade como uma referência internacional em áreas do conhecimento e pesquisa consideradas estratégicas, reforçar as parcerias simétricas e abrir o ensino à exposição internacional e à competição global (NEVES, 2015, p. 11).

É nesse sentido que a problemática da internacionalização da educação superior apresenta-se como um grande desafio para as universidades públicas brasileiras frente à atual dinâmica em que as dimensões políticas e econômicas ganham enfoque a partir de uma mercantilização da educação superior e de ações do Governo Federal visando à democratização.

É preciso considerar ainda

[...] o aumento da influência de vetores externos nas IES nacionais: tanto das corporações transnacionais (que vendem produtos e serviços educacionais), como dos próprios organismos multilaterais, que têm trabalhado para reforçar o processo de mercantilização da educação superior, com reflexos danosos para os países em condição periférica. Essa internacionalização em processo tem repercussões diretas na possibilidade, ou não, da proposição de políticas autônomas, soberanas, em países periféricos. O reforço da posição de poder de alguns territórios na atual divisão internacional do trabalho, no que diz respeito à produção de conhecimento e de informação parece, portanto, ser uma das principais preocupações das elites políticas das nações hegemônicas (LIMA E CONTEL, 2011, p. 91).

Considerando esse panorama, é importante que a internacionalização seja concebida como tema-chave de políticas públicas e de políticas institucionais para que haja o estabelecimento de estratégias e ações concernentes aos seus movimentos e práticas, bem como para que objetivos compartilhados por meio da cooperação internacional entre instituições e países sejam alcançados.

No ano de 2014 foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que estabelece 20 metas para a educação brasileira. Nesse Documento, no tocante a internacionalização, é possível identificar as seguintes metas:

Metas	Estratégias
<b>Meta 12:</b> elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	<b>(12.12)</b> consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.
<b>Meta 13:</b> elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	<b>(13.7)</b> fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
<b>Meta 14:</b> elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	<b>(14.9)</b> consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.
	<b>(14.10)</b> promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.
	<b>(14.13)</b> aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs.

**Quadro 4: Metas E Estratégias de Internacionalização**

Fonte: Elaborado a Partir do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014).

A partir de tais metas, é possível verificar que as estratégias do PNE (2014) estão direcionadas para a qualificação de estudantes e professores, elevação da qualidade acadêmica, integração regional, inserção/maior visibilidade do ensino, pesquisa e extensão do Brasil no cenário internacional, pesquisas conjuntas, bem como pela cooperação científica entre IES e países, buscando aumentar a produção acadêmica. Logo, há apontamentos nesta lei que, teoricamente, estão direcionando ações de internacionalização.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 foi estabelecido em 2010 e é parte integrante do PNE. Nas recomendações do Plano

A exemplo dos Planos anteriores, também neste a busca da Internacionalização continuará sendo uma das metas maiores do sistema. Harvard, MIT, Stanford, Oxford, continuará sendo uma das metas maiores do sistema. Harvard, MIT, Stanford, Oxford, Cambridge e outras grandes universidades do mundo contam em seus quadros com 20% Cambridge e

outras grandes universidades do mundo contam em seus quadros com 20% de estudantes estrangeiros. No conjunto das universidades brasileiras, segundo dados da Polícia Federal, entre 2006 e 2010, o número alunos estrangeiros saltou de 934 a 2.278, ou seja, cresceu 144%; mas esse número ainda é insignificante se comparado com o universo dos estudantes. Nas estaduais paulistas, onde a concentração é maior, os estrangeiros não passam de 2% (PNPG I, 2010, p. 21).

Esses apontamentos indicam certa preocupação do PNPG com metas quantitativas de internacionalização. Ao longo do PNPG aparecem várias tabelas indicando o aumento de publicações do Brasil. Nesse enfoque, cabe refletir a intenção dessa preocupação em apresentar dados quantitativos.

O PNPG enfatiza que “a colaboração internacional é de importância vital para o avanço científico de qualquer nação” (PNPG I, 2010, p. 233). Aponta que os principais parceiros são EUA, Inglaterra, Alemanha, França e cita a Argentina como parceira vizinha de maior expressão.

Em termos de síntese, com base no PNE e nos PNPG Volume I e II, podem ser verificados vários indicadores que apontam a internacionalização diretamente vinculada à concepção de desenvolvimento, tais como pelo enriquecimento na formação acadêmica pelos intercâmbios de alunos e professores e a atuação em rede buscando fortalecimento dos grupos de pesquisa.

É importante salientar que no Brasil a internacionalização foi fortalecida no ano de 2011 com a instituição do Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF), pela oportunidade de estudos no exterior para estudantes de graduação. O Programa corresponde um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação, por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – que busca “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2015, s/p).

O objetivo do Programa foi “propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência”, bem como “atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias” (DECRETO Nº 7.642, 2011).



Nessa condição o programa estabeleceu uma previsão de 101 mil bolsas até 2015 para alunos de graduação e pós-graduação para realizarem intercâmbios com a finalidade de estabelecer contato com outros sistemas educacionais pelo mundo e também há previsão de bolsas de atração para estudantes e pesquisadores (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2015, s/p). O quadro 5 permite compreender o atual cenário do Programa com o total de bolsas implementadas até Janeiro de 2016.

<b>Modalidade</b>	<b>Número de Bolsas Implementadas</b>
Mestrado no exterior	558
Pesquisador visitante especial	775
Pós-doutorado no exterior	4.652
Atração de jovens talentos	504
Doutorado no exterior	3.353
Doutorado sanduíche no exterior	9.685
Graduação sanduíche no exterior	73.353
<b>Total</b>	<b>92.880</b>

**Quadro 5: Total de Bolsas Implementadas Programa CSF**  
**Fonte: Elaborado a partir do Ciência Sem Fronteiras (Janeiro/2016).**

Em se tratando do Programa no contexto da UTFPR, o quadro 6 apresenta o atual posicionamento da instituição no Brasil:

<b>Posição</b>	<b>Universidade</b>	<b>Número de Bolsas Implementadas</b>
1ª	Universidade de São Paulo	5.541
2ª	Universidade Federal de Minas Gerais	4.336
3ª	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3.093
4ª	Universidade de Brasília	2.863
5ª	Universidade Federal de Santa Catarina	2.766
6ª	Universidade Estadual de Campinas	2.384
7ª	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2.342
8ª	Universidade Federal de Pernambuco	2.222
9ª	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho	2.173
10ª	Universidade Federal do Ceará	2.123
11ª	Universidade Federal do Paraná	2.077
12ª	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2.071

**Quadro 6: Bolsas Implementadas Brasil**  
**Fonte: Elaborado a partir do Ciência Sem Fronteiras (Janeiro/2016).**

Logo, a UTFPR ocupa a décima segunda posição nacional. Em se tratando no Estado do Paraná, o quadro 7 apresenta o atual posicionamento da UTFPR:

Posição	Universidade	Número de Bolsas Implementadas
1ª	Universidade Federal do Paraná	2.077
2ª	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2.071
3ª	Universidade Estadual de Maringá	541
4ª	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	522
5ª	Universidade Estadual de Londrina	400

**Quadro 7: Bolsas Implementadas Paraná**

**Fonte: Elaborado a partir do Ciência Sem Fronteiras (Janeiro/2016).**

Como apontado no quadro, a UTFPR está na segunda posição no Estado do Paraná, muito próxima com a primeira colocada, em se tratando de envio de estudantes para intercâmbios no exterior. Diante de tais indicadores destacam-se reflexões acerca dos efetivos resultados/impactos concebidos pela universidade pela experiência internacional. Logo, a Instituição pesquisada ainda não possui a sistematização/avaliação dos reais ganhos em torno desse processo.

O panorama que a internacionalização, segundo Neves (2015, p. 12), tem sido “uma bandeira fincada em terreno movediço. Não há uma concepção orientadora e grandes programas como o Ciência sem Fronteiras não causam impacto institucional”. Essa perspectiva também pode ser percebida nos relatos de um dos entrevistados, conforme o excerto a seguir:

Os impactos foram positivos para os alunos, para a universidade foi positivo eu acho que poderia ser melhor. Nós queremos criar relações duradouras [...] aí as relações tem que ser dos servidores. [...] O que o CSF tem do outro lado que a gente sempre brigou no MEC, quando teve oportunidade: que as bolsas fossem definidas para nossos parceiros [...] Porque nós queríamos as bolsas com critério, obviamente, mas que Dois Vizinhos tivessem, por exemplo, os nossos parceiros estratégicos. Nós queríamos definir por Câmpus quais parceiros estratégicos. Você não tem o mundo inteiro, defina seus parceiros estratégico (E1).

Pode-se inferir uma preocupação com a internacionalização do aluno e não da instituição. Obviamente, os ganhos para os alunos são inequívocos. A discussão proposta é acerca de uma política que tivesse também o foco institucional, por intermédio de um Programa que pudesse estar mais vinculado as IES e ao fortalecimento da internacionalização da instituição. Ou seja, trata-se de uma maior

autonomia das IES em relação aos Programas, como exemplo, a escolha das Instituições de destino dos acadêmicos buscando estabelecer parcerias estratégicas e acordos mais eficazes, num processo de gestão partilhada, tanto no que se referem a projetos, áreas prioritárias e recursos.

O trecho a seguir corrobora com esse apontamento:

[...] o que a gente tem com Instituições estrangeiras por causa do Ciência Sem Fronteiras é que muitas delas vem pra cá fazer palestra, porque quando está próximo de abrir edital, eles querem ser vistos pelos alunos e que os alunos escolham as suas instituições. Então, quando está próximo de abrir a gente recebe muitas comitivas que vem fazer palestras e tudo. Mas é uma via assim quase que de mão única porque por mais que a gente saiba que tenha um compromisso de realmente informar os alunos, pra universidade não tem um ganho muito objetivo, muito concreto (E2).

Assim, dando continuidade as políticas públicas de incentivo à internacionalização no Brasil, o Programa Idiomas Sem Fronteiras (IsF) é uma iniciativa do MEC buscando oferecer condições aos candidatos do Ciência Sem Fronteiras para que tenham melhores condições de participação nos intercâmbios oferecidos. O curso é destinado aos estudantes de graduação e pós-graduação de IES públicas e privadas, bem como para professores e técnicos administrativos das IES (MEC, 2015, s/p). O Programa IsF inclui a oferta de cursos presenciais, a distância e a aplicação de testes de proficiência. Atualmente o IsF mantém ações para o ensino e aprendizagem das línguas inglesa e francesa.

Nesse contexto de políticas, outro Programa existente é o de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com as universidades brasileiras. Tal Programa seleciona estudantes para realizar estudos no Brasil, ou seja, um programa de atração de estudantes em que o aluno selecionado cursa gratuitamente a graduação. O PEC-G busca oferecer “oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais” (MEC, 2015, s/p).

Do mesmo modo, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) busca “constituir atividade de cooperação educacional com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia”(MEC, 2015, s/p).

Nesse sentido, segundo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) que

No Brasil, a multiplicação de programas públicos de internacionalização (PEC-G, PEC-PG, Ciência Sem Fronteiras, Inglês Sem Fronteiras etc.), assim como dos recursos a eles destinados, nos últimos dez anos, é um indicador sólido e suficiente deste processo. Como indicador, pode-se comparar o montante de recursos destinados em 2013 aos programas PROEXT-MEC (cerca de R\$ 85 milhões) e Ciência Sem Fronteiras (cerca de R\$ 800 milhões)” (FORPROEX, 2013, p. 1).

Assim, em linhas gerais o MEC, MRE e MCT, que são importantes atores da internacionalização da educação superior brasileira, vêm atuando para internacionalizar as universidades com programas para a graduação e pós-graduação. Essas políticas públicas são fundamentais para o processo de internacionalização e servem pra direcionar os programas atinentes a temática em questão. Contudo, de acordo com Maranhão e Lima (2009, p. 11)

políticas de internacionalização formuladas por governos e universidades tendem a reforçar determinado sistema de ensino já hegemônico, apesar do discurso de valorização da multiculturalidade. Elas funcionam como ferramentas da indústria cultural, em favor da manutenção do status quo. Isso pode ser encontrado nos programas de internacionalização orientados pela padronização e não pela diversificação de experiências educacionais. Isto está impresso na arquitetura dos currículos, nos processos seletivos, na carga horária prevista, no sistema de equivalência adotado, nas metodologias exploradas, no idioma utilizado, nos estágios obrigatórios etc. O sistema de avaliação (ou índice) de sucesso destas iniciativas parece revelador do que se deseja ressaltar – nunca tantos *rankings* foram formulados e ganharam visibilidade mundial, nunca as universidades estiveram tão submissas aos critérios adotados pelos responsáveis por tais *rankings*: afinal eles são capazes de promover ou não determinado curso ou instituição em esfera mundial.

A internacionalização é sem dúvida um desafio para a educação superior do Brasil. Nesse contexto, a globalização das economias rompendo fronteiras, a internacionalização emerge como uma tendência cada vez mais crescente e se integra aos vários desafios da educação superior brasileira (BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Ainda, convém evidenciar as manifestações da ANDIFES (2014) acerca de uma agenda de Desenvolvimento para as Universidades Federais, estabelecendo quatro dimensões prioritárias: 1. Desenvolvimento nacional; 2. Desenvolvimento regional; 3. Inovação tecnológica; e 4. Internacionalização. Conforme Documento:

a qualidade das nossas Universidades está relacionada à pesquisa e à pós-graduação. A geração de conhecimento e a formação de pessoas, aliadas à inovação e à solução de problemas, locais e globais, são imprescindíveis para o sucesso acadêmico e o consequente reconhecimento por parte da sociedade. O conjunto das Universidades Federais cobre hoje praticamente todas as áreas do desenvolvimento científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, o compromisso regional e a articulação com os arranjos produtivos e especificidades locais permitem que cada instituição estabeleça suas próprias áreas de desenvolvimento prioritário. As parcerias com Universidades estrangeiras revelam-se, da mesma forma, indispensáveis para que se possa avançar em qualidade e melhor articular com as fronteiras do desenvolvimento científico mundial. Esse é o caminho trilhado pelas melhores instituições do mundo e pode resultar em importante eixo para boa parte de nossas Universidades. A propósito, cabe assinalar que o programa Ciência sem Fronteiras demonstrou enorme potencial de internacionalização, com efeitos altamente benéficos para os cursos de graduação. Também é crucial apoiar a pós-graduação através da mobilidade de docentes e de estudantes na direção de laboratórios parceiros, em instituições associadas, privilegiando ações conjugadas, em vez de iniciativas selecionadas isoladas (ANDIFES, 2014, p.3).

Ante o exposto, a complexidade da relação universidade e sociedade apontam para um cenário marcado pelas demandas de uma sociedade capitalista e a necessidade de se pensar a universidade sob novas perspectivas (BERNHEUM E CHAUÍ, 2008). No tocante a internacionalização, ao mesmo tempo em que o foco no conhecimento na atual sociedade se apresenta como fundamental, acaba apresentando implicações que vão além da mobilidade internacional de estudantes, professores e pesquisadores, dando maior ênfase nas necessidades das economias globais, a desvalorização dos locais (culturas locais), a comercialização da educação, diminuição dos investimentos públicos e, por conseguinte, maior investimento de instituições privadas.

Dessa forma, implica em pensar o desafio que é a internacionalização considerando o atual contexto global e suas implicações. Dada à complexidade que envolve essa discussão, reafirma-se que as instituições de educação superior e países precisam buscar estratégias de adaptação a esse contexto que está em processo de expansão, ganhando cada vez mais enfoque das IES e países.

Nesse sentido, o próximo capítulo é dedicado à apresentar a UTFPR, *locus* deste estudo, buscando compreender como a dimensão internacional da educação é concebida na instituição, bem como analisar suas estratégias e ações em relação à temática em questão.

## 5 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UTFPR

Este capítulo tem como objetivo analisar a internacionalização da educação superior na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Nesse sentido, buscou-se compreender e analisar, no âmbito das políticas atuais da universidade, as concepções, estratégias e ações institucionais de internacionalização – categorias analíticas da pesquisa - pela análise das entrevistas, eventos e documentos institucionais, tais como os Relatórios de Gestão e Planos de Desenvolvimento Institucional. Nesse contexto, um olhar histórico na universidade foi fundamental para compreender movimentos de internacionalização da instituição.

### 5.1 LÓCUS DA PESQUISA

A UTFPR possui um contexto histórico marcado por transformações e mudanças ao longo do tempo. Desse modo, esta seção é dedicada à apresentação de um breve histórico da universidade, bem como da sua atual disposição em termos de estrutura e organização do setor responsável pelas relações internacionais da instituição.

A UTFPR teve sua gênese na Escola de Aprendizes Artífices fundada em 1909. Logo, mais de cem anos da existência da instituição. Todavia, como universidade, o ano de 2015 marca sua primeira década. Nessa trajetória, a instituição denota diferentes nomenclaturas que, por sua vez, estão embricadas à momentos distintos da educação brasileira (UTFPR, 2015). Nesse caminho, pode-se verificar as seguintes denominações:

- 1909 – Escola de Aprendizes Artífices do Paraná;
- 1937 – Liceu Industrial do Paraná;
- 1942 – Escola Técnica de Curitiba;
- 1959 – Escola Técnica Federal do Paraná;
- 1978 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR;
- 2005 – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

O quadro 8 apresenta um resumo desse contexto histórico da Instituição:

Ano	Características
1909	Na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná o ensino era destinado aos garotos de camadas menos favorecidas da sociedade, aprendendo ofícios nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria.
1937	Passou a ser denominada Liceu Industrial do Paraná. O ensino tornou-se cada vez mais profissional e a escola começou a ministrar o ensino de 1º grau.
1942	Com o advento da organização do ensino industrial em todo o país, o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos. No primeiro, o ensino industrial básico e no segundo, o técnico e pedagógico. Com isso, houve novamente a mudança de nomenclatura para Escola Técnica de Curitiba. Essa mudança ocorreu em virtude da criação da rede federal de instituições de ensino industrial.
1943	Início dos primeiros cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.
1959	Mudança da denominação para Escola Técnica Federal do Paraná. O ensino técnico no Brasil foi unificado pela legislação e a escola ganhou, assim, maior autonomia.
1974	Inserção institucional no contexto das entidades de Ensino Superior - Foram implantados os primeiros cursos de engenharia de curta duração (Construção Civil e Elétrica).
1978	Houve a penúltima mudança de nomenclatura com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), passando a ministrar cursos de graduação plena.
1979/1988	Inserção institucional no contexto das entidades de ensino superior, culminando com a implantação do primeiro Programa de Mestrado.
1990	O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico fez com que o CEFET-PR se expandisse para o interior do Paraná, em diversas cidades.
1996	Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) houve a implantação do Ensino Médio e cursos de Tecnologia.
1998	Em virtude de legislações complementares à LDB, a diretoria do então CEFET-PR acabou criando um projeto de transformação da Instituição em Universidade Tecnológica - Início da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2005	Transformação em Universidade Tecnológica Federal Do Paraná (UTFPR) – a primeira especializada do Brasil.
2008	Adesão ao Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

**Quadro 8: Características da Trajetória da UTFPR**

**Fonte: Elaborado a partir do site da UTFPR e Documentos Institucionais (2015).**

Desse modo, é importante enfatizar que a “UTFPR herdou uma longa e expressiva trajetória na educação profissional”, passando “das diferentes denominações à primeira Universidade Tecnológica do Brasil” (UTFPR, 2015, s/p).

Nessa trajetória da Instituição, é importante ressaltar anteriormente a essa transformação, que a identidade da educação tecnológica e sua relação com o

ensino superior apresenta uma racionalidade vinculada aos objetivos de um mercado globalizado, às necessidades do setor produtivo, conforme afirma Lima Filho (2005, p. 355):

[...] a constituição de modelos alternativos de ensino superior, mediante a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, tem sido adotada pelas reformas educacionais realizadas nos países da América Latina a partir dos anos de 1990, com vistas a expandir a oferta e atender às novas demandas a custos inferiores aos das universidades. O Banco Mundial (BM) e notadamente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm destacado a importância dos CSTs – um tipo de ensino superior técnico não universitário (ESTNU) – e financiado parcialmente a sua implantação em diversos países. Este modelo, segundo o BID, contribuiria para superar os desafios de expansão da oferta de educação superior na América Latina, por ser mais integrado ao sistema produtivo, mais flexível e de menor custo que o universitário tradicional, diagnosticado como de alto custo e baixa adaptabilidade às necessidades do mercado. É nesse contexto que os CSTs ganharam destaque no Brasil, sendo responsáveis por grande parte dos novos cursos e matrículas criadas nas diversas áreas da educação superior.

Segundo o autor, esse modo de ensino foi incentivado pelo MEC por meio da modalidade de educação profissional de nível tecnológico, enfatizando o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como um dos organismos formulador e financiador desse modelo que apresentou condicionantes de implantação de diretrizes vinculadas à liberação de recursos. Nessa configuração, o autor indica que houve uma “redução significativa de conteúdos de base científica, profissional e humanística, redirecionando-se os currículos para a priorização de conteúdos técnicos aplicados e para a organização e gestão da produção empresarial” (LIMA FILHO, 2005, p. 356).

Assim, os principais efeitos provocados nos sistemas e instituições de educação no Brasil foram:

- abandono do percurso histórico com a regressão da experiência de educação profissional técnica integrada ao ensino médio para formas de articulação concomitante ou subsequente que, na realidade, representam uma desarticulação;
- mudanças institucionais repentinas e hierarquizadas, dificultando a participação democrática da comunidade educacional e da sociedade civil;
- quase abandono do ensino médio e deslocamento da oferta para cursos técnicos pós-médios e cursos superiores de tecnologia;
- redução da oferta de cursos regulares e gratuitos e ampliação da oferta de cursos extraordinários e com cobrança de taxas e mensalidades;
- prestação de serviços e aproximação a grupos empresariais (LIMA FILHO, 2005, p. 358).



Desse modo, se a criação dos CEFETs possui vinculação a um projeto voltado aos interesses do capital, a transformação da Instituição em universidade no ano de 2005 apresenta-se nesse cenário com herança e resquícios de uma racionalidade técnico-instrumental.

Nesse contexto, a universidade, como *lócus* privilegiado de produção e disseminação de conhecimento, tem o desafio de superar essa concepção. Desse modo, a ruptura desse paradigma emerge, como exemplo, quando na formação de seus profissionais há envolvimento de diversas dimensões, tais como a social, humana, política e econômica. Logo, uma formação de caráter político-emancipatória e não apenas técnico-instrumental.

A internacionalização da educação superior pode contribuir nessa perspectiva, como exemplo, pela inserção do internacional nos currículos numa proposta de formação intercultural. A perspectiva intercultural reflete na ideia de que nas sociedades há diferentes grupos culturais e as relações nelas não são inertes. Ou seja, estão abarcadas por hierarquias, conflitos e discriminações. Uma formação intercultural pode contribuir para o reconhecimento do outro, numa perspectiva de respeito às identidades e diferenças nacionais.

Imbricados aos processos de mudança da Instituição, é pertinente ressaltar o excerto trazido no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) da UTFPR:

As justificativas de criação das Instituições de Ensino Superior (IES) fortaleceram-se nos governos militares, pois o projeto “Brasil: Grande Potência” coadunava-se com elas, destinando-se a superar o atraso tecnológico do País e permitir à indústria maior participação local e internacional. Como consequência, as políticas educacionais passaram a apresentar forte viés economicista, configurando-se como um dos itens do plano econômico, que deveria se ajustar à noção de produtividade (UTFPR, 2007, p. 42).

Percebe-se uma racionalidade econômica no processo de criação das IES, encaminhando aos interesses empresariais com políticas educacionais direcionando esse movimento. Assim, a educação profissional e tecnológica, alinhadas aos movimentos de desenvolvimento do país. Logo, o CEFET-PR e a UTFPR também vinculados como referências nesse processo.

É pertinente comentar diante desse contexto a perspectiva da educação vinculada a um projeto de desenvolvimento como no caso da instalação de IES em determinadas regiões do país. Considerando que o desenvolvimento das regiões e localidades é destacado pela importância de fatores regionais e locais e a atuação

de seus protagonistas nesse processo, a universidade, como um desses protagonistas, através do ensino, pesquisa e extensão, assume extrema relevância na medida em que atua na sociedade de forma efetiva.

Para Boisier (2001, p. 14), o desenvolvimento endógeno é produzido como “resultado de um forte processo de articulação de atores locais e de variadas formas de capital intangível, num projeto coletivo de desenvolvimento do território em questão”. Conforme Cuervo (1999), aqueles que entendem o local como oportunidades não esperam atuações apenas externas e trabalham para a valorização dos recursos próprios criando sinergias de crescimento econômico e bem-estar. O autor enfatiza o desenvolvimento local como a busca do crescimento econômico e mudança estrutural, como forma de melhorar a qualidade de vida da população local.

O cruzamento entre a universidade - sua pluralidade de funções – e o desenvolvimento endógeno/regional, ocupam lugar estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. Nesse contexto, há que se ressaltar a criação de IES no Brasil vinculadas à essa perspectiva e a internacionalização sendo concebida para essa promoção:

Dentro da política atual do governo brasileiro de expansão do Ensino Superior foram criadas duas universidades que pretendem ocupar espaços específicos e inovadores no ensino universitário no Brasil. São todas elas instituições viradas para o exterior, porém com grande ressonância interna, tradutoras de aspectos até então pouco dimensionados politicamente e culturalmente na vida do nosso país. Essas novas Instituições de Ensino Superior, visando o desenvolvimento de regiões do interior do país, estão localizadas em áreas identificadas como capazes de promover dinâmicas de auto-sustentação. Atentando para relação do local com o internacional, no hemisfério sul, a nova postura brasileira é de investir no potencial de seu interior, reconstruindo, com isso, novos olhares para a relação Sul-Sul (SPELLER, 2012, p. 4).

O autor cita a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira que nasceu com o objetivo de promover o desenvolvimento da região, bem como intercâmbios científico, cultural e educacional. A cooperação com países africanos busca o compartilhamento de conhecimento e tecnologia, numa perspectiva solidária, buscando soluções compartilhadas.

Ademais, é preciso considerar nessa discussão que a evolução do sistema de educação superior brasileiro segue orientações de organismos internacionais e aos modelos de universidades estrangeiras, tais como alemão, francês e norte-

americano. Com relação ao *lôcus* da pesquisa, o PPI da UTFPR já indicava aproximação com tais modelos:

A universidade tecnológica é uma modalidade que já se consolidou em muitos países. A UTFPR vem se relacionando com algumas destas instituições para conhecer suas experiências, não com o objetivo de eleger um modelo para si, pois o histórico e as condições socioculturais são bastante diferentes, mas, a partir do conhecimento acumulado por elas, buscar soluções correspondentes às características e à realidade da UTFPR. Registram-se, assim, alguns contornos e identidade de quatro modelos de universidades tecnológicas: o francês, o alemão, o norte-americano e o argentino [...] (UTFPR, 2007, p. 49).

Há que se considerar o modelo institucional da universidade pesquisada a partir de instituições estrangeiras no aspecto de identidade. Conforme relato de um dos entrevistados:

Então nós éramos demandados basicamente por dois sistemas, o alemão e o francês por uma questão histórica. Os Cefets de 78, os CEFETs foram implantados 3 Cefets no Brasil em 1978, Paraná, Minas e Rio. [...] Se você olhar o movimento europeu, certo, tem uma demanda crescente, uma apresentação crescente de instituições tecnológicas. Aparece a universidade de tecnologia de Compiègne (UTC) em 72, as FHs, as Pacs na Alemanha tudo na década de 60. Aparece em Portugal alguns politécnicos e na onda disso aparece no Brasil os CEFETs. Os Cefets são reflexo de um movimento europeu. E aí os CEFETS são baseados nas FHs da Alemanha. Então nasce aqui em 78 uma réplica alemã da educação profissional. Por conta da história da educação profissional da Alemanha, extremamente forte (E1).

[...] e a gente quase que afirma essas características de identidade, do sistema francês e do sistema alemão. Isso fortaleceu a gente, nos aproximou, porque nós temos protocolos mais próximos.[...] a UTC é importantíssima para nós (E1).

A relação da UTFPR com modelos de universidades tecnológicas (UTs) sempre esteve vinculada aos padrões de universidades alemãs e francesas. Para a UTFPR - única universidade tecnológica do Brasil - a ideia de estar vinculada a uma rede de universidades converge às estratégias relacionadas à internacionalização. Para além de uma estratégia de internacionalização, a singularidade da UTFPR emerge como um aspecto estratégico nesse processo, como pode ser verificado no excerto de um dos interlocutores:

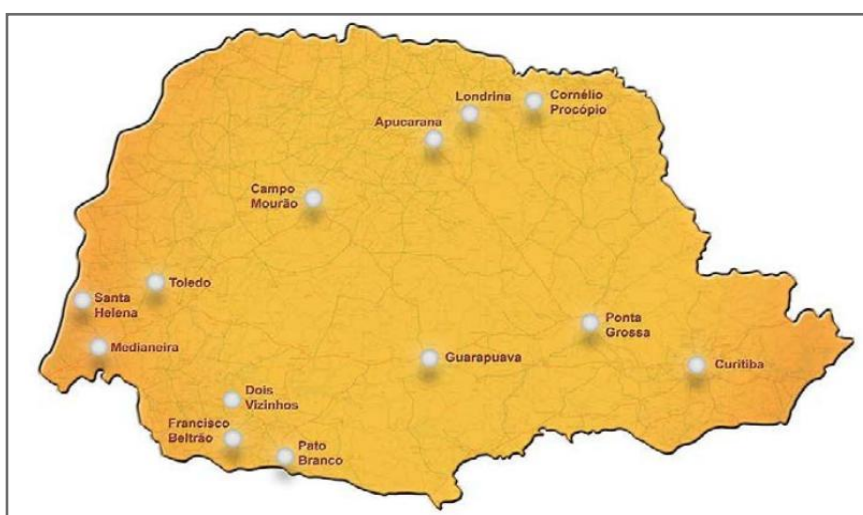
Isso interessa como um fator diferencial pra nós: se aliar nessa rede de universidades tecnológicas. E daí a gente vai se firmando [...]. [...] a UTC é um elo de rede pra nós fundamental. Com a UTC eu chego nas outras. [...]Então Compiègne é muito importante. E os alemães também (E1).

Nessa constituição de redes, contudo, é preciso que os acordos/convênios estabelecidos tenham como horizonte o fortalecimento de ambas as partes, com base no respeito às diferenças entre sistemas de educação superior e culturas. Logo, esse cenário converge para o fortalecimento das relações culturais entre países por essa cooperação.

Diante de tal perspectiva é importante salientar, segundo Santos e Filho (2012), que a mobilidade acadêmica abrange toda comunidade acadêmica – estudantes, professores, investigadores e técnicos – e apresenta-se como uma forte parceira da globalização. Para os autores isso decorre a partir de duas perspectivas: uma está ligada à vontade das pessoas em complementar sua formação com aspectos culturais, linguísticos e civilizatórios, além dos planos técnico e científico. A outra, por sua vez, vinculada à preparação de cidadão que a experiência proporciona, possibilitando compreender a interculturalidade e ajudar a conviver com a diversidade.

Atualmente, a UTFPR conta com 13 Câmpus, distribuídos nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo (UTFPR, 2015).

A Figura 3 apresenta a distribuição dos Câmpus da universidade no Estado do Paraná.



**Figura 3: Localização dos 13 Câmpus da UTFPR**  
Fonte: PDI 2013-2017 (UTFPR, 2015).

Com relação aos cursos ofertados, o quadro 9 indica o número de cursos de graduação, mestrado e doutorado da Instituição, distribuídos entre os Câmpus:

<b>Câmpus</b>	<b>Quantidade de Cursos de Graduação</b>	<b>Quantidade de Cursos de Pós-Graduação - Mestrado</b>	<b>Quantidade de Cursos de Pós-Graduação - Doutorado</b>
<b>Apucarana</b>	5	1	-
<b>Campo Mourão</b>	7	2	-
<b>Cornélio Procópio</b>	8	5	-
<b>Curitiba / Ecoville</b>	25	14	4
<b>Dois Vizinhos</b>	6	2	-
<b>Francisco Beltrão</b>	4	1	-
<b>Guarapuava</b>	4	-	-
<b>Londrina</b>	7	4	-
<b>Medianeira</b>	9	3	-
<b>Pato Branco</b>	12	8	1
<b>Ponta Grossa</b>	8	4	1
<b>Santa Helena</b>	2	-	-
<b>Toledo</b>	7	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>45</b>	<b>6</b>

**Quadro 9: Quantidade de Cursos da UTFPR**

Fonte: Elaborado a partir do site da UTFPR (2015).

Além desses cursos, conta também com cursos técnicos. Desse modo, a “força de trabalho da UTFPR é de 2.549 professores e 1.176 técnicos-administrativo. O número de estudantes regulares nos cursos técnicos, graduação e pós-graduação passam de 32 mil” (UTFPR, 2015, s/p).

“Desenvolver a educação tecnológica de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade” (UTFPR, 2013, p. 25) constitui a missão da UTFPR. “Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área” (UTFPR, 2013, p. 25), sua visão.

A UTFPR, apesar de ser uma instituição centenária, sua condição como universidade é decorrente de sua última transformação no ano de 2005, indicando que é uma instituição jovem com tal característica e está em processo ainda de consolidação.

Desse modo, considerando que a internacionalização é uma perspectiva também de expansão da instituição, é importante que ela esteja alinhada aos objetivos e estratégias de desenvolvimento institucional. Nesse processo, ainda, a

Universidade precisa, ao mesmo tempo, estar atenta às oportunidades e ao contexto em que a dimensão internacional está inserida. Logo, mais um desafio à gestão universitária.

Nesse enfoque, as relações internacionais da UTFPR possuem papel de extrema relevância para coordenação das atividades ou movimentos relacionados à dimensão internacional do ensino, pesquisa e extensão na Instituição, com importante papel na definição de estratégias de internacionalização. É importante salientar que o processo de internacionalização também está sendo definido e efetivado, como exemplo, por professores que buscam internacionalizar os cursos em que estão inseridos. Despontam assim a importância dos sujeitos envolvidos no processo da internacionalização da universidade, pois estão diretamente vinculados a esse processo estabelecendo planos de ação no tocante a internacionalização.

Pela análise dos relatórios de gestão e entrevistas, pôde-se inferir que desde o período do CEFET-PR, há presença na estrutura organizacional de um setor voltado às relações internacionais. Enfatiza-se, contudo, tendo em vista a atual lógica da internacionalização que está vinculada à diferentes estratégias e projetos de expansão da universidade, a internacionalização atualmente ganha maior enfoque na Instituição. Ou seja, com objetivos distintos da época do CEFET-PR, atualmente a internacionalização na UTFPR está num contexto mais incitado por políticas públicas, conforme pode ser observado pelo relato de um dos interlocutores:

E a gente foi fazendo, mas sempre a gente foi demandado, certo, a gente fazia, mas não estava na agenda, nessa agenda caótica. Porque não tinha, entendeu, era muito difícil, nós tínhamos problemas maiores. [...] O objetivo hoje é que a gente quer fazer parte dessa rede global. Não é que antigamente nós não queríamos, mas hoje a gente vai atrás, a gente briga por isso. Eu acho que o Ciência Sem Fronteiras, ele tem um papel importante nisso. Ele traz pra dentro da instituição a internacionalização. O CSF é um programa muito interessante, [...] É inquestionável o ganho para o aluno, é inquestionável. [...] e traz para dentro da universidade o quantitativo de internacionalização, dados grandes, isso impacta (E1).

Há a percepção de que o CSF acabou estimulando ainda mais o processo de internacionalização na UTFPR, estabelecendo um novo panorama da dimensão internacional na universidade. Contudo, percebe-se no relato do entrevistado, bem como no histórico de internacionalização que será foco da próxima seção, que a internacionalização sempre esteve presente na Instituição.

Segundo Stallivieri (2004), no Brasil as IES encontravam financiamento na área da internacionalização, especialmente no tocante às experiências de qualificação de docentes no exterior, desde a década de 1970, através da cooperação internacional com vários países.

Em se tratando dos objetivos do setor voltado às relações internacionais da Instituição, em termos de concepções de internacionalização, é possível verificar uma mudança nesse aspecto em relação ao CEFET-PR do ano de 2001 e atualmente da UTFPR:

Com o objetivo de propiciar aos estudantes, docentes e técnico-administrativos do Sistema CEFET-PR, novas perspectivas profissionais de aprendizagem, de contato com outra cultura, além de metodologia do trabalho diferente da comumente vista na instituição e país de origem, a Assessoria de Relações Interinstitucionais (ARINT) tem a incumbência de garantir as relações do Sistema CEFET-PR com instituições nacionais e internacionais. A ARINT coordena todos os estudantes intercambistas do Sistema CEFET-PR, tais como os do Ensino Superior e os do Ensino Médio (Rotary, AFS, etc.) e intercâmbios esporádicos, exemplo de viagens culturais rápidas como tem acontecido para o Japão, Alemanha, França, Inglaterra e outros países (CEFET-PR, 2001, p. 41).

garantir as relações da UTFPR com instituições de ensino e pesquisa estrangeiras, além de ser o agente responsável pelo estabelecimento das diretrizes de internacionalização da Universidade, em consonância com a política emanada pelo Mec e com a demanda interna, bem como por seu processo de implementação. Suas principais atividades relacionam-se ao estabelecimento de acordos de cooperação acadêmica, científica e tecnológica; desenvolvimento de programas de mobilidade nacional e internacional para estudo e/ou estágio; e realização de acordos de dupla diplomação (UTFPR, 2015, s/p).

No primeiro excerto, verifica-se que o setor responsável na Instituição estava voltado à gestão dos processos de intercâmbios e aos acordos/convênios com IES estrangeiras de modo específico. Com relação à perspectiva atual, observa-se uma amplitude maior, com indicação do setor ser um dos agentes de desenvolvimento e implementação da internacionalização na universidade, com função estratégica nesse processo para a Instituição. Contudo, como já mencionado, é preciso considerar a atuação de outros agentes envolvidos, tais como os professores, na implementação das ações de internacionalização na universidade.

Essa percepção, por sua vez, ficou evidenciada pelas entrevistas realizadas e participação nos eventos, quando o Setor, nesse processo de expansão da internacionalização da universidade, ganha mais enfoque como articulador de

políticas e estratégias desenvolvidas nos Câmpus, centrado principalmente no Diretor de Relações Internacionais.

Com relação a estrutura organizacional das relações internacionais da Universidade, em termos de equipe para gestão dos processos no Escritório de Relações Internacionais (ERI), constitui-se da seguinte composição:

<b>Servidor</b>	<b>Função na UTFPR</b>
Docente	Diretor de Relações Internacionais
Docente	Diretora adjunta de relações internacionais
Docente	Responsável pela cooperação com países de língua espanhola
Técnico-administrativo	Coordenador dos programas e ações referentes à mobilidade de estudantes
Técnico-administrativo	Secretária geral - concessão de diárias e passagens
Técnico-administrativo	Responsável pelos acordos de cooperação
Estagiário	Apoio geral, comunicação, eventos.

**Quadro 10: Equipe do ERI da UTFPR**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2015).**

Ainda, há uma equipe responsável pelo Idiomas Sem Fronteiras que conta com uma coordenadora geral, uma coordenadora pedagógica, um membro responsável pelo Português Sem Fronteiras, um membro responsável pelo Francês Sem Fronteiras, dois estagiários e oito professores bolsistas.

O ERI está vinculado à Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC) e suas ações em relação à internacionalização podem ser verificadas pelo excerto a seguir:

No caso do Ciência Sem Fronteiras, esse e outros programas já estabelecidos, é mais assim, é um controle dos dados. [...] No caso do PEC-G que é um programa que a gente recebe estudantes de fora, a gente tem as ações internas de ofertas às vagas, de consultar a coordenação – na verdade a PROGRAD faz isso – consulta as coordenações a gente oferta as vagas, encaminha para o ministério, esse tipo de coisa. Então, os programas internos seriam a gestão mais completa e esses programas que não são internos, o que a gente precisa fazer de apoio (E2).

Logo, as ações do ERI apresentam-se em aspectos relacionados ao acompanhamento dos alunos em matéria dos intercâmbios, nas questões burocráticas de concessão das bolsas, bem como com as vinculações das universidades do exterior. Logo, a Diretoria de Relações Internacionais da UTFPR apresenta-se de forma vinculada a ações de cunho administrativo, coordenando as



atividades referentes aos intercâmbios, bem como na formalização dos processos de colaboração entre IES. O trecho seguinte corrobora com essa posição:

Eu não vejo que nós sejamos muito autônomos no aspecto de lançar programas ou ter muitas ações específicas que sejam, que deem resultado concreto. Então nós somos muito a questão de relações interinstitucionais mesmo. Então, é uma mediação. [...] No caso a gente tem um dos papéis, que a gente cumpre, é a adesão a programas que já estão estruturados e estabelecidos, como o Ciência Sem Fronteiras é um exemplo. A gente tem o PEC-G, MARCA que são programas já estabelecidos com regras próprias, com gestão que não acontece na UTFPR, apesar de ter um gestor institucional ali, óbvio, mas tem essa parte da adesão a programas já estabelecidos. Tem a parte de apoio administrativo na formalização de colaborações acadêmicas, digamos (E2).

Percebe-se que no setor há limitações estabelecidas. Ou seja, há programas estabelecidos sem muitas possibilidades de intervenções. Desse modo, considerando a importância de uma estrutura organizacional na área das relações internacionais das IES, é oportuno trazer as considerações de Stallivieri:

[...] como operacionalizar a cooperação dentro de uma instituição, tendo em vista que, muitas vezes, a mesma se realiza de maneira dispersa e assistemática, onde pesquisadores tendem a tomar para si ou para seus grupos e departamentos os resultados de uma iniciativa ou de um intercâmbio? Como evitar que a cooperação ocorra de forma isolada, ignorando a oportunidade de incrementar o prestígio de que pode valer-se uma instituição para a sua projeção junto à comunidade científica mundial, tendo os resultados pulverizados e, dessa forma, enfraquecendo a política de internacionalização das instituições, tão necessária para o cumprimento das missões institucionais? Respondendo a essas questões, no entedimento desta autora, é fundamental que, para a realização de projetos efetivos de cooperação internacional, as universidades disponham de setores estruturados e organizados para tal fim, contando com equipes de gestores competentes, qualificados e bem formados. A cooperação, para ser efetiva, requer, portanto, a organização de departamentos voltados para o desenvolvimento do processo de internacionalização institucional (STALLIVIERI, 2004, p. 49).

Em relação à estrutura organizacional da internacionalização em cada Câmpus da UTFPR, observa-se que cada unidade da instituição, em detrimento de suas particularidades e processos de expansão, apresenta um cenário específico de internacionalização, conforme relato a seguir:

É bem heterogêneo entre os Câmpus. Então, tem Câmpus de têm uma estrutura muito boa, poderia citar Medianeira, tem uma sala bacana e tudo. Até Pato Branco a sala é grande, por mais que funcione dentro da DIREC, então é bem heterogêneo. Aqui em Curitiba a gente tem problema sério de espaço. [...] Uma sala que não comporta a equipe inteira, então eu acho que tem Câmpus que estão mais desenvolvidos e outros Câmpus e Reitoria que podem estar mais precários ainda (E2).

Nos Câmpus da Instituição, de acordo com o Organograma da UTFPR, há um Departamento de Relações Interinstitucionais que está vinculado à Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias, responsável, entre suas atribuições, pelo controle da mobilidade acadêmica, bem como divulgação das ações propostas pelo ERI de internacionalização (UTFPR, 2015). Conforme relato do entrevistado:

O campus ele tem atribuição direta de fazer esse controle de saída que a gente não tem como; [...] a própria informação do pessoal que está lotado naquele campus e também a divulgação das ações de internacionalização para o pessoal lotado no campus. [...] Então a gente prefere passar para o campus para ser mais direto com as pessoas daquele campus ali.[...] Eu acho que, não sei se eu diria mais especializado, mas é realmente uma visão mais aprofundada das ações está aqui[..] o contato com ministérios, tanto de relações exteriores quanto da educação é feito a partir daqui (E2).

Desse modo, “o ERI atua em cada um dos câmpus da UTFPR por meio da representação nos Departamentos de Relações Interinstitucionais (DERINT)” (UTFPR, 2015, s/p). Observa-se que a gestão estratégica da internacionalização ocorre no ERI com uma dinâmica articulada aos Câmpus que atuam, principalmente, de forma operacional no processo.

Assim, antes de verificarmos quais estratégias e ações atualmente a instituição está direcionando à internacionalização, julgou-se importante apresentar um breve panorama histórico da dimensão internacional na universidade. A próxima seção é dedicada a essa apresentação.

## 5.2 HISTÓRICO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UTFPR

Em se tratando dos movimentos históricos de internacionalização da UTFPR, foi possível verificar que a instituição possui uma trajetória que se iniciou na década de 1950, passando por diversos momentos importantes, partes do seu processo de expansão. Dessa forma, buscando resgatar esses momentos, foi elaborado um quadro síntese com alguns dos principais movimentos no contexto histórico da universidade, com a intenção de reforçar que a internacionalização já está presente na instituição por mais de cinco décadas, perfazendo seu processo de consolidação nos atuais moldes de universidade.

Esse quadro, por sua vez, foi criado como base na análise de documentos institucionais, tais como Planos de Desenvolvimento Institucional, os Relatórios de Gestão e no site da Universidade. Ainda, há que se ressaltar nesse mesmo enfoque, que as entrevistas realizadas possibilitaram conhecer experiências e depoimentos dos entrevistados em sua trajetória na Instituição, contribuindo de forma singular para essa construção e para identificação de momentos importantes nesse contexto.

Ano	Características
1957	- Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI) estabeleceu-se como centro de treinamento e sede na Escola Técnica Industrial de Curitiba. O objetivo da Comissão foi a orientação, formação e treinamento de professores da área técnica do Brasil. Os americanos contribuíram com verbas, especialistas, equipamentos, material didático e estágio para professores brasileiros em escolas americanas. A Escola Técnica passou a ser um Centro de Formação de Professores, recebendo docentes de todo o país.
1962	- O Prof. Jackson Pitanguera (foi aluno do CBAI) juntamente com o o Prof. Ralph Oeffinger, da Califórnia, elaboraram o currículo do Curso Técnico de Eletrônica na Escola Técnica Federal do Paraná, aproveitando a estrutura deixada pelo CBAI.
1970	- Aproximação da Instituição com parceiros alemães, em especial das então Fachhochschule, atualmente Universidades de Ciências Aplicadas (University of Applied Sciences), em função das referências utilizadas pelo governo brasileiro para a implantação do modelo CEFET no país.
1980	- Visita de professores do CEFET-PR em instituição alemã. - Primeiro mestrado do CEFET-PR com influência francesa.
1984/1988	-Parceria entre Brasil e Paraguai. Professores do Paraguai participaram de cursos de formação de professores. -Parcerias com Compiène, Train Belfort Montpellier na França, e com Munique, Dresden – saída de vários professores para qualificação (especialização, mestrado e doutorado) na França e na Alemanha.
1988/1989	-Parceria com Rotary Internacional - primeiro trabalho com os alunos rotarianos
1989/1998	Intercâmbios internacionais de docentes e discentes iniciado com as Fachhochschulen (FH) da Alemanha, dada a similaridade com a identidade do CEFET, estendendo-se, em seguida, para instituições francesas, espanholas, japonesas, americanas. -Influência da França e Alemanha - implantação do primeiro doutorado e interiorização
2000 até 2011	-Visão da internacionalização focada nos intercâmbios de estudantes e professores, bem como nos acordos/convênios internacionais.
2012	-Mudança no cenário da internacionalização da universidade provocada pelo Programa Ciência Sem Fronteiras: maior inserção internacional da instituição. -Visão mais integrada e estratégica para ampliar a internacionalização na Instituição.

**Quadro 11: Movimentos de Internacionalização da UTFPR**

Fonte: Elaboração a partir de documentos institucionais e entrevistas (2015).

A década de 1950 marca o início da internacionalização na instituição, na então Escola Técnica, marcado por um acordo de cooperação entre Brasil e Estados

Unidos no campo do ensino industrial. Com esse acordo, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI) “que tinha como objetivo a orientação, a formação e o treinamento de professores da área técnica do Brasil” (CEFET, 2001, p. 6).

Conforme indicado nos documentos da Instituição:

Os americanos contribuíram com verbas, especialistas, equipamentos, material didático e estágio para professores brasileiros em escolas americanas. A Escola Técnica de Curitiba passou a ser um Centro de Formação de Professores, recebendo e preparando docentes das escolas técnicas de todo país. Como consequência do Acordo, elevou-se o padrão de qualidade do ensino técnico, particularmente o da Escola Técnica de Curitiba, que sediou a CBAI (CEFET, 2001, p. 6).

Observa-se que a inserção da sede do CBAI na Escola Técnica de Curitiba era vinculado às políticas públicas brasileiras de desenvolvimento, especialmente na área industrial, buscando pela internacionalização da educação promover a capacitação de professores. Logo, percebe-se pela internacionalização uma estratégia de promoção e fortalecimento no campo da educação e desenvolvimento da época. Um marco importante para o cenário brasileiro e para a instituição, indicando a internacionalização como uma perspectiva importante da educação.

Contudo, nessa perspectiva, a internacionalização como um meio de desenvolvimento das IES e países brasileiros, desde essa época, já despontava para um cenário com inserção pouco ativa na relação entre internacionalização e políticas educacionais.

Para Kreimer:

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto se estabeleciam, na maioria dos países desenvolvidos, as políticas científicas e tecnológicas – e se institucionalizaram, conseqüentemente, os protocolos de cooperação em matéria de ciência e tecnologia – os laços internacionais tornaram-se mais “formais” e mais “institucionalizados”; foi a fase de internacionalização “liberal-orientada”. Durante o último quarto do século XX, essas relações se modificaram de um modo mais radical: se durante as etapas precedentes as negociações entre pesquisadores do “centro” e da “periferia” deixavam aos últimos uma pequena margem de manobra, agora se pode observar uma tendência de relações de colaboração tomando a forma de um “contrato fechado”, do tipo “pegar ou largar”. É uma etapa marcada pela emergência de mega-redes (que podem incorporar em seu interior até 500 pesquisadores) e de amplas “regiões de pesquisa”. Uma nova dinâmica torna-se, então, visível entre grupos hegemônicos e os de contextos periféricos. Poderíamos observar ali um paradoxo: os pesquisadores de elite dos países “não hegemônicos” são crescentemente convidados a participar de consórcios internacionais, mas suas condições de acesso são cada vez mais restritas e as margens de negociação tendem a ser mínimas (KREIMER, 2011, p. 56).

Os países ditos centrais, que possuem um sistema de educação superior com diferentes características, vêm implementando suas políticas, à luz de interesses hegemônicos. Com isso, a cultura é fortalecida pela internacionalização num cenário contraditório: ao mesmo tempo em que a dimensão internacional apresenta-se como uma forma de desenvolvimento pode ser um instrumento de consolidação dessa hegemonia.

No caso do CBAI, Mello (1997, p. 24) afirma que o acordo entre os dois países foi uma tentativa de “implantar uma cultura na área industrial, através de alguns cursos de elaboração e aplicação de métodos, metodologias de ensino e supervisão de tarefas nas escolas industriais”. Como exemplo dos impactos desse processo da educação industrial e os reflexos diretos no âmbito dos cursos da instituição, o curso de eletrônica fundado em 1962. Conforme dados do grupo de estudos e pesquisas sobre a história da eletrônica (2015) na UTFPR, o Professor Jackson Pitangueira participou no primeiro curso para professores e, posteriormente, foi fundador e condutor do curso de Eletrônica na instituição até 1969:

Diretor Prof. Lauro Wilhelm convidou o Prof. Jackson Pitangueira a aproveitar a estrutura existente deixada pelo CBAI e iniciar o 1º Curso Técnico de Eletrônica na Escola Técnica Federal do Paraná. O Prof. Jackson juntamente com o Prof. Ralph Oeffinger, da Califórnia elaboraram o currículo do curso (GRUPO DE PESQUISA SOBRE HISTÓRIA DA ELETRÔNICA NA UTFPR, 2015, s/p).

Desse modo, o movimento de internacionalização promovido pelo CBAI já indicava a influência das IES estrangeiras no contexto da educação da Instituição e no Brasil. Outro momento, nesse contexto da UTFPR, que também apresentou esse movimento é a aproximação com as universidades alemãs na década de 70, conforme um dos entrevistados:

Na década de 70 quando vem o projeto com os alemães, com esse movimento europeu da educação profissional, aqui entra, aqui Paraná e Rio entram e aqui avança, avança muito. [...] Se você olhar o movimento europeu, certo, tem uma demanda crescente, uma apresentação crescente de instituições tecnológicas, aparece a universidade de tecnologia de Compiègne em 72, as FHs, as Pacs na Alemanha, tudo na década de 60. Aparece em Portugal alguns Politécnicos e na onda disso aparece no Brasil os CEFETs. Os Cefets são reflexo de um movimento europeu. E aí os Cefets são baseados nas FHs da Alemanha. Então nasce aqui em 78 uma replica alemã da educação profissional. Por conta da história da educação profissional da Alemanha, extremamente forte. Então o FH de Monique, que é o Heller, vai estar aqui segunda-feira [...] E aí eles começam vir pra cá,

começam interagir e eles já estão num outro estágio de internacionalização (E1).

A questão presente aponta para outro aspecto nesse movimento histórico da internacionalização da UTFPR que é a cooperação internacional entre a instituição e a universidade alemã Hochschule München. No Documento Education Technology Humanity 1989-2010, dos autores Christoph SeeBelberg e Wolfram Heller, trazem um resgate dos anos de cooperação existente entre as instituições, envolvendo a mobilidade de acadêmicos, bem como de professores/pesquisadores (SEEBELBERG; HELLER, 2010).

Essa cooperação entre UTFPR e a universidade alemã Hochschule München representa um processo de continuidade desse movimento que começou na década de 1980, com a primeira visita de professores do CEFET-PR na instituição alemã. Além disso, outro elemento trata-se da influência das universidades europeias na formação da educação profissional brasileira.

Santos e Filho (2012, p. 124) afirmam que no início do século XXI “o sistema de educação superior no Brasil conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais”. Para os autores, a atual arquitetura acadêmica das universidades brasileiras, bem como da América do Sul resultam de:

- a) Uma concepção fragmentada do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade;
- b) Modelos de formação baseados nas universidades europeias do século XIX, totalmente superados em seus contextos de origem;
- c) Reformas universitárias incompletas (ou frustradas), impostas pelos regimes militares nas décadas de 1960-1970 e absorvidas pelas elites nacionais;
- d) Um período de *laissez faire*, com abertura de mercado e desregulamentação da educação universitária nos anos de 1980-1990 (SANTOS; FILHO, 2012, p. 125).

Os autores pontuam que esses fatores contribuíram para arquiteturas curriculares diversificadas “caracterizadas por múltiplas titulações, produzidas por meios de programas de formação com reduzido grau de inter-articulação” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 125).

No cenário atual de expansão da internacionalização da educação superior no Brasil, a dimensão internacional também pode contribuir para uma revisão curricular, numa proposta que tenha como horizonte a mobilidade acadêmica, flexibilidade

curricular, reestruturação dos modelos de formação e a interculturalidade. A infusão intercultural nos currículos pode contribuir para reflexão de questões como imperialismo, neo-colonialismo, ou seja, uma reflexão crítica da racionalidade posta.

Nesse panorama histórico da internacionalização na UTFPR, é pertinente ressaltar a adesão da Instituição ao REUNI no ano de 2007, que também está vinculado a um projeto que possui, entre suas diretrizes, expandir a internacionalização nas universidades federais, pelo aumento da mobilidade estudantil.

A questão que se apresenta é um cenário de políticas públicas de expansão da educação superior com o processo de internacionalização vinculado a tal perspectiva. Tais tendências políticas no setor da educação superior evidenciam que o movimento global da internacionalização também emerge na política brasileira:

O aumento do interesse global pela internacionalização do ensino superior também teve um grande impacto na política brasileira. O crescimento acelerado da globalização tecnológica, econômica e cultural impulsionou vários agentes a implementar reformas no setor do ensino superior e projetou o Brasil internacionalmente nas áreas da educação e da pesquisa. Desde meados dos anos 90, várias metas revolucionárias relacionadas com a educação têm sido propostas, tais como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), que estabeleceu as linhas orientadoras e os critérios de admissão para todos os níveis educacionais, e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que estabelece objetivos na área da educação no Brasil para um período de dez anos, incluindo a identificação de vários níveis de referência a atingir no setor do ensino superior (PROJETO ALISIOS, 2015, p. 13).

Nesse contexto, cabe ressaltar, conforme Morosini, Franco e Segenreich (2011, p. 130), que

a partir da década de 90 e com maior predomínio a partir dos anos 2000, o modelo de transnacionalização da Educação Superior vem assumindo lugar como uma das manifestações da internacionalização da Educação Superior. É um conceito que abarca processos que vão além da nação, sem respeito a barreiras nacionais e regionais, e não têm a noção de relações entre países ou instituições. É um conceito ainda muito ligado ao ensino. Referese aos cursos, partes de curso ou outros serviços educacionais oferecidos aos estudantes de países diferentes daquele em que a IES fornecedora está baseada. Nessa proposta de transnacionalização, o sul, é o lado da balança mais fraco na mercadoria negociada – o conhecimento –, e pode ser abafado por um modelo isomórfico e idealizado do norte.

Esse cenário, no caso brasileiro, indica uma política pública, como a instituição do Programa Ciência Sem Fronteiras, vinculado a um projeto de

expansão, promoção e consolidação da ciência e tecnologia por meio dos intercâmbios e mobilidade internacional. Para Santos e Filho (2012, p. 136):

A formação no ensino superior tem encontrado vias de qualificação e distinção curriculares bastante diversificadas. Exemplos podem ser observados nas possibilidades de participação dos estudantes de graduação nos programas de mobilidade internacional, na formação em dupla diplomação e nos estágios realizados fora do Brasil. É fato que essas oportunidades de vivência internacional, somadas ao domínio de segunda língua, agregam valor ao diploma, porém têm significado vantagem competitiva para a classe média/alta na definição de carreiras profissionais e acesso ao mercado de trabalho. Resta acrescentar ainda que iniciativas de reestruturação da arquitetura curricular, mencionadas entre as estratégias de ampliação do acesso, também poderão influenciar positivamente na qualidade de ensino e, em consequência, no sucesso da formação.

Contudo, o CSF apresenta-se com a perspectiva de uma política com impactos principalmente para os acadêmicos da graduação. Desse modo, as IES ficam a margem dessa política sem liberdade de escolha de parcerias estratégicas, como exemplo. Outro aspecto nesse contexto é o direcionamento aos países do Norte, como Estados Unidos e países da Europa, das bolsas disponibilizadas pelos órgãos de fomento, CAPES e CNPq. Dessa forma, esse movimento encaminha ainda mais para o fortalecimento dos países centrais como centros hegemônicos de pesquisa, bem como para consolidação de suas estratégias de internacionalização de atração de estudantes que, por sua vez, representam um impacto significativo na economia local. O quadro 12 apresenta o número de bolsas do Programa implementadas por modalidade na UTFPR:

<b>Modalidade</b>	<b>Número de Bolsas Implementadas</b>
Graduação Sanduíche no Exterior	2.029
Doutorado Sanduíche no Exterior	21
Doutorado no Exterior	15
Atração de Jovens Talentos	2
Pós-Doutorado no Exterior	2
Pesquisador Visitante Especial	2
<b>Total</b>	<b>2.071</b>

**Quadro 12: Distribuição de Bolsas UTFPR**

**Fonte: Elaborado a partir do Ciência Sem Fronteiras (Janeiro/2016).**



Para além dessa perspectiva, o Programa Ciência Sem Fronteiras no ano de 2012 estabeleceu um novo panorama de internacionalização para a UTFPR. Cabe salientar que o Programa como uma política pública do Governo Federal, também foi muito importante para as IES e estudantes, pois rompeu a barreira da internacionalização apenas na pós-graduação e possibilitou condições para inúmeros alunos de ter uma experiência internacional na formação. Assim, para além da perspectiva não ativa nesse processo, ressalta-se que o Programa também possibilitou às IES brasileiras uma nova perspectiva de inserção no âmbito internacional, pela graduação.

Ao ser observado o histórico da instituição, no que tange a mobilidade de acadêmicos, como exemplo, pode-se depreender que nos últimos anos há um aumento significativo dos intercâmbios, principalmente vinculado a esse Programa do Governo Federal.

<b>Ano</b>	<b>Alunos da Instituição no exterior</b>	<b>Alunos Estrangeiros na Instituição</b>
<b>2000</b>	47	51
<b>2001</b>	58	31
<b>2002</b>	41	47
<b>2003</b>	46	41
<b>2004</b>	82	32
<b>2005</b>	49	45
<b>2006</b>	30	27
<b>2007</b>	53	22
<b>2008</b>	52	07
<b>2009</b>	51	19
<b>2010</b>	4	10
<b>2011</b>	85	15
<b>2012</b>	188	17
<b>2013</b>	673	23
<b>2014</b>	872	8
<b>2015</b>	2059	18

**Quadro 13: Mobilidade de Alunos**

**Fonte: Elaborado A Partir Dos Relatórios De Gestão (2001-2014) E UTFPR (2015).**

A mobilidade dos alunos da UTFPR no exterior em 2015 representa o acumulado dos anos de 2012 até 2015. Com relação aos alunos estrangeiros na UTFPR é possível verificar que a mobilidade estudantil também a partir do CSF vem se consolidando para uma inserção não ativa no processo de internacionalização. Ou seja, há um número muito maior de envio de estudantes para outros países, principalmente para países do Norte e da Europa. Logo, como já comentado, os indicadores não apontam as contribuições para a UTFPR a partir dessa expressiva expansão da mobilidade.

Essa realidade não é privilégio apenas da UTFPR. Ao ser observado a distribuição de bolsas por país de destino, que contempla todas as IES participantes do Programa, percebe-se também essa convergência:

<b>Bolsas Implementadas por País de Destino</b>	<b>Número de Bolsas</b>
Estados Unidos	27.821
Reino Unido	10.740
Canadá	7.311
França	7.279
Austrália	7.074
Alemanha	6.595
Espanha	5.025
Itália	3.930
Portugal	3.843
Irlanda	3.387
Holanda	2.289
Chile	43
México	18

**Quadro 14: Distribuição de Bolsas Implementadas por País de Destino**

**Fonte: Elaborado a partir do Ciência Sem Fronteiras (Janeiro/2016).**

Com relação aos países pretendidos dos estudantes, percebe-se que as bolsas do Programa com possibilidades de estágios em sistemas de educação reconhecidos não encaminham para uma relação Sul-Sul. Nesse sentido, numa perspectiva regional no contexto na América Latina, os números indicam que a integração entre as IES está ainda em fase incipiente.

Para Ribeiro (2015, p. 35) o Programa Ciência Sem Fronteiras aparece

diretamente relacionada à inovação e à competitividade. Tal fato relaciona-se ao uso instrumental do conhecimento, que, para dar fôlego à reprodução ampliada do capital, precisa das “inovações”, ou seja, da ciência diretamente aplicada para esses fins, menosprezando a “pesquisa livre e desinteressada” e até mesmo a produção de conhecimento para outros fins que não sejam “da vontade do capital”.

Para a autora, outro aspecto para reflexão refere-se à perspectiva de atração de pesquisadores para o Brasil, considerando as dificuldades que o país tem em manter os próprios pesquisadores, bem como as condições de estrutura das universidades e questões salariais. Ademais, a autora chama atenção para outra perspectiva do cenário da educação no Brasil, pelo Programa, que está vinculado às perspectivas empresariais.

Nesse enfoque, é válido as considerações da autora para reflexão:

Em que pese a importância da produção e do compartilhamento do conhecimento entre as nações, é preciso refletir sobre como os países que incorporaram o discurso da internacionalização da educação estão se inserindo nesta dinâmica. O caso brasileiro é preocupante na medida em que este país, ao se desenvolver segundo as necessidades da acumulação primitiva do capital e ao não romper com “o sentido da colonização”, prendeu-se a uma condição heterônoma, periférica e dependente (RIBEIRO, 2015, p. 36).

A autora afirma que o Estado brasileiro possui uma atuação reguladora “ao propor medidas que induzem a realização de pesquisas em áreas prioritárias à reprodução ampliada do capital” (RIBEIRO, 2015, p. 40).

Contudo, é importante ressaltar que apesar desses apontamentos, o CSF estabeleceu um novo patamar de internacionalização para muitas IES brasileiras, como no caso da UTFPR, conforme pode ser percebido pelo relato a seguir:

O CSF é um programa muito interessante, [...] É inquestionável o ganho para o aluno, é inquestionável [...] e traz para dentro da universidade o quantitativo de internacionalização, dados grandes, isso impacta (E1).

O CSF contribuiu para a inserção da Instituição no âmbito internacional, numa proposta de ampliação dessa dimensão na instituição. Exemplo disso foi um novo cenário estabelecido com estratégias e ações pontuais em relação à temática, a partir do Programa.

De um modo geral, a composição desse panorama histórico da UTFPR traz exemplos de alguns momentos vividos pela instituição acerca dos movimentos

existentes de internacionalização que refletem uma forte relação entre a internacionalização e políticas públicas brasileiras no tocante a educação superior. Nesse sentido, é possível perceber que os movimentos de internacionalização da Instituição sempre estiveram fortemente imbricados com os movimentos e políticas públicas em âmbito nacional, bem como com os organismos internacionais com força política.

A internacionalização da educação superior pode contribuir para promoção da qualidade acadêmica, bem como para formação profissional e cultural de estudantes, professores e pesquisadores. É nesse enfoque que estratégias e ações são importantes em busca da internacionalização para as IES. Nesse processo, a gestão institucional tem o desafio de integrar a dimensão internacional em sua missão, visão e metas, numa proposta de expansão.

Assim, é relevante destacar a partir da análise de conteúdo realizada, na qual se pode verificar que a Instituição sempre teve uma política de incentivo ao incremento das relações internacionais. Exemplo disso são as visitas internacionais no âmbito da instituição por vários representantes de instituições estrangeiras; a existência de um centro de línguas estrangeiras desde 2001, bem como a existência da Assessoria de Relações Interinstitucionais (ARINT) responsável pela coordenação dos processos de intercâmbios e acordos internacionais de cooperação desde então.

Contudo, ressalta-se, nesse processo das relações internacionais da UTFPR e também demais IES públicas, alguns entraves, tais como dotação orçamentária própria para a internacionalização; estrutura física adequada; equipe de funcionários para desenvolvimento das ações; flexibilização dos currículos; sistema de acreditação e; a legislação brasileira. Nesse sentido, as IES brasileiras e, de modo específico, o *lócus* desta pesquisa, acabam ficando sujeitos às diretrizes estabelecidas pelos Governos, implicando numa limitação na proposição de ações de internacionalização. Dessa forma, a heterogeneidade das IES brasileiras e sua importância no campo técnico-científico e desenvolvimento do país, apresenta-se sob políticas regulatórias, muitas vezes restringindo a autonomia decisória e didático-pedagógica. Ou seja, nos atuais moldes da internacionalização das IES públicas no Brasil, à luz das políticas públicas, o grau de liberdade nas diretrizes que concebem a internacionalização apresenta-se sob uma forte centralidade e regulação do Estado.

Especialmente o caso do Programa Ciência Sem Fronteiras, a internacionalização representa essa centralidade do Estado, um programa específico que conta com bolsas do Governo. No entanto, é importante destacar também a perspectiva assumida dos movimentos institucionais em torno da internacionalização. Como exemplo, a dupla diplomação que representa uma outra possibilidade para promoção dos intercâmbios e não está vinculada às políticas públicas e sim às IES. Nessa perspectiva, não apenas há possibilidade dos alunos saírem para estudos em outras instituições, mas também de atração de estudantes. Como os duplos diplomas são estabelecidos pelas IES, também converge para estabelecimento de vínculos institucionais.

Nessa discussão, ressalta-se, contudo, que a presença do Estado fortalece e “institucionaliza o processo de internacionalização da educação superior, independentemente de ele assumir características próprias da internacionalização ativa ou passiva” (LIMA E MARALHÃO, 2009, p. 607). No contexto das políticas neoliberais, a preocupação “reside em criar condições que favoreçam efetiva diversificação das fontes de financiamento da educação superior. Com isso, o Estado tende a assumir responsabilidades predominantemente regulatórias” (LIMA E MARALHÃO, 2009, p. 607).

O Programa Ciência Sem Fronteiras é uma oportunidade singular aos estudantes de graduação pela experiência internacional. Os ganhos individuais são inequívocos, com oportunidades, tais como aperfeiçoamento da língua estrangeira, inserção com outras culturas, etc. Para as IES, apesar da forma não ativa no processo, o CSF também gerou um novo cenário, resultando, como exemplo, numa maior inserção no âmbito internacional e reestruturação dos escritórios de relações internacionais. Esse panorama também reflete a atual dinâmica da UTFPR a partir do Programa.

Ainda nesse contexto histórico da internacionalização da UTFPR, foi possível verificar a influência estrangeira na sua institucionalização. Ressalta-se que muitas das principais universidades brasileiras também tiveram sua institucionalização imbricados aos movimentos de internacionalização, tais como pela missões acadêmicas estrangeiras (SANTOS; FILHO, 2012). Exemplo disso, os autores pontuam a Universidade de São Paulo (USP), instituída em 1934, com ajuda de uma missão acadêmica da Sorbonne.

Em se tratando da USP, considerando sua evidência no campo da educação superior no Brasil, é válido destacar o Documento intitulado “USP 2034 Planejando o Futuro” (2009) em que a universidade já apontava que a “internacionalização é um dos pressupostos de uma universidade de classe mundial e tem sido uma das prioridades da atual gestão” (USP, 2009, p. 16). Ainda, entre as formas de internacionalização priorizadas “a mobilidade de discentes e docentes, convênios internacionais e a criação de programas internacionais conjuntos de pós-graduação” (USP, 2009, p. 17). Ou seja, esse Documento da USP de 2009 reflete uma política estratégica de gestão em torno da internacionalização da educação superior em busca de sua consolidação como universidade de classe mundial, afirmando que o “planejamento e a gestão institucional são fundamentais para que as ações frutifiquem na concretização das perspectivas [...]” (USP, 2009, p. 33).

Assim, considerando a importância da gestão estratégica nas IES para alcançar metas e objetivos, em se tratando do *locus* desta pesquisa, a UTFPR, a próxima seção busca compreender como a internacionalização está concebida e inserida nas políticas de gestão da instituição, bem como suas estratégias e ações atinentes à temática em questão.

### 5.3 CONCEPÇÕES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UTFPR

Esta seção dedica-se à análise das categorias analíticas propostas nesta pesquisa, ou seja, as concepções, estratégias e ações de internacionalização da UTFPR. Como respaldo atribuído para tal análise, as entrevistas realizadas, a participação nos eventos e os documentos institucionais deram aporte à redação desta seção. Ressalta-se que o objetivo geral do estudo foi analisar as estratégias e ações institucionais de internacionalização da UTFPR. Assim, a perspectiva das concepções institucionais de internacionalização estão no contexto das categorias de análise porque são fundamentais para estabelecer o contexto e para fazer a discussão acerca das estratégias e ações de internacionalização da Instituição.

Segundo Neves (2015, p. 11) o tema da internacionalização nas universidades ganhou maior espaço na agenda dos “acadêmicos, gestores

universitários e na política para o ensino superior sob o impacto da publicação dos *rankings* internacionais e da disseminação do conceito de “*world class universities*”. Nesse panorama, segundo a autora, não havia ainda um debate sistemático, bem como diretrizes e estratégias claras norteando as IES. A autora chamou atenção para os recursos das instituições para o desenvolvimento da inserção internacional em seus planos estratégicos e a dependência aos programas mantidos pelas agências de fomento como a CAPES e CNPq.

Assim, para a autora, a definição de estratégias e a busca por objetivos mais específicos no que tange à internacionalização, é um movimento recente no contexto brasileiro das mais importantes universidades, envolvendo, como exemplo, ações buscando a integração nas redes internacionais, investimento em infraestrutura, numa marcha à luz da atração de estudantes, mais especificamente, os doutorandos e pós-doutorandos. Ou seja, trata-se de afirmar, crescentemente, a universidade “como uma referência internacional em áreas do conhecimento e pesquisa consideradas estratégicas, reforçar as parcerias simétricas e abrir o ensino à exposição internacional e à competição global” (NEVES, 2015, p. 11).

A partir desse pressuposto, é pertinente ressaltar que a universidade tem o desafio de integrar a internacionalização em sua visão, missão, planos, metas e estratégias num cenário mundial em que a educação superior se encontra com implicações de modelos hegemônicos e de assimetrias entre países. Dada à complexidade dessa discussão, a internacionalização também converge para repensar alternativas para além do eurocentrismo e da racionalidade técnico-instrumental, pela reflexão crítica das implicações da modernidade ocidental na produção e modo de fazer e pensar a educação superior.

Nesse sentido, há que se ressaltar que para a obtenção de resultados positivos é necessário “a definição de metas, a identificação de necessidades e de áreas de excelência institucionais, e a implementação de ações que venham disseminar as formas de internacionalização” (STALLIVIERI, 2004, p. 35). É importante nesse contexto que haja alinhamento das estratégias e metas de internacionalização aos objetivos de desenvolvimento institucional. No caso da UTFPR, percebe-se que a internacionalização está sendo concebida como uma estratégia de expansão da universidade, colocando-a também num processo de qualificação em relação aos *rankings* universitários.

Ainda, considerando que a internacionalização da educação superior está em crescente processo de expansão, aumentando sua abrangência e valor como consequência da globalização, as IES no estabelecimento de estratégias e ações em relação a essa dimensão, precisam criar mecanismos para sua promoção, considerando além das metas institucionais, o contexto que envolve a internacionalização, tais como já contextualizado nessa dissertação.

Tendo em vista tais apontamentos e em se tratando das políticas estabelecidas no âmbito da UTFPR, buscou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2013-2017) para compreensão de como a internacionalização está sendo concebida. Desse modo, inicialmente cabe evidenciar que a construção do PDI esteve vinculado às dimensões propostas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme quadro 15:

<b>Dimensões</b>	<b>Enfoque</b>
<b>Dimensão 1</b>	A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
<b>Dimensão 2</b>	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
<b>Dimensão 3</b>	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
<b>Dimensão 4</b>	A comunicação com a sociedade tanto interna como externa.
<b>Dimensão 5</b>	As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
<b>Dimensão 6</b>	Organização e gestão da instituição, especialmente quanto ao funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
<b>Dimensão 7</b>	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
<b>Dimensão 8</b>	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.
<b>Dimensão 9</b>	Políticas de atendimento aos estudantes.
<b>Dimensão 10</b>	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

**Quadro 15: Dimensões do PDI da UTFPR 2013-2017**

Fonte: Elaborado a partir do PDI (2013).



A partir dessas dimensões e das análises estabelecidas, no que tange à internacionalização, pôde-se depreender que ampliar a internacionalização está sendo concebida como uma meta institucional. Conforme PDI, uma meta “prioritária para o período de vigência desse documento é ampliar a internacionalização das atividades da UTFPR, envolvendo intercâmbios de estudantes, e de professores” (UTFPR, 2013, p. 104).

O quadro 16 foi elaborado a partir da compreensão de que a internacionalização na universidade também pode estar vinculada à várias outras dimensões do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, considerando as implicações que a temática pode estabelecer, tais como o fortalecimento da Instituição e consolidação de programas de pós-graduação, como exemplos. Desse modo, o quadro abaixo compreende essas vinculações da internacionalização às várias dimensões do seu PDI:

<b>Dimensão</b>	<b>Metas</b>
<b>01</b>	1.1 Fortalecer a identidade da Instituição como Universidade Tecnológica.
<b>02</b>	2.1 Apoiar a implantação e a consolidação de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .
<b>02</b>	2.2 Consolidar a inserção regional e fortalecer a participação nacional e internacional dos Programas de Pós-Graduação
<b>02</b>	2.5 Apoiar a implantação de centros de referência e laboratórios multiusuários, relacionados às atividades de pesquisa, com vistas à criação de centros de excelência, preferencialmente vinculados à Pós-Graduação
<b>02</b>	2.11 Desenvolver e aprimorar a cultura empreendedora e proativa em todas as suas instâncias, criando ambientes favoráveis, capazes de estabelecer vínculos entre as necessidades da sociedade e o conhecimento acadêmico.
<b>02</b>	2.12 Ampliar a internacionalização institucional.
<b>02</b>	2.13 Promover ações de inovação e flexibilização por meio da revisão curricular nos cursos de graduação.
<b>02</b>	2.22 Fortalecer as atividades de capacitação e formação continuada dos docentes em consonância com a identidade institucional.
<b>05</b>	5.1 Criar políticas de disponibilização de recursos para atividades de capacitação e formação continuada dos servidores.

**Quadro 16: Dimensões do PDI e Metas**

**Fonte: Elaborado a partir do PDI (2013).**

Assim, políticas de internacionalização na Instituição, pela análise do PDI, não aparece com diretrizes norteadoras, mas como uma meta de modo geral, de ampliar

a internacionalização na Instituição sem a sistematização de objetivos específicos e estratégias no seu plano estratégico institucional.

A definição clara de estratégias de internacionalização, que perpassam o “trabalho universitário em seu conjunto, facilita o avanço de ações pró-ativas com vistas à busca de resultados concretos, de ganhos institucionais e de desenvolvimento equitativo” (STALLIVIERI, 2004, p. 32). Ainda, para a autora, para “a definição de estratégias, cada universidade procura observar o princípio de sua autonomia, definindo individualmente as suas necessidades de acordos com objetivos consensuais ao plano de metas da instituição” (STALLIVIERI, 2004, p. 32).

Pela análise dos PDIs da Instituição, há percepção de que as estratégias no tocante à internacionalização sempre estiveram presentes na direção dos acordos internacionais, ligados às políticas públicas, buscando aumentar a mobilidade internacional. Na atual perspectiva da UTFPR em ampliar a internacionalização verifica-se uma abordagem mais abrangente da dimensão internacional na Instituição, ligada a um cenário político que está promovendo a inserção no âmbito internacional, fortemente vinculado ao movimento estabelecido pelo Programa CSF.

Outro elemento interessante no PDI vigente da Instituição, possível de verificar, foi o foco da internacionalização na graduação:

Enquanto consolidação, as metas estão relacionadas com a adequação, a ampliação e a modernização da estrutura existente, para a ampliação das ações voltadas para a assistência estudantil, integração da graduação e da pós-graduação, melhoria dos conceitos institucionais e dos cursos de graduação, promoção de ações e revisão curricular nos cursos de graduação com foco na internacionalização, na ampliação das atividades de extensão, em práticas sustentáveis e empreendedoras, no melhor aproveitamento de vagas e na redução da retenção e evasão dos cursos (UTFPR, 2013, p. 46).

Para a UTFPR, a mobilidade acadêmica é entendida como uma “possibilidade para troca de experiências acadêmicas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades” (UTFPR, 2013, p. 49). Nessa perspectiva, a mobilidade deve ser buscada por um conjunto de ações, tais como:

- a. Ampliação de programas de dupla diplomação, quer na graduação, quer na pós-graduação;
- b. Realização de estágios e/ou de trabalhos de conclusão de curso no país e no exterior;

- c. Apoio a convênios multilaterais de estudos, pesquisa e desenvolvimento, envolvendo discentes; e
- d. Intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico e cultural entre docentes, pesquisadores e discentes das instituições conveniadas (UTFPR, 2013, p. 49).

Percebe-se que a mobilidade acadêmica e as ações estabelecidas convergem para o alcance da meta, de modo geral, de ampliação da internacionalização da Instituição. Pode-se verificar que a internacionalização está sendo concebida a partir da mobilidade de estudantes e professores, com ações pontuais a serem desenvolvidas para essa promoção. Há de se mencionar que os intercâmbios internacionais podem contribuir para a qualidade acadêmica pela experiência na troca de conhecimentos entre IES e países. Nessa perspectiva, o excerto a seguir confirma tal posição:

Nós queremos fazer com que nossos servidores, professores e técnicos, tenham uma inserção internacional, certo. E aí o desdobramento é maior. [...] As pessoas têm que ir. E aí voltam, voltam entendendo a importância dos idiomas, a importância de currículos diferentes, de flexibilidade de currículo, que o aluno precisa de uma formação [...]. Você traz referências que te ajudam a definir, a decidir (E1).

A internacionalização pode estar vinculada a um projeto entre IES na perspectiva de complementaridade:

Você tem que pensar que você tem em um campus, um laboratório que está distante apenas geograficamente, só isso. Mas é de Pato Branco aquilo. Essa é a lógica que se chama parceria com qualidade. Compiene trabalha com isso, mas nós não conseguimos fazer isso ainda. [...] Porque quando eu vou fazer uma parceria com a França, ou com a Alemanha, ou com os Estados Unidos na área de Administração, ou na área que você imaginar, você pode falar o seguinte: o que você não tem aqui que lá tem que é o complemento. Você não precisa ter aquilo, essa é a lógica (E1).

Apesar dessa lógica ainda não estar presente na UTFPR, ela é vista como uma possibilidade para ampliar e reforçar a dimensão internacional na universidade. Nesse enfoque, a inserção da UTFPR numa rede internacional de universidades tecnológicas está sendo concebida para tanto.

Desse modo, nesse processo de internacionalização das IES, Rubin-Oliveira (2011, p. 64), orienta “que para além dos conceitos e definições, o consenso parece estar na ideia de que esse é um processo que se impõe à educação superior para que se enfrentem os desafios de um contexto global cada vez mais complexo”. Assim, para a autora, “as respostas exigidas da Educação Superior, por sua vez, são

também complexas e exigem ações intencionais, e não meramente reativas” (RUBIN-OLIVEIRA, 2011, p. 64).

Nesse contexto, implica considerar que várias razões vêm orientando à internacionalização tanto para as instituições de educação superior, bem como para os países. Essas razões, por sua vez, podem estar ligadas a propósitos acadêmicos, buscando, como exemplo, a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento das competências de estudantes, professores e pesquisadores, bem como reforçar a identidade da IES, etc. Nesse mesmo contexto, há esforços para a internacionalização como uma forma de aumentar ou gerar receitas para as IES e países.

Para De Wit (2000) e Knight (2004) as razões em torno da internacionalização podem ser políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas. O quadro 17 apresenta essas razões, que na perspectiva de Knight (2004), são razões fundamentais que impulsionam a dimensão internacional da educação superior:

<b>Razões fundamentais</b>	<b>Razões fundamentais atuais</b>	<b>Dimensão internacional para pesquisa e ensino</b>
<b>Socioculturais</b>	Identidade cultural nacional Entendimento intercultural Desenvolvimento do cidadão Desenvolvimento social e comunitário	<b>Nível Nacional:</b> - desenvolvimento de recursos humanos - alianças estratégicas; - geração de renda/negócios - construção de nações/instituições - desenvolvimento social, cultural e entendimento mútuo.  <b>Nível Institucional:</b> - Marcas e perfis internacionais, Melhoria da qualidade, padrões internacionais. - geração de renda - desenvolvimento de estudantes e pessoal administrativo - Alianças estratégicas - Produção de conhecimento
<b>Políticas</b>	Políticas exteriores Segurança nacional Assistência técnica Paz e entendimento mútuo Identidade nacional Identidade regional	
<b>Econômicas</b>	Crescimento econômico e competitividade Mercado de trabalho Incentivos financeiros	
<b>Acadêmicas</b>	Extensão do horizonte acadêmico Criação de instituições Perfil e status social Melhora da qualidade Padrões acadêmicos internacionais Dimensão internacional da pesquisa e ensino	

**Quadro 17: Razões Que Impulsionam A Internacionalização**

Fonte: Knight (2004).

Diante de tais razões, estão sendo concebidas várias estratégias, tanto em nível das IES, bem como dos países. Para Knight (2004) a internacionalização apresenta-se pelas políticas, pelos quadros regulamentares e pelos programas

desenvolvidos. A autora salienta que é no nível institucional que o processo da internacionalização verdadeiramente ocorre. O quadro 18 apresenta estratégias programáticas e organizacionais em torno da internacionalização, segundo Knight:

<b>Estratégias Programáticas</b>	<b>Estratégias Organizacionais</b>
<p><b><u>Programas acadêmicos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de intercâmbio de estudantes;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de língua estrangeira;</li> <li>• Currículos internacionalizados;</li> <li>• Área ou temática de estudos;</li> <li>• Trabalho / estudo no exterior;</li> <li>• Os estudantes internacionais;</li> </ul> </li> <li>• Processo ensino / aprendizagem;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de duplo grau;</li> <li>• Formação intercultural;</li> </ul> </li> <li>• Programas de mobilidade de professores / funcionários;</li> <li>• Palestrantes e estudiosos visitantes;</li> <li>• Fazer a ligação entre os programas acadêmicos e outras estratégias.</li> </ul>	<p><b><u>Governança</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compromisso, expresso pelos líderes;</li> <li>• A participação ativa de professores e funcionários;</li> <li>• Articulação entre os fundamentos e objetivos para internacionalização;</li> <li>• O reconhecimento da dimensão internacional em declarações de missão institucional, planejamento, e documentos de política.</li> </ul>
<p><b><u>Pesquisa e colaboração acadêmica</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área e centros temáticos;</li> <li>• Projetos conjuntos de pesquisa;</li> <li>• Conferências e seminários internacionais;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos e trabalhos publicados;</li> </ul> </li> <li>• Os acordos internacionais de investigação;</li> <li>• Programas de intercâmbio de investigação;</li> </ul>	<p><b><u>Operações</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrado em toda a instituição e departamentos;</li> <li>• Planejamento - orçamento e os sistemas de avaliação de qualidade;</li> <li>• Estruturas organizativas adequadas;</li> <li>• Sistemas (formais e informais) para comunicação e coordenação;</li> <li>• Promoção e gestão de internacionalização               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio financeiro adequado e recursos sistemas de alocação.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b><u>Relações externas</u></b></p> <p><b><u>Doméstica:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parcerias entre comunidade e organização não governamental;</li> <li>• O serviço comunitário e projetos interculturais.</li> </ul> <p><b><u>Transfronteiriça</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de assistência para o desenvolvimento;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vínculos internacionais - parcerias e redes;</li> </ul> </li> <li>• Programas de formação e de investigação com base em contrato e serviços.</li> </ul>	<p><b><u>Serviços</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O apoio de unidades de serviço de toda a instituição, ou seja, moradia estudantil, fundos, tecnologia da informação;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento de unidades de apoio acadêmico, ou seja, biblioteca, ensino e aprendizagem, desenvolvimento curricular, professores e funcionários de treinamento;</li> </ul> </li> <li>• Serviços de apoio aos estudantes para entrada e estudantes de saída, ou seja, programas de orientação, aconselhamento, formação intercultural, visto, etc.</li> </ul>
<p><b><u>Extracurricular</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Clubes de estudantes e associações;</li> <li>• Eventos internacionais e interculturais nos campus;</li> <li>• Ligação com cultura baseada na comunidade e Grupos étnicos;</li> <li>• Grupos e programas de apoio de pares.</li> </ul>	<p><b><u>Recursos humanos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os procedimentos de recrutamento e seleção;</li> <li>• Políticas de recompensa e promoção para reforçar as contribuições de professores e funcionários;</li> <li>• Suporte para missões internacionais.</li> </ul>

**Quadro 18: Estratégias Programáticas E Organizacionais**  
 Fonte: Knight (2004).

A mobilidade acadêmica pode estar ligada ao desenvolvimento de habilidades e competências de estudantes e professores pela experiência internacional na formação, bem como para algumas IES e países, implica em geração de renda pelas taxas provenientes dessa mobilidade, pois os impactos dos gastos com taxas de matrículas e gastos cotidianos (aluguel, alimentação, transporte, etc) representam importantes ganhos financeiros e, com isso, a internacionalização acaba sendo considerada um produto para exportação e também acaba financiando a IES de destino. Nesse cenário, as IES buscam formas de atração com o estabelecimento de estratégias para o alcance dos objetivos estabelecidos em relação à dimensão internacional, à luz da racionalidade que permeiam suas concepções de internacionalização.

Conforme Knight (2004) a mobilidade de estudantes no âmbito internacional e as pesquisas realizadas em conjunto por pesquisadores estão sendo percebidas como uma forma de estreitar os laços geopolíticos e as relações econômicas entre países.

Para Stallivieri (2004) as principais estratégias de internacionalização das Instituições de Educação Superior tendem a observar as seguintes modalidades:

<b>Modalidades de Estratégias</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de uma política de internacionalização que se concretize através da cooperação acadêmica;</li> <li>- O intercâmbio de estudantes e de gestores;</li> <li>- A inserção de redes de cooperação internacionais, desde que com objetivos claramente definidos;</li> <li>- A participação em projetos de investigação colaborativa, cujo alcance é global;</li> <li>- A captação de recursos de diferentes fontes de financiamento, tanto nacionais como estrangeiras;</li> <li>- A coordenação e a participação em congressos e seminários de âmbito internacional;</li> <li>- A participação em reuniões convocadas por organismos internacionais;</li> <li>- A gestão de convênios e acordos de colaboração científicos e acadêmicos de alcance internacional para o estabelecimento de diferentes programas;</li> <li>- A gestão da oferta de títulos acadêmicos conjuntos;</li> <li>- O estímulo à criação de vínculos com centros de excelência de reconhecimento mundiais;</li> <li>- Apoio a formação de quadros altamente capacitados, bem como para a formação de recursos humanos para a educação universitária;</li> <li>- Captação de talentos promissores em área de conhecimento mais competitiva;</li> <li>- Difusão de informações de especial interesse aos que buscam oportunidades de inserção no mercado de trabalho externo;</li> <li>- Total abertura de relações com interlocutores externos, fomentando a participação em novas modalidades de cooperação acadêmica.</li> </ul>

**Quadro 19: Estratégias De Internacionalização Das IES**

Fonte: Elaborado a partir de Stallivieri (2004).

A cooperação entre IES de diferentes países passa a ser um objetivo “comum das sociedades científicas mundiais, pois, através da internacionalização, asseguram-se a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido” (STALLIVIERI, 2004, p. 27).

Segundo Stallivieri:

A integração das economias, o apelo constante do entendimento das diferentes culturas, os avanços dos sistemas de comunicação e a criação de redes de informação têm fortalecido e ampliado o espaço preenchido pela universalização do conhecimento, que adquire, a cada dia, mais força no locus das universidades e das instituições de ensino superior (STALLIVIERI, 2004, p. 26)

Para a autora, a mobilidade de estudantes, professores e dos gestores tem ampliado e aproximado comunidades científicas de diversos países, reforçando a importância da universidade para os avanços científicos e tecnológicos. Nessa aproximação, contudo, é preciso estar atento às formas de cooperação entre IES e países, ou seja, as possibilidades ou limites que os acordos internacionais podem estabelecer. Nesse sentido, é válido o exemplo de Kreimer para reflexão:

Um jovem pesquisador latino-americano passa certo tempo em um laboratório do "centro" (graças a contatos já estabelecidos por seus predecessores). Nesse centro, especializa-se, por exemplo, no domínio de uma técnica escolhida por consenso entre os líderes de cada grupo, e sobre um objeto (por exemplo, uma proteína que tenha uma característica específica). Quando retorna a seu país de origem, em geral continua trabalhando sobre o mesmo objeto, e se constitui em uma referência no âmbito local, graças ao domínio técnico e conceitual que adquiriu. Ao mesmo tempo, esse pesquisador opera como um provedor de dados para o laboratório "central" que o acolheu (junto com outros colegas de países em desenvolvimento). O grupo central exerce o controle cognitivo do tema em questão e, um aspecto importante, o controle econômico das aplicações possíveis dos conhecimentos produzidos. Nessa dinâmica, evidencia-se uma tensão: a visibilidade e a qualidade científica da pesquisa local, legitimadas pelos grupos internacionais, podem entrar em contradição com a aplicação – real e potencial – das pesquisas (KREIMER, 2011, p. 57).

O autor chama atenção para a integração subordinada dos países periféricos com os países centrais nas pesquisas conjuntas. Tal apontamento é oportuno em se tratando no atual momento de internacionalização no Brasil, considerando a ampliação da mobilidade internacional e as expectativas relacionadas a ela, inclusive do caráter comercial que também tem orientado seus movimentos. As bolsas concedidas no âmbito brasileiro, como exemplo, buscando promover a ciência e tecnologia do país, convergem para ganhos financeiros significativos para

muitos países, bem como possibilidades de captura de cérebros. Esse cenário reflete um movimento de internacionalização pautado por uma racionalidade econômica. Para Santos e Filho (2012, p. 143):

[...] o deslumbramento pela internacionalização pode sinalizar um novo riquismo cultural e conceitual que não se coaduna com a capacidade para conduzir eficientemente os destinos de uma universidade ou para corresponder às expectativas que a sociedade nela coloca. Pode ser uma atitude perigosa, porque, terminando o entusiasmo quando terminar a moda, acabará por ser uma experiência efêmera e inconsequente. Impõe-se, pois, uso regrado, consciente e sustentado do termo, atitude a que deve corresponder a adoção de *estratégias* de internacionalização nas quais as diferentes iniciativas se deverão enquadrar.

Buscando compreender qual direção estratégica a UTFPR está concebendo em relação à internacionalização e suas ações pontuais, a partir das entrevistas, da participação nos eventos e dos documentos institucionais foi possível organizar o seguinte quadro resumo do atual panorama da Instituição:

Estratégias de Internacionalização	Ações de Internacionalização
1. Institucional	<input type="checkbox"/> Inovação Curricular; <input type="checkbox"/> Disciplinas em inglês e outros idiomas; <input type="checkbox"/> Inserção da cultura da internacionalização; <input type="checkbox"/> Professores estrangeiros na UTFPR.
2. Servidores	<input type="checkbox"/> Incentivo para outros idiomas; <input type="checkbox"/> Licença capacitação.
3. Visibilidade	<input type="checkbox"/> Feiras; Eventos; <input type="checkbox"/> Marca UTFPR no exterior <input type="checkbox"/> <i>Rankings</i> de Educação Superior como norteadores; <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Pesquisas Conjuntas
4. Expansão da Mobilidade	<input type="checkbox"/> Alianças e redes internacionais <input type="checkbox"/> Aumentar os intercâmbios de estudantes e professores – mobilidade Simples; Dupla Diplomação; <i>Joint Degree</i> ;
5. Financiamento	<input type="checkbox"/> Parcerias estratégicas; <input type="checkbox"/> Agências de Fomento: CAPES / CNPq; Fundações; <input type="checkbox"/> Própria UTFPR
6. Articulação Regional	<input type="checkbox"/> Redes Sul-Sul - Universidades Tecnológicas; Universidades de Referência e/ou Centros de Pesquisa.

**Quadro 20: Estratégias e Ações de Internacionalização da UTFPR**  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015).



Diante desse quadro de estratégias e ações da UTFPR em relação à internacionalização, é possível inferir que elas convergem, principalmente com as tendências de estratégias de internacionalização propostas por Knight (2004) – quadro 18. Ou seja, na perspectiva programática com ênfase nos acordos internacionais, inovação curricular, programas de intercâmbio de estudantes, pesquisas conjuntas, as redes de IES, como exemplos.

Com relação às estratégias organizacionais, esta pesquisa identificou que a UTFPR não possui uma política definida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, despontando como um processo que está sendo pensado, contudo, sem sua devida sistematização.

Em se tratando das estratégias estabelecidas por Stallivieri (2004) – quadro 19 – há que se ressaltar que tais estratégias convergem também com a universidade pesquisada. Apesar da UTFPR não possuir uma política definida de internacionalização no seu PDI, o processo investigativo desta pesquisa identificou que os gestores possuem preocupação com essa definição.

Assim, as estratégias de internacionalização verificadas no âmbito institucional da UTFPR estão vinculadas à perspectiva institucional, aos servidores, à visibilidade da universidade no âmbito internacional, à expansão da mobilidade, ao financiamento e à estratégia de articulação regional. Cada estratégia, por sua vez, com ações específicas para sua implementação, conforme apontado no quadro acima.

Nesse enfoque, a fim de compreender a internacionalização na UTFPR de maneira mais específica, torna-se necessário considerações mais amplas, buscando as intersecções entre as estratégias e as dinâmicas construídas, ou seja, as ações que estão sendo materializadas. Nessa direção, há percepção que as estratégias e ações possuem imbricações e complementaridades, ou seja, uma ação pode estar contribuindo para o alcance de mais de uma estratégia.

Em se tratando da estratégia de internacionalização no âmbito Institucional, verificou-se que a UTFPR possui ações específicas, mesmo de forma incipiente, buscando inserir a cultura da internacionalização; a busca pela inovação curricular; a oferta de disciplinas em inglês e também busca a inserção de professores estrangeiros na Universidade.

Com relação à cultura da internacionalização na Universidade, verificou-se um processo de estímulo/promoção, movimento realizado principalmente pelo Diretor de Relações Internacionais nos Câmpus da instituição. Nos anos de 2014 e 2015 tive a oportunidade de participar de palestras com essa intenção em dois Câmpus da Universidade, o que permitiu depreender desses momentos ações de propagação da importância da temática para a universidade, bem como estímulos para que o corpo docente e técnico-administrativo também atuem nesse processo. Outra ação da Instituição foi o 1º *Workshop* de Internacionalização da UTFPR, que ocorreu no ano de 2014, intitulado “Desafios e oportunidades para o ensino, a pesquisa e a extensão”, com o propósito de “ampliar os horizontes, discutir e refletir sobre os caminhos da internacionalização do ensino superior na instituição” (UTFPR, 2015, s/p).

A criação de uma cultura de internacionalização é importante para as IES. Desse modo, atividades de propagação da temática nos Câmpus da UTFPR correspondem um esforço em buscar essa implementação, bem como criar uma mentalidade de internacionalização. Nessa perspectiva, segundo um dos interlocutores:

Mas o que a gente tentou trazer para dentro da universidade é que a internacionalização é algo que precisa ser falado, precisa ser conversado, precisa ser discutido [...] Aquele seminário internacional, bom aquilo foi um recurso institucional, que não é pouco recurso (E1).

Os diretores dos campus a gente ajudou, fomos em todos os campus falar sobre a internacionalização, fizemos várias ações, isso é importante. Eu acho que é muito mais um vamos lá, vamos lá, vamos em cima de modelos que já existem e agora sim começar sentar, acho que o trabalho de vocês é um ponto importante, e começar a sistematizar isso aí [...] O CSF nos deu “autorização” para pode fazer isso. Esses dados do CSF nos fortalecem. Então eu tenho apoio do MEC, eu tenho apoio do Governo, a ANDIFES, o Fórum de Reitores. Fomos participar de feiras, chegaram aqui e puxa, a ANDIFES está dizendo, está lá (E1).

As análises permitiram perceber que a Instituição está buscando estimular/sensibilizar a dimensão internacional. Conforme observa-se nos excertos abaixo, o *workshop* realizado foi um movimento importante, pois implicou em recursos disponibilizados para a internacionalização, uma mobilização que demonstra a abrangência da temática no atual contexto da instituição. Outro apontamento importante nos relatos dos entrevistados foi referente às ações de fomento a área de internacionalização da universidade:

E a gente começa internamente ter pressões para colocar recursos para a internacionalização. Por exemplo, já passou no conselho universitário desse ano recurso para os duplos diplomas para os professores que estão indo agora. [...] Isso nunca aconteceu. Nunca teve recurso para a internacionalização. Então já começa a aparecer porque os resultados vieram primeiro (E1).

[...] o que eu acho é que a gente precisa achar, identificar formas de fazer isso com custo baixo e compartilhado. [...] Cada vez mais a internacionalização com os resultados ganha mais espaço aqui dentro e eu tenho certeza que o ano que vem vai ser melhor que esse ano. Ela vai melhorando. E nos campus começa a ter pressão para ter recursos para os cursos também. Então tudo é um mecanismo de conquista, vai se conquistando isso aí (E1).

Então, eu ainda acho que nós temos que agir – existe política pública, ela talvez não exista em quantidade suficiente – mas, eu acho que a nossa maior preocupação é na qualidade, porque a hora que o pesquisador tem, consegue, não só tem qualidade suficiente, mas ele consegue demonstrar isso numa proposta, ele vai conseguir recursos. Ele pode falhar no primeiro pedido, no segundo pedido, no terceiro, mas ele vai conseguir. É só uma questão de pouquinho de persistência e qualidade de proposta (E4).

No cenário atual da internacionalização, o orçamento voltado a esse aspecto também se apresenta como estratégico. Há indicação de que a busca por fontes de financiamento está ocorrendo e os resultados já alcançados nessa área estão favorecendo esse processo. Ou seja, a mobilidade de estudantes e professores no cenário internacional, bem como outras iniciativas de sucesso como os duplos diplomas, estão, aos poucos, abrindo linhas de auxílios específicos de fomento para a dimensão internacional na universidade. Outro aspecto a ser considerado nos relatos é a não dependência do Estado para a implementação de ações de internacionalização.

Conforme Stallivieri:

A realização de atividades para a efetiva internacionalização de uma instituição não pode ser vislumbrada sem que para isso sejam destinados recursos, tanto no âmbito dos recursos humanos como também e, especialmente no âmbito dos recursos econômicos, que viabilizem a execução de projetos de cooperação internacional (STALLIVIERI, 2004, p. 52).

A necessidade de recursos financeiros torna-se fundamental, pois é um fator condicionante do processo de internacionalização para que muitas ações possam efetivamente ser implementadas.

Em se tratando da inovação curricular, a inserção de aulas em inglês, bem como professores estrangeiros na instituição despontam como ações específicas.

Contudo, cabe ressaltar que esse processo envolve muitas características, tais como repensar como será a introdução das abordagens internacionais e interculturais vinculados aos objetivos dos cursos e turmas multiculturais, à luz de uma perspectiva interdisciplinar, num processo de formação de uma cidadania global. Knight (2012) chama atenção para este aspecto da internacionalização, ou seja, para além de um currículo mais internacionalizado e aumento da mobilidade de estudantes, é preciso preparar os acadêmicos para o mundo interconectado.

Nesse cenário, a flexibilização curricular é de suma importância no processo de internacionalização. Tal perspectiva é assumida pela Instituição:

Para viabilização da mobilidade estudantil, a dupla diplomação demanda uma modernização e flexibilização curricular. A maior dificuldade encontra-se na demanda de equivalências e convalidações entre currículos de cursos diferentes ou de outras localidades e legislações. [...] Enquanto consolidação, as metas estão relacionadas com a adequação, a ampliação e a modernização da estrutura existente, para a ampliação das ações voltadas para a assistência estudantil, integração da graduação e da pós-graduação, melhoria dos conceitos institucionais e dos cursos de graduação, promoção de ações e revisão curricular nos cursos de graduação com foco na internacionalização, na ampliação das atividades de extensão, em práticas sustentáveis e empreendedoras, no melhor aproveitamento de vagas e na redução da retenção e evasão dos cursos (PDI, 2013-2017, p. 45).

É preciso considerar que as estratégias de expansão da mobilidade com a intenção de que os acadêmicos cursem disciplinas no exterior demanda dessa flexibilização para que, por exemplo, o aluno possa integrar as disciplinas cursadas em seu currículo.

A internacionalização, segundo Gacel-Ávila (2003), tem por objetivo formar cidadãos críticos para atuação no contexto de uma sociedade global, capazes de participar ativamente na solução de problemas globais. Nesse contexto, é válido trazer os seguintes apontamentos:

[...] em algumas universidades, o enfoque da internacionalização do currículo está primariamente na mobilidade estudantil externa que por razões pragmáticas, envolve uma pequena porcentagem de estudantes. Em algumas universidades, o enfoque é dado ao ensino em inglês, mas raramente todos os programas e a conexão entre ensinar em inglês e a obtenção de resultados de aprendizagem internacional e intercultural não estão claros. Em outros casos, o foco da internacionalização do currículo poderá estar primariamente no conteúdo, através da inclusão de módulos internacionais opcionais especializados, e em outros na crescente diversidade estudantil dentro de sala de aula no campus, sem considerar como isso internacionalizará o aprendizado dos estudantes. Individual e coletivamente, tais abordagens são insuficientes. Em resumo, a internacionalização do currículo em política e prática é muitas vezes

centrada em inputs ou contribuições ao invés de resultados. A internacionalização do currículo deverá tornar-se mais diretamente conectada ao aprendizado de todos os estudantes (LEASK, 2015, s/p).

Logo, a implementação da internacionalização do currículo representa mais um desafio para a UTFPR, que suscitam reflexões quanto aos resultados, tais como as possibilidades e limites na perspectiva de aprendizagem dos alunos. Sendo um processo, a internacionalização do currículo representa uma transformação e infusão do internacional, podendo representar uma forma de valorização de culturas e um movimento contra-hegemônico a partir das reflexões que poderão ser tratadas pelas referências utilizadas das diversas partes do mundo, questionando, como exemplos, imperialismos e as concepções dominantes na geopolítica do conhecimento. É pensar nesse processo para além de uma racionalidade técnico-instrumental, de modo interdisciplinar e intercultural.

Para além desse enfoque, é interessante salientar que a internacionalização do currículo também pode representar uma perspectiva vinculada à atração de estudantes para as IES, pela oferta de disciplinas em inglês na grade curricular. Nas universidades brasileiras, abre-se oportunidades maiores de atração. Logo, esse também é um dos focos que a UTFPR está buscando. Exemplo disso pode ser percebido a seguir:

Buscando o caminho da internacionalização, o curso de Licenciatura em Informática ofertará, no segundo semestre de 2016 uma disciplina que será ministrada totalmente em língua inglesa. “Emerging Topics in Computing” ou “Inovações na Computação” será ministrado pelo professor Francisco Antonio Fernandes Reinaldo e é optativa. Durante as aulas, o professor irá abordar temas referente a ciência e tecnologia da computação, inteligência artificial, arquitetura e organização de computadores, engenharia do conhecimento, aplicações inovadoras, dispositivos e interfaces para a aprendizagem, sempre falando e explicando em inglês (UTFPR, 2015, s/p).

Tal perspectiva encaminha a UTFPR num processo de atração de estudantes para a instituição. Percebe-se atualmente um movimento nessa direção com ações que estão começando a ser implementadas, tais como no site da Universidade, o Escritório de Relações Internacionais apresentar-se disponível em três línguas: inglês, francês e espanhol.

Nessa corrida em busca de estudantes no cenário global, há que se ressaltar a influência dos *rankings* internacionais nesse contexto. Conforme Hazelkorn

Os *rankings* globais criam furor sempre que são publicados ou mencionados. Políticos os utilizam regularmente como uma das medidas da força econômica e das aspirações de seus países, universidades os usam para ajudar a estabelecer ou definir objetivos que meçam seu desempenho em relação a diversas estatísticas, enquanto professores usam os *rankings* para fortalecer sua reputação profissional e seu status. O que começou como produto para consumidores dirigido a alunos de graduação locais se tornou uma manifestação e também um indutor da competição global e da batalha por excelência (HAZELKORN, 2009, p. 43).

Nessa perspectiva, cabe salientar os países considerados centrais e suas tradições e experiências em matéria de educação superior e internacionalização, pois a capacidade de atrair estudantes estrangeiros faz parte, entre outros, de critérios que os colocam nos *rankings* internacionais.

Desse modo, nessa competição global e corrida por excelência, implica pensar na universidade e os indicadores desses *rankings* que possuem orientação de uma agenda global e realidade desigual das IES, considerando questões como orçamento que as universidades públicas brasileiras possuem em comparação com universidades americanas e europeias, como exemplo. Nesse sentido, Moura e Moura (2013, p. 221) corroboram com tais perspectivas:

A corrida por excelência pode gerar uma homogeneização no desempenho das universidades, uma vez que as listas de ranqueamentos são baseadas em indicadores sintonizados com uma agenda global com baixa especificidade para responder aos problemas de pesquisa local e menor compromisso com o desenvolvimento regional. Com isso, as orientações de investimento das universidades acabam sendo regidas por padrões e indicadores estabelecidos por instituições de ponta, mas que são estranhas e possuem propósitos não facilmente compatibilizados às necessidades e interesse específicos, comprometendo a capacidade de gerar desenvolvimento e produção de conhecimento nas áreas científica, tecnológica e de inovação regional e nacional.

É pertinente ressaltar que apesar das políticas existentes e ações desenvolvidas nas IES, no caso brasileiro a internacionalização está em processo de construção e a predominância ainda é o modelo periférico de internacionalização, ou seja, processo que se “caracteriza pela presença de atividades internacionais em alguns setores da IES e não o modelo central de internacionalização da educação superior, onde toda a IES está imbuída desta característica” (MOROSINI, 2008, p. 302). Dessa forma, quanto à participação no processo de internacionalização no Brasil, trata-se de uma participação passiva. Ou seja, há maior envio de estudantes, professores e pesquisadores do que recebimento. Essa perspectiva fortalece a hegemonia das IES dos países centrais.

Enfatiza-se, pois, que há percepção da influência dos *rankings* no âmbito da instituição pesquisada. Ainda, em se tratando de cenário prospectivo, há indicação da intenção de inserção em relação à UTFPR nesses *rankings*:

Agora, a minha opção é elevar a universidade rumo à universidade classe mundial, não importa o quão distante está isso. Mas, levar pra lá. Respeitando, é lógico, algumas peculiaridades nossa, mas você levar para um trabalho em rede. Isso anos, décadas, mas você sabe para onde vai (E1).

Não adianta, se não publicar em conjunto e em inglês, não vai subir nos *rankings*. O ranking, eu acho, que os *rankings* são norteadores, não dá ainda para descer com os *rankings* aqui dentro ainda. Mas são norteadores, são discutíveis (E1).

Nesse contexto, são válidas as considerações de Hazelkorn (2009, p. 43):

O que começou como produto para consumidores dirigido a alunos de graduação locais se tornou uma manifestação e também um indutor da competição global e da batalha por excelência. Para sobreviver, as instituições de ensino superior estão usando os rankings para ajudar o planejamento estratégico, estabelecer objetivos e definir prioridades.

De acordo com Knight (2014, s/p), no tocante às funções e prioridades da internacionalização das universidades, pesquisas recentes em escala mundial “mostram que a ostentação de um perfil internacional ou um posicionamento global está se tornando mais importante do que alcançar padrões internacionais de excelência”. Para reflexão, ressalta-se como a UTFPR está concebendo esse processo de apropriação dos *rankings*, bem como as demais IES brasileiras, no estabelecimento de orientações para a gestão, ensino, pesquisa e extensão, considerando uma perspectiva futura com base nesses modelos. Nesse cenário, as experiências do Sul também podem representar possibilidades de referência. Assim, desponta nessa discussão a racionalidade desse processo de internacionalização na UTFPR.

Para além dos *rankings* também como estratégia de inserção da UTFPR no cenário internacional, emerge a importância do conhecimento de outras idiomas, principalmente o inglês, sendo fundamental no processo de internacionalização para as IES. Essa percepção pode ser verificada nos excertos a seguir:

Na internacionalização não adianta. Sem inglês você vai ficar ali. Não esqueça, e mais um detalhe, assim nós não conseguimos internacionalizar

a casa, porque nós precisamos trazer gente de fora pra cá. [...] O problema da língua impede a velocidade nisso [...] Se nós não falarmos em inglês não vai, se não publicar em revista global não vai, se não publicar em inglês não vai (E1).

O primeiro paradigma que a gente tem que quebrar é olhar para um escopo geográfico maior, para um escopo de literatura maior. Bom, olhar para o escopo geográfico maior é relativamente simples; olhar para a literatura já exige um pouquinho de conhecimentos de outras línguas e; colaborar aí é outro cenário, exige um domínio de uma outra língua. Exige mesmo, porque sem o domínio de uma outra língua a gente não pode esperar que o outro lado não sendo falante da língua portuguesa a gente vai ter sucesso na colaboração (E4).

É preciso reforçar que a língua pode tornar-se uma barreira nesse processo. Desse modo, percebe-se esforços no sentido de estimular a capacitação de estudantes e dos servidores na língua inglesa. A UTFPR conta com o Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas (CALEM) em todos os Câmpus onde são disponibilizadas vagas para os alunos da UTFPR, para servidores efetivos e pessoas interessadas da comunidade em Geral (UTFPR, 2015). Além disso, é válido lembrar que nesse mesmo movimento há disponibilidade de cursos on-line do Idioma Sem Fronteiras de forma gratuita pelo Ministério da Educação, uma política pública de incentivo à internacionalização no Brasil.

Esse panorama converge, por sua vez, para a consolidação da língua inglesa no panorama mundial, como língua franca. Contudo, no contexto da internacionalização é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades. O domínio da língua do país de destino é extremamente necessário e representa possibilidades nesse contexto, tais como o estabelecimento de relações entre as IES. De acordo com um dos interlocutores:

Nós queremos criar relações duradouras [...] as relações tem que ser dos servidores [...] E aí a gente começa a se depara com o primeiro problema que para internacionalizar a instituição, que é quase geral: proficiência em idiomas. É gravíssimo, o inglês. É muito mais grave do que a gente imagina. [...] Então, nós vamos ter que fazer um esforço absurdo para colocar o inglês como língua oficial acadêmica (E1).

Com relação às estratégias de internacionalização vinculadas aos servidores, é possível perceber um foco especialmente nos professores que estão mais ligados à pesquisa. Contudo, há ações específicas que abrangem todos os servidores da Instituição, num processo de estímulo às experiências internacionais na formação, conforme excerto a seguir:



[...] vou falar sobre estágio linguístico: nós conseguimos com Compiene, velho amigo Compiene, um estágio linguístico cultural de 4 semanas. Foi feita pela segunda vez agora em julho, certo. [...] Foi aberto um edital para servidores, professores e técnicos. Você paga a tua passagem, certo, como que fica: é um acordo bipartite. O que a universidade faz? A universidade ajuda, ajeita o acordo com Compiene, esse custo custa 500 euros por semana. Lá em Compiene, por conta da parceria é zero, de graça, certo, nós conseguimos 14 vagas esse ano. Compiene disponibiliza residência universitária e o restaurante universitário e o cara paga, mas paga preço de aluno, certo, bom, o servidor sai com um afastamento com ônus limitado, isso é uma diferença, você não sai de férias, isso conta, isso é um benefício da instituição, certo, e você vai pra lá e passa um mês em Compiene fazendo curso de francês, não, você faz um estágio linguístico cultural, não é só o idioma, você tem passeio, você tem cultura, pra fazer que a pessoa disperte [...] Isso é um investimento na carreira (E1).

Essa ação está diretamente vinculada à perspectiva de que é a partir das pessoas que há o estabelecimento de contatos e, por sua vez, podem despontar como possibilidades nessa área.

Tal iniciativa desponta também num contexto de superação de limites do Programa CSF com a implementação de ações institucionais não ligadas às políticas públicas. Os estímulos para que os servidores – professores e técnicos – estejam inseridos no âmbito internacional converge para o estabelecimento de contatos entre pesquisadores ou pelas próprias experiências na formação e/ou qualificação. Essas experiências, por sua vez, podem contribuir para o estabelecimento de novos acordos com IES, numa perspectiva de fortalecimento das relações institucionais de internacionalização, bem como pelas práticas vividas no intercâmbio que podem contribuir na carreira profissional. Além da oferta de cursos de idiomas, a UTFPR está incentivando e criando oportunidade de licenças para capacitação no exterior.

Percebe-se, frente a esse panorama de estímulo aos servidores, que a Universidade busca fortalecimento de sua internacionalização através dos professores pelos contatos estabelecidos num evento internacional, como exemplo. Esses contatos, por sua vez, que podem ser fortalecidos e transformados em novos acordos de cooperação, novos duplos diplomas, no estabelecimento de redes de pesquisa e publicações conjuntas.

Para Stallivieri:

A mobilidade de estudantes, de professores e gestores intensifica, com muita voracidade, os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universais. Essas redes aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta, reforçando a premissa de que é no seio da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração. Confere-se autoridade para a tomada

de decisões e ouve-se a comunidade científica universitária, pois está intrínseca, na vida acadêmica, a dimensão internacional que ela deve ter (STALLIVIERI, 2004, p. 26).

Logo, emerge a importância dos professores nesse processo, conforme pode ser verificado no excerto abaixo:

[...] E a colaboração às vezes nasce de uma visita. O professor participou de um congresso, ficou três dias no congresso, mas fez um contato e fala: eu to fazendo uma pesquisa na mesma área que você e eu queria ouvir a tua visão sobre tal coisa (E4).

Assim, o que se percebe na UTFPR é um forte estímulo para que professores busquem essas relações com outros professores de IES e institutos de pesquisa internacionais, principalmente focando em países da Europa e EUA. Contudo, para além desses estímulos é preciso que essa área com atual enfoque na Instituição tenha uma política estabelecida, abrangendo um processo que incremente e fomente a internacionalização na universidade de forma mais ampla.

Tal processo vincula-se à necessidade de orçamento destinado à internacionalização. Como exemplo, para que haja contato com diferentes pesquisadores, precisa-se de fomento à participação de eventos internacionais. Outro aspecto importante refere-se à estrutura administrativa da Instituição para gestão de assuntos internacionais nos Câmpus da universidade, pois há necessidade de uma equipe de servidores capacitados para essa área. Nesse enfoque, a Instituição, por ser uma universidade pública federal, fica limitada aos preceitos estabelecidos pela lei de contratação de pessoal, bem como pelos momentos políticos vividos pelo país, como exemplo, de cortes no orçamento para a educação.

Assim, apesar da internacionalização estar presente no PDI da instituição como uma meta, há um longo caminho a ser percorrido ainda. Destacam-se assim, os limites da gestão no processo de internacionalização, tais como financeiros, número de servidores que atuam no escritório de relações internacionais e aspectos atinentes à continuação do processo de internacionalização na universidade. Um longo caminho apresenta-se na perspectiva de continuidade desse processo após estabelecidas estratégias e ações. Mais do que o estabelecimento de um acordo de cooperação que representa o início do processo de internacionalização, é pensar na

lógica seguinte, ou seja, em aspectos referentes à manutenção desses acordos, bem como na perspectiva de dividendos para a instituição.

Desse modo, a fase de sensibilização da internacionalização na UTFPR é reconhecida na atual perspectiva da Instituição, contudo é preciso pensar na continuidade e nos limites que a instituição/gestão ainda possui. Nesse cenário, é válido também comentar acerca de uma perspectiva de internacionalização ativa na Instituição. Logo, encontra-se em fase bastante incipiente, principalmente pela limitação da autonomia no que concerne aos recursos destinados para tanto.

Essa realidade é diferente para os países centrais hegemônicos que estão concebendo a internacionalização de forma estratégica buscando atrair estudantes, pois na Europa, América do Norte e Austrália, a contribuição dos estudantes aponta números significativos para as economias desses países. Como exemplo, dados de 2011 indicam que 764 mil estudantes internacionais que estavam nos Estados Unidos da América (EUA) levam mais de US\$ 22 bilhões para a economia do país todos os anos (ALTBACH, 2013). Trata-se da internacionalização oferecendo ainda mais condições para os países desenvolvidos, pela movimentação de milhões na economia e pela permanência dos melhores profissionais.

Conforme Lima e Contel (2011) os países centrais estão formulando políticas e executando ações para atração de estudantes, professores e pesquisadores:

Os Estados nacionais dos países centrais formulam políticas e executam ações voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, estudantes, professores e pesquisadores, interessados em investir numa formação internacional, ou em participar de grupos de pesquisas internacionais. [...] Diferentemente, nos países periféricos ou semiperiféricos, a internacionalização assume caráter predominantemente passivo, pois se utiliza de criteriosa política de financiamento para emissão de acadêmicos, principalmente professores-pesquisadores, para se formarem nos grandes centros, objetivando investir no desenvolvimento de uma elite intelectual capaz de influir no processo de modernização de alguns setores (LIMA; CONTEL, 2011, p. 19).

Desse modo, há que se ressaltar questões como a relação entre centro e periferia com características hegemônicas, num processo em que países periféricos, segundo Lima e Contel (2011), representam um atrativo mercado educacional e a internacionalização reforçando o desequilíbrio histórico entre os eixos Norte e Sul. O excerto abaixo auxilia entender esse contexto:

A inserção internacional do setor educacional em funcionamento nos países que integram o núcleo orgânico do capitalismo mundial se manifesta de

forma reconhecidamente “ativa”. Resulta de um processo histórico de valorização da educação, materializado na definição de políticas públicas associadas às prioridades de investimentos canalizados para a educação, em geral, e para as universidades e institutos de pesquisa, em particular. Práticas que conferiram notabilidade mundial a alguns sistemas de educação superior, a ponto de servirem de referência para a constituição de universidades em diversos países; caberiam como exemplos a concepção de uma universidade alemã, francesa, inglesa ou norte-americana (LIMA; CONTEL, 2011, p. 17).

Os referidos movimentos refutam as redes de cooperação Sul-Sul. Na UTFPR, apesar da existência de acordos e duplos diplomas no cone sul, há forte indicação da busca por duplos diplomas aos países centrais. É pertinente ressaltar que tais manifestações estão relacionadas ao próprio histórico da UTFPR com relação as parcerias existentes, bem como à políticas públicas brasileiras de internacionalização que estimulam essa relação.

Percebe-se que tal racionalidade vincula-se à perspectiva de uma internacionalização centrada no envio de estudantes para os países centrais. Esse raciocínio, revela, por sua vez, a capacidade de atração de estudantes dos países chamados centrais, a demografia universitária nesses países, bem como o impacto financeiro desses estudantes.

Nesse enfoque, a gestão universitária na consolidação de acordos de cooperação com outras IES ou institutos de pesquisa precisam estar atentas a que tipo de cooperação estão submetidas. Tal perspectiva, por sua vez, precisa encaminhar à cooperação que tenha como horizontes projetos executados com capacidade de desenvolvimentos de ambos países integrantes.

Nesse sentido, com relação aos convênios e/ou acordos internacionais estabelecidos entre a UTFPR e IES estrangeiras, o Plano de Desenvolvimento Institucional vigente afirma:

As relações interinstitucionais internacionais na Instituição vêm apresentando constante crescimento. Atualmente, a UTFPR possui convênios estabelecidos com mais de 40 instituições de diferentes países, com destaque para o intercâmbio de estudantes para os Estados Unidos da América, França, Alemanha e Portugal. Além dos países mencionados, uma meta para o período de vigência desse documento é aumentar a cooperação técnica científica com universidades da América do Sul, proporcionando o fortalecimento dos avanços tecnológicos necessários para o desenvolvimento social e econômico regional. A oportunidade de participação nestes convênios proporciona ao estudante o enriquecimento técnico-científico, quer por completar parte do seu curso em outra instituição ou por realizar o estágio curricular em indústrias/empresas estrangeiras, além de ampliar sua autonomia e fortalecer sua formação cultural e humanística (UTFPR, 2013, p. 104).

Conforme Documento, há perspectiva de estreitar os laços com instituições da América do Sul. Esse cenário pode ser verificado, como exemplo, pelo acordo firmado no mês de novembro de 2015, com a Universidade Tecnológica Nacional da Argentina, conforme exemplifica o excerto a seguir:

A UTFPR assinou nesta quarta-feira, dia 12, um acordo de dupla diplomação com a Universidade Tecnológica Nacional (UTN), da Argentina, o que proporcionará a estudantes graduados na UTFPR a obtenção do grau também pela instituição argentina. A parceria contemplará inicialmente o curso de Administração (Câmpus Curitiba), mas está aberta a todas as graduações da UTFPR. Além da dupla diplomação, o acordo também abrange intercâmbio de idiomas, acordos de graduação e pesquisa, capacitação de curta duração e estágios supervisionados (UTFPR, 2015, s/p).

Logo, o acordo estabelecido no âmbito da América Latina com uma universidade tecnológica representa dois aspectos estratégicos de internacionalização da universidade. Ou seja, inserção nas redes de UTs e da integração regional.

A UTFPR também participa do Programa MARCA que representa um avanço em se tratando de integração regional. Assim, cabe ressaltar que esse Programa e o acordo firmado com a Universidade Tecnológica Nacional da Argentina convergem para uma integração regional. Logo, uma das estratégias de internacionalização da Instituição. Conforme excerto de um dos interlocutores:

[...] as políticas do Governo normalmente premiam bolsas para a Europa. Então tudo vai para lá. Então a gente vai aonde tem dinheiro também. Então nem tudo a gente faz o que a gente quer. Então, qual é o cenário de hoje? A gente tem uma relação com a Europa que dá para caminhar muito ainda, mas nós vamos partir para o Mercosul. Nós temos que ter uma relação com o Mercosul, não faz sentido. E o Marca é o melhor exemplo que nós temos. Inclusive lá no MEC, o Marca de vocês de Pato Branco é uma referência, que é o projeto na agronomia junto com a universidade do Chile. Agora, é curioso também falar para vocês que não é fácil fazer relação no Mercosul. [...]Eles não respondem (E1).

As experiências do MARCA despontam com possibilidades interessantes para a internacionalização da UTFPR. A pesquisa realizada por Henchen, Rubin-Oliveira e Pezarico (2014) buscando analisar as experiências de internacionalização dos acadêmicos da UTFPR do Câmpus de Pato Branco que participaram do Programa, é exemplo disso:

A presença em outro país com cultura, idioma e alimentação distintas, bem como outras metodologias de ensino, proporcionaram uma compreensão ampliada do contexto de uma região de certa forma pouco valorizada e explorada, agregando conhecimentos múltiplos, ampliando dessa forma a formação profissional e pessoal. Apesar das dificuldades que ocorrem em todo e qualquer processo de mudança e adaptação, pode-se perceber que os ganhos são ainda maiores no processo. Sendo esta uma experiência enriquecedora em vários aspectos. Com isso, percebe-se também a importância que se torna essa integração latino-americana entre as universidades. A internacionalização é um fator importantíssimo para a universidade atual, no entanto observou-se que é fundamental as IES estarem preparadas e organizadas no seu processo de gestão para que os resultados sejam positivos e agreguem como um todo (HENCHEN, RUBIN-OLIVEIRA E PEZARICO, 2014, p. 8).

Knight (2012) afirma que pela internacionalização, o contexto local ou regional deve ser fortalecido e não ser deixado em segundo plano. Assim, considerando a complexidade das relações em que a internacionalização se apresenta nesse contexto global que impõe e exige mudanças e adaptações, é preciso analisar o ambiente em que a educação superior está inserida.

Assim, há muitas mudanças e novos desafios em termos de como o ambiente está afetando a internacionalização e como a crescente dimensão internacional da educação superior é um agente da própria mudança. A globalização é para Knight (2005) provavelmente o mais difundido e poderoso recurso do ambiente em mudança e a internacionalização da educação superior

tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local – e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada, existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor (KNIGHT, 2012, p. 65).

Para Altbach (2013), os países anfitriões – aqueles que recebem acadêmicos e pesquisadores - se beneficiam, além dos custos diretos, também com o capital intelectual que permanecem no país. Os países em desenvolvimento acabam perdendo, principalmente na academia, cérebros que poderiam estar cultivando ideias nas áreas de pesquisa e tecnologia e ideias inovadoras a partir da experiência pela internacionalização. Assim, a importação e exportação da educação e programas relacionados com a educação nos diversos países emergem como um comércio potencial e bastante lucrativo (KNIGHT, 2004).

O Programa CSF, uma política pública, encaminha-se para essa perspectiva, pois está voltada principalmente para envio de estudantes para o exterior. Segundo Santos e Filho (2012, p. 153) referindo-se ao CSF:

Mas quando se lançam grandes programas de mobilidade internacional e se reclama dos parceiros uma atitude de respeito, de equilíbrio e de alguma reciprocidade, esta reflexão faz sentido para compreender, ou não, a coerência da decisão de optar pelas “30 melhores Universidades do mundo”, regra que restringe a mobilidade e meia dúzia de países altamente desenvolvidos quando, na prática, isso inviabiliza o diálogo equilibrado entre sistemas e obriga a impor medidas de segurança, tais como cláusulas de mobilidade *sandwich* ou de regresso obrigatório à origem. Na ânsia de se mostrar em interação com os melhores e à altura deles, esta atitude de provinciano deslumbramento desvaloriza os países e as universidades com os quais, todos sabemos, o Brasil vai ter que contar se quiser levar a cabo o seu ambicioso Programa.

Contudo, como já comentado, o CSF contribuiu para que muitos estudantes tivessem uma oportunidade internacional na formação, bem como para inserção de muitas IES e da UTFPR no cenário internacional, conforme depoimento a seguir:

Aí nós começamos a participar de feiras internacionais, pela primeira vez a gente foi. Mas isso vem de um movimento de outras universidades que também foram a primeira vez também. O CSF deu uma certa autorização pra gente (E1).

Na análise dos Relatórios de Gestão, 2001-2014, é preciso ressaltar outro aspecto interessante da instituição em se tratando dessa inserção: as visitas estrangeiras na UTFPR e visitas à instituições estrangeiras por representantes da universidade.

Pôde-se inferir que desde os anos de 2001 a universidade sempre recebeu inúmeras delegações internacionais com a intenção de estreitar relações científicas e culturais, bem como para estabelecimento de parcerias com a instituição. Essas visitas, por sua vez, evidenciam a predominância dos contatos de IES de países como EUA e pertencentes à Europa.

Os documentos a seguir corroboram com tal perspectiva:

As referidas visitas tiveram como objetivos: estreitar as relações culturais, científicas e de amizade com o CEFET-PR; oferecer convênios para intercâmbios de alunos e professores; conhecer o trabalho da Assessoria de Relações Interinstitucionais do CEFET-PR e estabelecer parcerias com suas instituições (CEFET-PR, 2003, p. 53).

Durante o ano de 2014 [...] Também recebeu diversas delegações de universidades estrangeiras como Limerck e Instituto Tecnológico de Tallagart, ambas da Irlanda, Universidade de Munique, Muroran do Japão, Consulado dos Países Baixos, Pinar Del Rio de Cuba, La Sabana de

Colômbia, Chalmers da Suécia, UMKC Missouri dos Estados Unidos, Nottinham e Birmingham da Inglaterra, dentre outros (UTFPR, 2014, p. 405).

Nessa mesma perspectiva, as ações de inserção no âmbito internacional da UTFPR, que estão vinculadas aos mesmos objetivos das visitas recebidas, também podem ser verificadas como importante ação no que tange aos cumprimentos da meta de internacionalização da UTFPR. Essa postura da instituição pode ser verificada, conforme um de seus documentos:

As atividades de interação institucionais internacionais são fundamentais no ambiente globalizado em que a sociedade se encontra. Para tal, a UTFPR conta com mecanismos eficientes de intercâmbio, recebendo e enviando alunos para diversos países, fortalecendo laços de amizade e de relações acadêmicas. No momento em que a Universidade Tecnológica propicia que os acadêmicos tenham esta possibilidade de intercâmbio, esta ação soma-se a outras tantas na formação plena do cidadão, possibilitando não somente uma formação tecnológica, mas, também, uma formação cultural e humanística. As atividades desenvolvidas pelos discentes da UTFPR em outros países constituem-se, na maioria dos casos, em acadêmicas e, posteriormente, em estágio em indústrias do país de destino (UTFPR, 2014, p. 404).

Parcerias estratégicas são importantes para maior inserção das universidades em nível global. Nesse âmbito, a formação de alianças e redes é um dos meios de cooperação importante entre IES e fazem parte das ações específicas da UTFPR, buscando expandir a mobilidade acadêmica.

Stallivieri chama atenção para que o estabelecimento da cooperação internacional interinstitucional remete algumas condições fundamentais:

- primeiramente, reconhece a existência de atores, protagonistas da cooperação;
- em segundo lugar, os participantes devem estar envolvidos e comprometidos com as formas de cooperação, levando em conta a disponibilidade de seus recursos humanos e financeiros;
- os objetivos da cooperação devem estar claramente definidos e coerentes com as estratégias de execução;
- os projetos devem estar inseridos nos planos estratégicos de desenvolvimento das entidades ou das instituições, otimizando os benefícios e aprimorando os níveis de desenvolvimento dos parceiros;
- o programa de atividades deve ser concretamente estabelecido, respeitando cronogramas e orçamentos previamente definidos;
- e, por último, o estabelecimento de mecanismos deve estar direcionado para o desenvolvimento e para a avaliação das ações de cooperação. (STALLIVIERI, 2003, p. 15)

Para a autora, “levando essas condições em consideração, uma efetiva cooperação entre parceiros poderá ser vislumbrada, através da qual haverá



benefícios mútuos para ambas as partes”(STALLIVIERI, 2003, p. 16). Nesse sentido, o processo de integração contribui também para a superação de barreiras burocráticas que muitos países impõem, tais como o reconhecimento de diplomas (NEVES; MOROSINI, 1995).

Nesse mesmo enfoque, com os convênios/acordos internacionais, a UTFPR implementa outra estratégia que é a expansão da mobilidade acadêmica. Para Santos e Filho (2012, p. 150):

Hoje a mobilidade acadêmica é um poderosíssimo parceiro da globalização, porque, por um lado, decorre da vontade (já não da necessidade que a ausência de alternativas tornava obrigatória) que as pessoas sentem em complementar sua formação não apenas nos planos técnico e científico, mas igualmente nos aspectos linguísticos, culturais e civilizacionais. Por outro lado porque a experiência as torna, de fato, cidadãos melhores de um mundo diferente, mais aptos a compreender a interculturalidade, a multipolaridade, a conviver com a diversidade, com razões e com os motivos do outro.

Com relação aos duplos diplomas, conforme o Diretor de Relações Internacionais, apresentam-se com vantagens e desvantagens, conforme exemplificado no quadro a seguir:

<b>DUPLO DIPLOMA</b>	<b>Principais Vantagens</b>	<input type="checkbox"/> A Universidade / campus / curso define seus parceiros estratégicos; <input type="checkbox"/> O docente / técnico-administrativo constrói relações efetivas com servidores das instituições parceiras; <input type="checkbox"/> O servidor amplia a sua experiência internacional e também as possibilidades de trabalhos conjuntos nas áreas da pesquisa e da extensão; <input type="checkbox"/> O servidor tem a oportunidade de conhecer o sistema de ensino adotado por outros países / região. <input type="checkbox"/> O aluno tem uma experiência internacional significativa, com o diferencial ainda de obtenção do diploma no exterior (amplia sua empregabilidade); <input type="checkbox"/> O aluno de duplo-diploma é reconhecido como "aluno regular" na instituição anfitriã; <input type="checkbox"/> O aluno não paga taxas (tuition) na instituição anfitriã portuguesa e francesa; <input type="checkbox"/> O aluno da UTFPR recebe o título europeu de Mestre (modelo de Bolonha - formação de 5 anos). <input type="checkbox"/> O aluno tem a garantia do reconhecimento dos créditos
	<b>Principais Desvantagens</b>	<input type="checkbox"/> O processo de discussão e formalização de um programa de duplo diploma é mais trabalhoso e demorado, quando comparado ao programa de mobilidade simples. <input type="checkbox"/> O período de permanência do aluno no exterior é mais longo, variando de 1 ano a 2 anos, sem financiamento.

**Quadro 21: Vantagens e Desvantagens Duplo Diploma**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2015).**

Diante das vantagens estabelecidas infere-se aspectos importantes e diretamente ligados à meta de ampliar a internacionalização na universidade, tais como a possibilidade na definição dos parceiros estratégicos; as relações estabelecidas entre servidores e profissionais das IES estrangeiras para o estabelecimento de vínculos; etc. Tais vantagens representam uma perspectiva de internacionalização sem a centralidade do Estado na definição desses aspectos.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de duplos diplomas existentes na instituição desde 2013 e uma perspectiva para 2016:

Ano	Quantidade de Duplos Diplomas
2013	0
2014	4
2015	25
2016	30

**Quadro 22: Número de Duplos Diplomas da UTFPR**

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Como pode ser observado, nos últimos anos o número de duplos diplomas aumentou de maneira significativa, implicando como a internacionalização está impactando nessa ação para a instituição, bem como pela perspectiva de crescimento para 2016.

#### Para Santos e Filho

A emergência deste tipo de programas acompanha a conscientização coletiva da importância da mobilidade e da necessidade de a promover em maior escala. Significa transferência para a esfera institucional da iniciativa que até então era, quase sempre, do estudante e do professor. Revela, igualmente a compreensão da importância da complementaridade das formações e da diversidade dos percursos formativos, relativizando a onnipresença, e sobretudo a onnipotência, de cada professor no desenho final desses percursos. Significa o acesso a um nível superior de consciência universitária. Ainda, antes de sair o primeiro estudante, já o programa começa a ter os primeiros efeitos benéficos na sua própria universidade de origem (SANTOS; FILHO, 2012, p. 151).

Segundo Stallivieri a internacionalização das IES, através das diferentes “formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa que, unidos, criam as condições para o desenvolvimento dos países e o incremento da qualidade de vida das populações” (STALLIVIERI, 2003, p. 3).

Em se tratando da expansão da mobilidade, os diplomas conjuntos podem representar um passo importante no contexto da internacionalização. Santos e Filho (2012, p. 155) destacam que a preparação de “um programa deste tipo é uma experiência particularmente enriquecedora e, sobretudo quando coroada de êxito, reveladora de uma bem amadurecida cultura para a mobilidade”. No contexto da UTFPR, esse tipo de programa emerge como uma ação de internacionalização na perspectiva de ampliar a mobilidade, entretanto, num cenário prospectivo.

Ainda, em termos de convênios/acordos estabelecidos pela UTFPR com outras IES, é pertinente o relato de um dos entrevistados acerca do processo de mudança no estabelecimento de convênios no decorrer desse processo de expansão da internacionalização na universidade:

Então era interessante porque muitos dos convênios, muitas das parcerias que surgiam anteriormente, não surgiam como elas estão acontecendo hoje em dia, elas aconteciam por interesse de alguns alunos que precisam ir para o país, ou que tinham interesse em alguma empresa e daí a gente entrava em contato e as instituições se interessavam por isso (E3).

Atualmente a UTFPR está buscando esses convênios numa perspectiva institucional e de formação de redes. Para além da aproximação com as UTs, há também outros dois fatores indicados como estratégicos, ligados a esse movimento: o idioma e o sistema europeu de internacionalização. O relato de um dos interlocutores ressalta tal afirmação:

E aí vem Portugal. Por que Portugal para nós hoje é estratégico? Primeiro que fala português [...] Segundo, Portugal está no acordo de Bolonha, é ali que a gente quer entrar. Quando se entra com Portugal, você leva a Europa inteira [...] Portugal para nós nesse momento é muito estratégico (E1).

Nesse contexto, há que se ressaltar o Processo de Bolonha como um modelo de sistema de educação superior para o mundo. Tal processo, resultado da busca pela mobilidade de estudantes entre países, implicou, como exemplo, na compatibilização de currículos, importante elemento nas dinâmicas de internacionalização. Contudo, cabe as considerações de Wielewicky e Rubin-Oliveira (2010) sobre as parcerias estabelecidas nesse Processo, que possuem como objetivo ampliar opções no que tange a educação superior, à luz de interesses próprios.

Atualmente a UTFPR conta com 80 convênios/acordos com outras IES/Institutos de pesquisa, num cenário que também aponta um crescimento a curto prazo (UTFPR, 2015). Ressalta-se que tais acordos não convergem, em sua grande maioria, para países do Sul.

A cooperação internacional pode proporcionar pelo compartilhamento de conhecimento o enriquecimento da qualidade acadêmica, a inserção da universidade no cenário mundial, à luz de diferentes experiências e conhecimentos existentes. Nesse cenário, é importante que o processo não apresente elementos ligados à vestígios de subordinação. As estratégias estabelecidas pelas IES e países em torno da internacionalização são de fundamental importância para que se alcancem metas e objetivos diante da complexidade dos diversos sistemas de educação superior e culturas existentes no cenário mundial, buscando, como exemplo, acordos internacionais à luz de uma cooperação horizontal.

Assim, de modo geral, em se tratando das estratégias e ações de internacionalização e suas vinculações com a pesquisa, ensino e extensão, o relato a seguir apresenta considerações importantes:

Com o ensino é mais fácil. Com a pesquisa, a relação internacional está muito mais estimulada na graduação do que na pós-graduação. [...] A pós-graduação ela tem um ritmo próprio. Ela deveria estar puxando a internacionalização porque ela é avaliada pela internacionalização. [...] Bom, eu acho que a pós-graduação tem muito a ser feito ainda, certo. É uma questão de uma hora a gente voltar, conversar com o pessoal da pós-graduação e tentar ajudar nesse processo. Mas ela tem uma história um pouco diferente, especialmente nos programas de doutorado sanduíche, sempre um programa interessante, o aluno vai e volta, dos dois lados. E os duplos diplomas no doutorado, que na minha avaliação é mais simples de ser feito porque são mais flexíveis. Mas a pós-graduação, eu diria pra você, ela não está tão sistematizada quanto está a graduação, certo, porque a graduação foi tida como prioridade porque aquele cenário, se você não motivar, aquilo não acontece. A pós, mais ou menos ela vai caminhando (E1).

Nesse enfoque, há percepção de uma dedicação maior em torno da graduação, já que, pelo relato, a pós-graduação possui maior autonomia e uma dinâmica própria que se encaminha para a internacionalização. Desse modo, é importante verificar que em se tratando da pós-graduação, há indicação de ações pontuais e específicas direcionadas à dimensão internacional, conforme relato a seguir:

[...] o apoio a tradução; o apoio a pessoa adquirir conhecimentos no uso da língua inglesa. [...] todos nós que somos pesquisadores sabe que se gente

publicar lá fora, se a gente publicar numa revista já mais conceituada, a gente vai ter um impacto maior (E4).

Logo, o que se pode depreender desse cenário é um incentivo às publicações em inglês, reforçando a importância da língua na internacionalização da universidade. Já com relação à extensão da universidade, percebe-se que a vinculação da internacionalização emerge em ações específicas dos professores, também apontando para o papel do professor nesse processo. Como reforço a tal argumento:

Na extensão a gente tem pouca coisa [...] Eu acho que na extensão a gente precisa projetar isso, sendo bem sincero com você. E eu não saberia, sendo honesto com você, elencar nenhuma ação efetiva mesmo. Nós temos ações pontuais, professor A, B tem alguma coisa na área de extensão, certo. Eu to dizendo aquela extensão mais cultural. Porque eu posso pensar como extensão que é para a comunidade, como empresarial. Nesse sentido a gente tem alguma coisa, por exemplo, nós temos um professor lá de Ponta Grossa está fazendo a sua tese de doutorado lá em Compiène no centro de inovação. Então, isso aí nós temos algumas coisas [...] Mas ainda está muito no professor. Muito no professor. Mas nós temos (E1).

Assim, os principais resultados acerca da internacionalização, percebida pelo responsável por essa área na instituição, são evidenciados no relato a seguir:

Eu acho que os principais resultados nesses últimos anos, depois que a internacionalização passou a ser algo ativo, vamos dizer assim [...] a menina nos olhos da universidade, o ativo, começou a ter ações mesmo, começou a ter recursos nisso, porque sem recurso não tem jeito. Eu acho que a nossa participação no CSF mudou. [...] E isso foi pensando, não é espontâneo isso, os processos têm que ser estimulados. O discurso da internacionalização vai para o professor, o professor repete em sala de aula, o aluno vê, o outro foi [...] O CSF é um resultado. O outro, o duplo diplomas é um outro resultado. Os acordos, nós podemos levantar as curvas de acordos, de visitas internacionais aqui. Hoje é muito comum a gente ter visitas aqui. Segunda-feira está o pessoal da Alemanha, no final do mês vai estar o pessoal da França. Quando o CSF estava em alta, aí era demais. Agora no começo do mês nós temos uma feira da Suécia, então o processo ele vai se desenvolvendo (E1).

Cabe destacar a necessidade de condições para continuação do processo de internacionalização na UTFPR, como manutenção dos acordos/convênios internacionais. Nessa perspectiva, é preciso considerar possibilidades de alunos estrangeiros na Instituição e como a UTFPR está estruturada para esse recebimento. Outro exemplo é a vinda de pesquisadores na instituição que demanda uso de laboratórios para desenvolvimento de suas pesquisas e as reais condições que a universidade dispõe.

Diante desse quadro exposto de estratégias e ações da UTFPR, antes de partir para a síntese do estudo nas respectivas considerações finais, evidenciam-se algumas considerações preliminares.

Conforme Lee (2013, p. 85) “a internacionalização recebeu grande destaque conforme os países e suas instituições elaboram estratégias para participar da sociedade global de hoje”. Muitos esforços são concebidos para a internacionalização. Contudo, a autora ressalta que os esforços em relação à qualidade e retorno educacional sobre os investimentos, depois das atividades organizadas, são bem menores. Para a autora, esse efeito da internacionalização

ignora com facilidade o aspecto humano da migração e da troca, que é bem documentado e se mostra globalmente desigual. Em resumo, há um perigo em promover às cegas a internacionalização sem levar-se em consideração seus propósitos declarados e consequências imprevistas. A cautela e a atenção às experiências qualitativas dos estudantes e estudiosos internacionais podem proporcionar conclusões importantes que levam a maiores benefícios e a uma melhor coordenação das metas diplomáticas declaradas da internacionalização (LEE, 2013, p. 85).

Nesse cenário, a migração qualificada que é uma realidade e necessidade atual, também pode estar ligada à formação de elites políticas e científicas, num projeto de desenvolvimento, reforçando as relações desiguais entre centro e periferia.

Assim, tornam-se indispensáveis estratégias das universidades, bem como políticas públicas que orientem a internacionalização. Para Stallivieri (2003) é necessário clareza dos objetivos em torno da internacionalização e é preciso definir onde, o que, para que e com quem devem ser estabelecidas parcerias, pois

preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior, cujo processo de internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos. Porém, a internacionalização não ocorre de forma isolada. O processo de internacionalização pressupõe cooperação em todas as suas formas: científica, tecnológica, acadêmica, e em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e a vertical, quanto a bilateral, a multilateral, etc., principalmente estão voltadas para o âmbito da cooperação interinstitucional (STALLIVIERI, 2004, p. 16).

Logo, estratégias para a internacionalização são extremamente importantes para direcionar os movimentos em seu entorno. Outro aspecto importante refere-se

a avaliação de como o processo está ocorrendo no âmbito das universidades, bem como as implicações decorrentes dela.

Para Stallivieri (2004, p. 28):

[...] as universidades são os atores que desempenham papel preponderante para assegurar o desenvolvimento e a aproximação dos povos e das nações, independentemente da integração econômica, será através delas que também estará assegurada a cooperação baseada na solidariedade e no respeito às especificidades de cada população. Será através das universidades que se poderá almejar a cooperação baseada na solidariedade, na visualização de parcerias não somente para a disseminação dos diferentes patrimônios do conhecimento, mas para a criação de uma cultura de paz e de desenvolvimento equilibrado para diferentes nações.

As razões que impulsionam a internacionalização da educação superior são várias e podem encaminhar-se para diferentes perspectivas para as IES e também para os países. A internacionalização pode oferecer oportunidades de desenvolvimento das instituições e países, contudo, há necessidade de atenção aos valores adjacentes nesse processo e suas implicações, como o capitalismo acadêmico. É importante que as estratégias sejam orientadas por políticas que encaminhem suas ações, pois diferentes razões estão sendo concebidas em torno da dimensão internacional.

Para Santos e Filho (2012, p. 145)

Repousando em bases materiais e institucionais consolidadas, procurando responder aos desafios sociais do nosso tempo, a Internacionalização transforma-se em missão da universidade quando esta é capaz de mobilizar, de uma forma intencional e consciente, para com ela atingir os seguintes objetivos: - reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária e; contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento.

Esses objetivos “reforçam a centralidade do papel da universidade na sociedade contemporânea e afirmam a universidade como protagonista incontornável do mundo global” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 146).

Para os autores

Em suma, a internacionalização universitária não deve ser considerada uma fórmula mágica, mas pode ser vista como uma construção tão viva quanto calculada, como uma conquista tão ardente quanto metódica. Uma aposta estratégica, balizada pelos recursos humanos e materiais necessários à sua sustentabilidade, que se apresenta como uma forma moderna de diplomacia cultural e como cimento indispensável à constituição de espaços

transnacionais integrados de conhecimento (SANTOS; FILHO, 2012, p. 165).

Outro ponto de suma importância em relação à internacionalização, segundo Stallivieri (2004, p. 52):

[...] é fundamental que os gestores, indicados para o exercício da função de diretor, assessor ou coordenador dos departamentos de cooperação internacional detenham algumas características, tais como: capacidade de captar oportunidades apresentadas no âmbito internacional, apresentar um perfil empreendedor e motivador diante das potencialidades verificadas, ter a capacidade de convocar e de influenciar a participação de todas as áreas institucionais juntos aos programas e projetos e que tenham certa mobilidade e poder de articulação dentro da instituição, pois sem eles o departamento não desenvolverá a autonomia necessária para seu crescimento e para a implementação de inúmeras atividades.

Em termos de síntese, cabe ressaltar que a internacionalização envolve múltiplos atores e termos, ultrapassando limites geográficos e pode estar vinculada a um projeto de desenvolvimento de muitos países e IES, podendo assumir um caráter emancipatório, à luz de uma cooperação horizontal, ou apresentar-se com características de cunho contrário.

Os fluxos migratórios decorrentes dos movimentos de internacionalização convergem para um espaço de rompimento geográfico, em decorrência da mobilidade estudantil, com tensões que a busca por experiências internacionais na formação podem implicar, tais como a fuga de cérebros, a disputa de mercados globais, hegemonias de IES e centros de pesquisa e termos de cooperação unilaterais. Na atual geopolítica do conhecimento, a condição em que o processo de internacionalização está ocorrendo, possui implicações de uma racionalidade capitalista.

Nesse âmbito, o Estado e suas políticas públicas precisam dialogar com as IES buscando mecanismos para que haja uma cooperação bilateral, não subordinada, à luz de um projeto de desenvolvimento que possa reforçar a educação superior e a pesquisa.

Em se tratando das categorias analíticas propostas nessa pesquisa, concepções, estratégias e ações institucionais de internacionalização, também em termos de síntese, faz-se necessário algumas considerações.

Na categoria concepção institucional de internacionalização observou-se que a dimensão internacional está relacionada à mobilidade internacional como um



movimento importante de trocas de experiências culturais e acadêmicas, um espaço onde o rompimento de fronteiras geográficas pode ocupar papel especial na formação profissional e pessoal dos envolvidos, pela visão mais abrangente de diferentes realidades. Na atual perspectiva da universidade a internacionalização possui uma concepção abrangente, que envolve o estabelecimento de estratégias e ações específicas para sua expansão, para além da mobilidade em si. Outro aspecto importante na concepção institucional é a própria perspectiva de expansão da universidade a partir da internacionalização. Contudo, essa concepção não se apresenta num plano político sistematizado.

A categoria estratégias de internacionalização incluiu um movimento da UTFPR direcionando esforços para diferentes perspectivas. Essas indicam estratégias de modo institucional; em relação aos servidores; à visibilidade da UTFPR no âmbito internacional; à expansão da mobilidade; ao financiamento e; à articulação regional. Tais estratégias ligadas à meta de ampliar a internacionalização da universidade, bem como alinhadas as modalidades de estratégias que as IES de modo geral estão concebendo em relação à temática, como apresentadas por Knight (2004) e Stallivieri (2004).

A categoria ações de internacionalização, por sua vez, emerge na perspectiva de materialização das estratégias propostas. Nesse âmbito, pôde-se verificar várias ações que estão sendo concebidas, algumas de forma incipiente: inovação curricular; a oferta de disciplinas em inglês e outros idiomas; a inserção da cultura da internacionalização; professores estrangeiros na UTFPR; incentivo para outros idiomas; licença capacitação no exterior; participação em eventos internacionais; os *rankings* de educação superior como norteadores; às alianças e redes internacionais; à mobilidade acadêmica; à dupla diplomação; aos diplomas conjuntos; às redes de universidades tecnológicas e/ou universidades de referência e/ou centros de pesquisa.

Por fim, cabe destacar que a gestão da internacionalização na UTFPR não possui diretrizes norteadoras num projeto político sistematizado, mas possui um projeto com estratégias sustentando as ações pontuais das relações internacionais da universidade. Assim, o processo de internacionalização na universidade caracteriza-se de forma ainda incipiente. No entanto, assume importância singular para sua expansão e consolidação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente dissertação foi analisar estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior da UTFPR. Para tanto, foram estabelecidos três objetivos específicos: Identificar atuais políticas públicas de internacionalização da educação superior; Identificar estratégias institucionais da UTFPR acerca do processo de internacionalização e; Identificar ações institucionais de internacionalização da educação superior da UTFPR.

Inicialmente, em termos de referenciais, ao longo do primeiro capítulo buscou-se apresentar o contexto da internacionalização da educação superior, bem como definições e conceitos da temática em questão. Desse modo, é importante considerar que o termo internacionalização é polissêmico, com diferentes significados e perspectivas para IES e países.

No contexto da internacionalização, por sua vez, outra importante consideração acerca da temática é ela ser uma das respostas da educação superior frente à globalização e possuir diferentes atores, perspectivas e racionalidades que permeiam seus movimentos. Logo, a dimensão internacional pode estar vinculada a um projeto de desenvolvimento de IES e países, bem como atrelada a aspectos mercadológicos, fluxos migratórios qualificados, etc. Assim, a reflexão pós-colonial proposta nesse capítulo buscou contribuir para pensar na cooperação acadêmica internacional e o contexto de interesses capitalistas, de atores hegemônicos que envolvem a temática.

No segundo capítulo, por sua vez, considerando o atual panorama de expansão da internacionalização e os movimentos protagonizados por políticas das IES e países buscando espaço no cenário internacional, esta dissertação buscou apresentar um panorama histórico da temática no Brasil e atuais políticas públicas de internacionalização.

Dessa forma, em síntese, observou-se que no caso brasileiro, os movimentos de internacionalização sempre estiverem presentes, desde a instituição das primeiras IES e universidades, bem como da implementação e consolidação da pós-graduação, fortemente vinculadas às políticas públicas do Governo Federal. Nesse campo, políticas públicas de internacionalização articuladas a um projeto também de expansão da educação superior. Essa perspectiva foi constatada na Instituição

pesquisada, na década de 1950, quando houve os primeiros movimentos de internacionalização com a vinda de professores dos EUA num projeto de desenvolvimento institucional e industrial do país.

Em se tratando das atuais políticas públicas de internacionalização do Brasil - primeiro objetivo específico da pesquisa - pôde-se depreender que as políticas públicas de internacionalização convergem para o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) com orientações vinculadas à perspectiva de desenvolvimento nacional. Tal concepção decorre pelas possibilidades de qualificação acadêmica pelos intercâmbios de estudantes, professores e pesquisadores, bem como pela possibilidade de atuação em redes de IES e pesquisadores, à luz de um fortalecimento da pesquisa brasileira.

Desse modo, é imperativo considerar que a internacionalização da educação superior, na atual sociedade contemporânea que possui o conhecimento como um dos pilares para o desenvolvimento, está vinculada como um elemento estratégico para tanto. Essa hipótese, por sua vez, em se tratando especificamente do caso brasileiro, pelo processo investigativo dessa dissertação, pôde-se verificar que essa perspectiva está diretamente ligada às metas estabelecidas no âmbito do Plano Nacional de Educação e a internacionalização, pela mobilidade estudantil e docente, visando enriquecimento na formação de nível superior, consolidação da pós-graduação, fortalecimento de grupos de pesquisa, inserção internacional nas redes de pesquisa. Ou seja, as metas estabelecidas no PNE busca, pela internacionalização, promover o desempenho científico e tecnológico do país. Desse modo, ao observar tais metas nacionais e observar as estratégias e ações institucionais de internacionalização da UTFPR, verificou-se alinhamento ao PNE, pois emergem vinculadas ao desenvolvimento institucional e, conseqüentemente, nacional.

No caso específico das políticas identificadas, o Programa Ciência Sem Fronteiras foi uma dessas políticas que, por sua vez, estabeleceu um novo panorama de internacionalização para as IES brasileiras, bem como para a UTFPR pela oportunidade também de estudos no exterior para estudantes de graduação. O Programa está diretamente vinculado a um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e representou para a UTFPR um novo cenário de internacionalização - uma maior inserção internacional – que, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento/estabelecimento de estratégias e ações específicas em

relação a essa área na Instituição. Ademais, cabe ressaltar o Programa Idiomas Sem Fronteiras que busca qualificar candidatos para participação de intercâmbios.

Outros Programas identificados foram o Programa Estudantes-Convênio de Graduação e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação que oferecem oportunidade de formação para estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil possui acordo para estudar em IES brasileiras. Tais programas também estão vinculados à perspectiva de desenvolvimento pela formação de recursos humanos.

Nesse contexto das políticas públicas os principais atores ligados à internacionalização são o Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esses Ministérios e órgãos de fomento ao longo da história se mostraram como fundamentais nesse contexto.

É importante destacar que a internacionalização no cenário brasileiro está em processo de expansão. Nesse enfoque, há que se ressaltar a autonomia universitária e gestão partilhada entre Estado e IES no estabelecimento de programas. Como exemplo, o Programa CSF, que estabeleceu um novo patamar de internacionalização no Brasil, contudo, a centralidade do Estado não proporcionou vínculos entre instituições, sem possibilidades na definição de parceiros estratégicos. Nesse processo, evidencia-se a importância da autonomia universitária – maior independência em relação ao Estado - e estratégias institucionais diante do desafio de integrar a internacionalização aos planos de desenvolvimento institucional das IES com a finalidade de sistematização, organização e prospecção dessa área nas Instituições. Outro desafio é capitalizar a internacionalização na universidade, para além das metas quantitativas, bem como sustentabilidade do processo considerando as particularidades de cada Instituição e os diferentes graus de internacionalização que possuem.

Com relação ao segundo e ao terceiro objetivos específicos propostos - identificar estratégias institucionais de internacionalização da UTFPR e identificar ações institucionais de internacionalização – cabe salientar que estratégias e ações institucionais foram as categorias analíticas do presente estudo, bem como concepções institucionais de internacionalização. Desse modo, ao compreender tais categorias, os objetivos específicos foram respondidos. Pôde-se concluir pela

análise de conteúdo realizada nos documentos institucionais, entrevistas e participação em eventos da UTFPR, que suas estratégias de internacionalização estão vinculadas à perspectiva Institucional; aos servidores; à visibilidade da UTFPR no âmbito internacional; à expansão da mobilidade; ao financiamento e; à articulação regional. Ligadas diretamente a essas estratégias, as ações institucionais representam a materialização das estratégias, como já exemplificadas no capítulo anterior, buscando atingir a meta de ampliação da internacionalização na universidade.

De modo geral, pôde-se perceber que as estratégias e ações correspondem um esforço em colocar/expandir a UTFPR no cenário internacional, bem como representam o cenário atual da Universidade no tocante a essa dimensão que ganhou maior enfoque nos últimos anos e está em processo de expansão. A internacionalização sempre esteve presente na Instituição. Contudo, a partir do Programa Ciência Sem Fronteiras ela despontou de forma mais articulada na Instituição. Cabe destacar ainda, o papel do Diretor de Relações Internacionais de forma singular na atual gestão da internacionalização da UTFPR, buscando além de promovê-la na instituição, com ações que configuram missões no exterior, participação em eventos internacionais. Identificou-se também o papel central dos professores na perspectiva de ampliação de ações de internacionalização da universidade, tais como os acordos e/ou convênios internacionais, pesquisas conjuntas e formação de redes.

Outro aspecto relevante em se tratando das estratégias e ações da UTFPR, refere-se à perspectiva Institucional. Apesar de não apresentar uma política sistematizada e formalizada de internacionalização, há alinhamento às estratégias estabelecidas por políticas tanto no âmbito nacional quanto internacional, bem como às estratégias que estão sendo concebidas de modo geral por outras IES.

Em se tratando da concepção institucional acerca da internacionalização, verificou-se que a UTFPR concebe a dimensão internacional com importância singular na formação profissional e pessoal de seus acadêmicos, professores, pesquisadores e técnicos administrativos, bem como no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão da universidade. Logo, está diretamente ligada ao processo atual de expansão da Instituição.

Ainda, considerando que diferentes racionalidades permeiam as diretrizes estabelecidas pelas IES e países em torno da internacionalização, em relação à

universidade pesquisada, verificou-se que o momento atual estimulado pelo Estado emerge numa racionalidade vinculada à inserção internacional, independente da forma em que o processo ocorre. Ou seja, de forma ativa ou passiva. Há percepção de que a universidade está orientando esforços para a integração da dimensão internacional no ensino, pesquisa e pós-graduação, com a perspectiva de excelência e status a ser obtida que orienta também para a internacionalização, como exemplo os rankings internacionais da educação superior.

Desse modo, cabe ressaltar no que tange aspectos relacionados à perspectiva pós-colonial de internacionalização que também está inserida nas discussões dessa dissertação, observou-se que a gestão da UTFPR compreende o contexto hegemônico em que a internacionalização está inserida, bem como as implicações do mercado globalizado nessa área da educação superior. Contudo, a consolidação de uma internacionalização que tencione o modelo hegemônico ainda precisa ser estimulado e fortalecido, tais como com ações mais efetivas na cooperação Sul-Sul e acordos de cooperação/redes de pesquisa que possam colaborar para a criação de polos de desenvolvimento regional/nacional. O que ocorre atualmente, e não é caso específico da Instituição estudada, é a internacionalização ser considerada como um produto para exportação de recursos humanos para os países centrais e financiamento de suas IES. Essa realidade fortalece a postura hegemônica e emerge na perspectiva de um neocolonialismo.

Outro aspecto evidenciado nas categorias é a abordagem quantitativa que o CSF estabeleceu para a Instituição. Como verificado, a UTFPR é a 12ª instituição no Brasil com maior envio de estudantes para intercâmbios e, 2ª colocada no Estado do Paraná. Tais colocações implicam considerar nesse panorama a dependência do Estado em torno da internacionalização, bem como o planejamento da UTFPR no que tange aos dividendos em relação à formação internacional e intercultural vinculada aos intercâmbios. Ou seja, como de fato isso impacta na UTFPR é algo que precisa ser avaliado e refletido, à luz dos objetivos que a própria internacionalização possui, entre eles, o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se que a internacionalização pode representar possibilidades de desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão da UTFPR e demais IES, pois pela integração de acadêmicos, professores, pesquisadores e técnicos administrativos em outras culturas/instituições, a experiência pessoal e profissional poderá fortalecer

laços de cooperação entre instituições e países, gerando conexões e vínculos entre comunidades científicas que poderão fortalecer redes de pesquisa, aprimorar e desenvolver conhecimentos e técnicas de pesquisa.

Contudo, cabe salientar que no cenário brasileiro a busca por objetivos mais específicos pelas IES em relação a internacionalização é um movimento recente. Dessa forma, as universidades, principalmente as públicas, se deparam com orçamentos limitados, restringindo sua autonomia para atuação no tocante à internacionalização. É preciso considerar que o fomento às estratégias e ações de internacionalização é de extrema importância, pois a participação em eventos internacionais, como exemplo, demanda de recursos. O financiamento da internacionalização da educação superior torna-se limitador e a gestão institucional implica em pensar/captar formas/recursos para esse alcance internacional. Pensar nesse aspecto no Brasil converge para um desafio à gestão das universidades públicas em relação às chamadas universidades de classe mundial e a perspectiva de serem centros de excelência e reconhecimento mundiais. No que tange a UTFPR, *locus* da pesquisa, essas considerações também convergem para a importância de estratégias e ações em relação à internacionalização considerando também sua recente condição como universidade.

Assim, em se tratando de limites e possibilidades na continuação do processo de internacionalização na UTFPR, implica pensar como os acordos/convênios com outras IES no mundo serão mantidos, na estrutura de recepção de acadêmicos estrangeiros e aspectos linguísticos, bem como os laboratórios para desenvolvimento de pesquisas caso um pesquisador queria desenvolver sua pesquisa na Instituição, além da estrutura das relações internacionais nos Câmpus da Instituição. Esses são alguns exemplos que precisam ser pensados/formalizados/estruturados nesse processo de expansão da dimensão internacional. Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma política institucionalizada no atual processo de internacionalização e para a continuação desse processo na universidade.

Desse modo, a partir dos diálogos estabelecidos na presente dissertação, considerando o processo de expansão da internacionalização no mundo e também na própria perspectiva de desenvolvimento da Instituição que está sendo concebida pela internacionalização, a UTFPR, uma universidade pública, em se tratando de objeto de análise no campo da gestão da internacionalização, tem o desafio de

integrá-la ao seu plano de desenvolvimento estratégico, com estabelecimento de uma política clara de internacionalização.

Nesse sentido, esse estudo sinaliza a necessidade de uma política de internacionalização institucionalizada e articulada ao ensino, pesquisa e extensão, bem como à função social da UTFPR, pois a implementação de políticas institucionais, estratégias e ações no tocante à internacionalização convergem para categorias indispensáveis ao processo de gestão, inerentes também ao processo de expansão e consolidação da internacionalização na universidade.

Nesse processo de expansão e integração da dimensão internacional na UTFPR, é preciso considerar também a interdisciplinaridade como fundamental para o planejamento do futuro institucional. O aprofundamento da interdisciplinaridade nos formatos institucionais e na reestruturação curricular são elementos importantes para a formação intercultural que a internacionalização propõe. Assim, é válido ressaltar a vinculação da temática do presente estudo à perspectiva interdisciplinar que é característica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, bem como a própria finalidade da internacionalização, entre elas, complementar a dimensão local, pelo fortalecimento das IES e, conseqüentemente, da região.

Por fim, ressalta-se que essa dissertação buscou contribuir com elementos para discussão da internacionalização da educação superior, bem como para uma sistematização de elementos acerca da dimensão internacional da Instituição. Assim, pode-se compreender atuais concepções, estratégias e ações institucionais em relação à temática na universidade. Logo, esse estudo não se esgota aqui, apontando para futuras investigações acerca dos movimentos da internacionalização, dos limites, possibilidades e desafios na continuação desse processo na Instituição. Ou seja, na investigação de quais resultados a internacionalização está efetivamente trazendo para a UTFPR; como ocorre a contribuição para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, buscando compreender as implicações/impacto em ter profissionais com experiência internacional na formação para o desenvolvimento da Universidade, bem como para o desenvolvimento regional, ênfase do próprio Programa de Mestrado que essa dissertação se insere.



## REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e Desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALTBACH, Philip G. **The Costs and Benefits of World-Class Universities**. 2004. Disponível em: <<http://bcct.unam.mx/adriana/bibliografia%20parte%202/ALTBACH,%20P..pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Corrupção: desafio à internacionalização**. In: International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education. Número 69, Verão, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE69port.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Troca de cérebros ou fuga de cérebros: alguém se importa com os países em desenvolvimento?** In: International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education. Número 72, Verão, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE72port.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação / Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES - **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. 2012. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1360930928PEEXIU.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf)>. Acesso em 20. mai. 2014

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES -. **Uma Agenda De Desenvolvimento Para As Universidades Federais**. 2014. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1400698106Agenda\\_Universidades\\_Federais\\_-\\_21-5-14.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1400698106Agenda_Universidades_Federais_-_21-5-14.pdf)>. Acesso em 20 mai. 2015.

BANCO MUNDIAL – BM. **Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria**. 2003. Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/TERTIARYEDUCATION/Resources/Documents/Constructing-Knowledge-Societies/CKS-spanish.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERNHEIM, Carlos T.; CHAUÍ, Marilena de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.

BOISIER, S. Desarrollo (local): **¿ De qué estamos hablando ?** In: Madoery, Oscar e Vázquez Barquero, Antonio (eds.), Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BRASIL. Ministério Da Educação - MEC – **Idiomas Sem Fronteiras**. 2015. Disponível em:< <http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em 07 mai. 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação - MEC – **Ciências Sem Fronteiras** – Disponível em:<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 05 mai. 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação – MEC. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em:** < [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 05 abr 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação – MEC. **Plano Nacional de Educação (2014-2024). 2014.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 05 abr 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. **Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530id=12276option=com\\_contentviewmost](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530id=12276option=com_contentviewmost). Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** – CNPq – Disponível em <<http://www.cnpq.br/web/guest/competencias>>. Acesso em: 20 fev 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** - CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>>. Acesso em 20 fev 2015.

BRASIL. Decreto nº. 7.642 de 13 de dezembro de 2011. **Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Vol I. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Vol II. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Presidência da República. Brasília, DF: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em nov 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ – CEFET-PR. **Prestação de Contas 2001.** Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio2001.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ – CEFET-PR. **Prestação de Contas 2002.** Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/contas2002.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ – CEFET-PR. **Prestação de Contas 2003.** Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao>>

institucional/relatorios-de-gestao/Prestacao\_de\_Contas\_Cefet\_2003.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ – CEFET-PR. **Prestação de Contas 2004**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/prestacaodecontas2004.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CEPAL. **Globalização e desenvolvimento**. Vigésimo nono período de sessões. Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed.. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

CUERVO, Luis Mauricio. **Desarrollo Económico Local: Leyendas y realidades**. Universidad de Los Andes, Territorios, Bogotá, n. 1, p. 9-24, Enero/1999. Disponível em: < <http://www.eumed.net/rev/oidles/08/lmcg2.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2015.

DE WIT, Hans. **Changing rationales for the internationalization of higher education**. In: Internationalization of higher education: an institutional perspective. Bucharest, Romania: UNESCO/CEPES, 2000. Disponível em: < <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/6477/5700> >. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Repensando o conceito de internacionalização**. International Higher Education. In: International Higher Education. Número 70, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE70port.pdf>> Acessado em 20 mai. 2014.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior, globalização e democratização**. Qual universidade? Educ. Bras. Brasília. nº 28, p. 164-173, 2005. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext) >. Acesso em: 15 mar. 2015.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 2005. Disponível em:

[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Tonico/2s2012/Texto\\_1.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tonico/2s2012/Texto_1.pdf). Acesso em: 20 out. 2015.

FILHO, Naomar de Almeida. **Universidade Nova no Brasil**. In. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

Disponível

em<<https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FÓRUM LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – FLAES. **Pertinência E Equidade Na Educação Superior Na América Latina E Caribe**. Declaração De Foz Do Iguaçu, 2014. Disponível em: <[https://unila.edu.br/sites/default/files/files/FLAES%20final%2018\\_11%20-%20tarde-Formatado.pdf](https://unila.edu.br/sites/default/files/files/FLAES%20final%2018_11%20-%20tarde-Formatado.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Programa De Internacionalização Da Extensão Universitária (Interext)**. Texto apresentado ao XXXIV Encontro do FORPROEX – Palmas/TO, 6 a 9 de novembro de 2013. Disponível em:< [http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2013/11/inter\\_ext.pdf](http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2013/11/inter_ext.pdf) >. Acesso em: 20 nov. 2015.

FRANCO et al. **Interdisciplinaridade e Formatos Institucionais**. Anais do Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão – Região Sul. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2013. Disponível em: <[http://www.siepe.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/0-SIEPE\\_Capa-Apresentacao-e-Indice-v3-Web.pdf](http://www.siepe.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/0-SIEPE_Capa-Apresentacao-e-Indice-v3-Web.pdf)>. Acesso em 15 out 2015.

FRANCO, Maria E. D. P. **Globalização, internacionalização e cooperação institucional**. In: SOARES, Maria Susana Arosa (Coord). Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002, p. 309-331.

\_\_\_\_\_. MOROSINI, Marília C.; **Gestão Democrática e Autonomia Universitária: Educação Superior no Brasil e o Mercosul**. In. SGUISSARDI, W. (Org.); FRANCO, M. E. D. P. (Org.); MOROSINI, M. C. (Org.). Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão. Brasília: INEP, 2005, v. 20, p. 29-54.

Gacel-Ávila, Jocelyne. **La dimensión internacional de las universidades mexicanas**. EDUCACIÓN SUPERIOR y SOCIEDAD VOL 11, 2000. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/view/360/300> >. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **La internacionalización de la educación superior: paradigma para la ciudadanía global.** Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2003.

\_\_\_\_\_. **Comprehensive Internationalization in Latin America.** Novembro, 2011. Disponível em [http://www.nafsa.org/\\_/File/\\_/ti\\_latin\\_america.pdf](http://www.nafsa.org/_/File/_/ti_latin_america.pdf). Acesso em: 25 jun. 2015.

GADOTTI, Moacir. **O Mercosul Educacional e os Desafios do Séculos 21.** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa social.** 6. ed. Ed. 2.reimpr . São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Jorge Almeida. “**Internacionalização das IES é tema de conferência na SBPC**”. In: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article?id=7090:internacionalizacao-das-universidades-brasileiras-e-tema-de-conferencia-na-reuniao-anual-da-sbpc>>. Acesso em 05 nov. 2015.

HAZELKORN, Ellen. **Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas.** 2009. Disponível em: <[http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed01\\_maio2010/pdf/Ed01\\_marco2010\\_ranckings.pdf](http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed01_maio2010/pdf/Ed01_marco2010_ranckings.pdf)>. Acesso em 01 nov. 2015.

HENCHEN, Luana; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; PEZARICO, Giovanna. **Internacionalização Da Educação Superior - Experiências dos acadêmicos da UTFPR no Programa MARCA.** In: XIX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da UTFPR, 2014, Medianeira. Anais do XIX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da UTFPR, 2014.

IOP, Jozeane; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; PEZARICO, Giovanna. **Internacionalização e Avaliação da Pós-Graduação (Stricto Sensu): Racionalidade Hegemônica e Resignificações no Local.** 2013. Disponível em: <[http://aforges.org/conferencia3/docs\\_documentos/SESSOES%20PARALELAS/4\\_Tendencias%20Internacionais%20e%20Políticas%20de%20Educacao%20Superior/J%20Iop\\_M%20Rubin\\_G%20Pezarico\\_Internacionalizacao%20e%20Avaliacao.pdf](http://aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/4_Tendencias%20Internacionais%20e%20Políticas%20de%20Educacao%20Superior/J%20Iop_M%20Rubin_G%20Pezarico_Internacionalizacao%20e%20Avaliacao.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodelled: Definitions, Rationales and Approaches**. Journal of Studies in International Education. 2004. Disponível em: <[http://www.truworld.ca/\\_\\_\\_shared/assets/Internationalization-Remodeled29349.pdf](http://www.truworld.ca/___shared/assets/Internationalization-Remodeled29349.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Un Modelo de Internacioanlización: Respuesta a Nuevas Realidades Y Retos**. In: De Wit et al. Higher Educación Superior en América Latina: La dimensión internacional. Bogotá, Colombia. Banco Mundial. 2005. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/11/10/000090341\\_20061110132821/Rendered/PDF/343530SPANISH0101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/11/10/000090341_20061110132821/Rendered/PDF/343530SPANISH0101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cinco Verdades Sobre Internacionalização**. International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education. Journal for Studies in International Education. Número 69. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE69port.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Universidades apostam na internacionalização**. Entrevista. Extra, Julho, 2014. Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/universidades-apostam-na-internacionalizacao/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

KREIMER, Pablo. **Internacionalização e tensões da ciência latino-americana**. Cienc. Cult. vol.63 no.2 São Paulo Apr. 2011. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v63n2/a18v63n2.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

LAUS, Sônia Pereira; MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalización de la Educación Superior en Brasil**. In: Educación Superior en America Latina: la dimensión internacional. Bogotá, Banco Mundial, 2005. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/11/10/000090341\\_20061110132821/Rendered/PDF/343530SPANISH0101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/11/10/000090341_20061110132821/Rendered/PDF/343530SPANISH0101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2015.

LEASK, Betty. **A internacionalização do currículo e a aprendizagem de todos os estudantes**. In: International Higher Education. Número 78. 2015. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/a-internacionalizacao-do-curriculo-e-a-aprendizagem-de-todos-os-estudantes>>. Acessado em Nov. 2015.

LEE, Jenny J. **A falsa aura da internacionalização**. In: International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education.

Número 72, Verão, 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE72port.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. **Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?** Avaliação. Campinas, vol.17 n. 3 Sorocaba Nov. 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000300009>>. Acesso em 25 Jan. 2015.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.** Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 1, Mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 abr. 2015

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina. M. S. A. **O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>> Acesso em 05 jun. 2015.

LIMA, Manolita C; CONTEL, Fábio B. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira.** 5<sup>ème</sup> colloque de l'IFBAE – Grenoble, 18 et 19 mai 2009. Disponível em: <[ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0095.pdf](http://ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0095.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento – Cap. I, II, III e IV.** São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 349-380, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/A-UNIVERSIDADE-TECNOLOGIA-E-SUA-RELACAO-COM-O-ENSINO-MEDIO.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO, Carolina. M. S. A. LIMA, Manolita Correia. **Políticas Curriculares da Internacionalização do Ensino Superior: multiculturalismo ou semiformação?**



EnANPAD. 2009. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ1703.pdf> >. Acesso em 25 jun. 2015.

MELLO, Diene Eire de. **Esquema I e sua contribuição para a prática docente no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná** (Dissertação de Mestrado). Curitiba, 1997.

MERCOSUL. **Setor Educativo do MERCOSUL.** Disponível em:<<http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.htm>.> Acesso em: 05 fev. 2015.

MERCOSUL. **Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – MARCA** . Disponível em: <http://programamarca.siu.edu.ar/>. Acessado em: 15 nov. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização da Educação Superior: Um modelo em construção?** In: Inovação e empreendedorismo na universidade. Jorge Luis Nicolas Audy e Marília Costa Morosini (Orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006a. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeempreendedorismo.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas**. In Educação Superior no Brasil – 10 Anos Pós-LDB. 2008. Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (Organizadores). Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf>>. Acessado em: 30 mar. 2015

MOROSINI, Marília Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **Expansão Da Educação Superior No Brasil Pós-Ldb: Organização Institucional e Acadêmica**. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 119-

140, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/11/15034-60178-2-PB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2015.

MOURA, Bruno Azevedo; MOURA, Leides Barroso Azevedo. **Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional**. Acta Scientiarum. Maringá, v. 35, n. 2, p. 213-222, July-Dec., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20400/pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. MOROSINI, Marília Costa. **Cooperação Universitária no MERCOSUL**. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1029/931>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), em São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **As transformações recentes no ensino superior no Brasil: desafios contemporâneos**. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

OCDE. **International Migration: The Human Face of Globalisation. 2009**. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/0109111e.pdf?expires=1446395687&id=id&accname=guest&checksum=C665C21C6E2DDBAAC678DD7B0F48FA0>>. Acesso em 18 out. 2015.

OCDE. Indicadores Educacionais em Foco. **De que forma está mudando o conjunto de talentos global?** 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/INDICADORES%20EDUCACIONAIS%20EM%20FOCO%20N%C2%B05.pdf>>. Acesso em 18 out. 2015.

PORTO, Claudio Porto; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 – uma abordagem exploratória**. 2003. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendencias cenários2003-2025.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PROJETO ALISIOS. **Estratégias De Internacionalização Na Europa E No Brasil E O Impacto Do Programa Ciência Sem Fronteiras**. 2015. Disponível em: <<http://www.uc.pt/iii/iniciativas/alisios/doc2>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

RAYNAUT, Claude. **Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinária**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul./dez. Editora UFPR. 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3089/2470>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

RIBEIRO, Danilla Borges. **Fronteiras que oprimem: a internacionalização do ensino superior**. Universidade E Sociedade. ANDES-SN, Agosto de 2015. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1377515257.pdf>. Acesso em: 03 Dez. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Peres, J. A.S et al (colaboradores). 3. Ed. 11. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. **Produção de conhecimento: pós-graduação interdisciplinar (stricto sensu) na relação sociedade-natureza**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28811/000772960.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 out. 2015.

SANTOS, Fernando Seabra; FILHO, Naomar de Almeida. **A Quarta Missão da Universidade: Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo. 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. (CES). Coimbra, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007: 3-46. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147\\_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal\\_RCCS78.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SPELLER, Paulo. **O papel da educação superior nos países em desenvolvimento: o caso do Brasil**. MACAU - 2.<sup>a</sup> Conferência. Por um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. 2012. Disponível em: [http://aforges.org/conferencia2/docs\\_documentos/Paineis\\_Principais/Speller\\_Paulo%20\(BR\).pdf](http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paineis_Principais/Speller_Paulo%20(BR).pdf) >. Acesso em: 16 dez. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEEBELBERG, Christoph; HELLER, Wolfram. **Cooperation Brazil: Education Technology Humanity 1989-2010**. HOCHSCHULE, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião?** In: MOROSINI, Marília (org.) A universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Rumo à Universidade Mundial – e a Universidade será feita à sua Imagem e Semelhança**. 2005. In: Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão. 2005. Disponível em: <http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Autonomia-Universitaria-TEXTODISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-20.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2015.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior.** Educação Brasileira , Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2003.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras.** Caxias do Sul: Educus, 2004.

TEICHLER, Ulrich. **The Changing debate on Internationalization of higher education.** Higher Education, nº. 48, 2004 Disponível em:<[http://ihea6.um.ac.ir/uploading/ihea6.um.ac.ir/images/The\\_Changing\\_Debate\\_on\\_Internationalisation\\_of\\_Higher\\_Education.pdf](http://ihea6.um.ac.ir/uploading/ihea6.um.ac.ir/images/The_Changing_Debate_on_Internationalisation_of_Higher_Education.pdf)> Acesso em: 15 out. 2015.

TRINDADE, Hélio. **Universidade Ciência e estado.** In. Universidade em Ruínas: na república dos professores. Porto Alegre: Vozes, 1999. p.9-23.

UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização.** Anais. – Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003. 208p. Disponível em: <<http://sinter.ufsc.br/files/2015/08/Texto-1-UNESCO.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação** – 1998. Disponível em:<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UNESCO. **Educação Um Tesouro a Descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 1996. Disponível em:<<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>Acesso em: 10 nov. 2015.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social.** ED.2009/CONF.402/2. Disponível em: <[http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE\\_2009/FINAL%20COMMUNIQUE%20WCHE%202009.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009/FINAL%20COMMUNIQUE%20WCHE%202009.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2015.

UNESCO. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020.** Organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

UNESCO. **Fundamentos da nova educação**. Jorge Werthein e Célio do Cunha. Brasília: Cadernos UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. **USP 2034: Planejando o Futuro**. Organizadores: Suely Vilela, Franco Maria Lajolo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/a-usp/desafios-institucionais-2014/usp\\_2034\\_\\_planejando\\_o\\_futuro\\_\\_livro\\_recentemente\\_publicado\\_pela\\_comissao\\_de\\_planejamento\\_da\\_usp1.pdf](http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/a-usp/desafios-institucionais-2014/usp_2034__planejando_o_futuro__livro_recentemente_publicado_pela_comissao_de_planejamento_da_usp1.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. **Grupo De Pesquisa Sobre História Da Eletrônica Na Utfpr** 2015. Acesso em: 15 nov. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR - **História da Universidade**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. **Licenciatura em informática ofertará disciplina totalmente em inglês**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/franciscobeltrao/estrutura-universitaria/assessorias/ascom/noticias/acervo/licenciatura-em-informatica-ofertara-disciplina-totalmente-em-ingles>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR - **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004-2008**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR - **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-intitucional-pdi-2009-2013>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR - **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/pdi-2013-2017/plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2017/view>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR - **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR**. Pato Branco, 2015. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/conheca-o-ppgdr/objetivos-1>. Acesso em: 10 fev. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Prestação de Contas 2005**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/prestacaodecontas2005.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Prestação de Contas 2006**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/prestacaodecontas2006.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Prestação de Contas 2007**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio2007.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Prestação de Contas 2008**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio\\_2008\\_versao\\_couni.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio_2008_versao_couni.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Prestação de Contas 2009**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG2009.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG\\_2010.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG_2010.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG\\_2011.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/RG_2011.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

institucional/relatorios-de-gestao/relatorio\_gestao\_2011\_UTFPR.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio\\_gestao\\_2012\\_20130510.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio_gestao_2012_20130510.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio\\_utfpr\\_2013\\_VFinal.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio_utfpr_2013_VFinal.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorio-de-gestao/2014\\_relatorio-de-gestao](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorio-de-gestao/2014_relatorio-de-gestao)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI**. 2007. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/projeto-politico-pedagogico-institucional-1/projeto-politico-pedagogico-institucional/view>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - **Relações Interinstitucionais**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-relacoes-interinstitucionais>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. **1º Workshop De Internacionalização**. 2014. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/dircom/noticias/noticias/link/1o-workshop-de-internacionalizacao-da-utfpr>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VIEIRA PINTO, Alvaro. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sete lições para a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.



WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; RUBIN-OLIVEIRA, Marlice. **Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2010, vol.18, n.67, p. 215-234. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a03v1867.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Roteiro Para Entrevista

### Título da Pesquisa:

**Internacionalização da Educação Superior: Estratégias e Ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.**

### Objetivo Geral:

**Analisar as estratégias e ações de internacionalização da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).**

#### **1. Identificação do Entrevistado:**

- Nome:
- Data:
- Horário entrevista:
- Qual sua função?
- Tempo na função?
- Quanto tempo está vinculado na UTFPR?

#### **2. Concepções**

- Como o senhor percebe a internacionalização da educação superior no Brasil? (Questão histórica – CEFET – trajetória da UTFPR - percepção do todo)
- Em que condições a internacionalização se desenvolve hoje? (No Brasil)
- Com relação ao processo de internacionalização da UTFPR. Quais influências o senhor percebe nesse processo (experiência de outras universidades)

#### **3. Estratégias**

- Como a internacionalização se insere na agenda universidade neste momento? (objetivos)
- Quais as diferenças – o que mudou – se comparadas a outros momentos da instituição?
- Como as estratégias se vinculam nas:
  - Políticas de ensino?
  - Políticas de pesquisa?
  - Políticas de extensão?
- Definida as estratégias, como percebe/está ocorrendo a implementação desse processo.

#### **4. Ações**

- Quais as principais ações de internacionalização?
- Quais são os agentes ou atores que tem conduzido essas ações?

#### **5. Finais:**

- Qual espaço a UTFPR ocupa no contexto da internacionalização da educação superior?
- Qual sua percepção em relação aos resultados decorrentes da internacionalização?
- Que outras pessoas o senhor considera importantes para serem entrevistadas?
- Considerações finais do entrevistado.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O pesquisador, **Marcelo Tavares**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco, está executando atividades de pesquisa vinculadas a elaboração da dissertação de Curso intitulada **“Internacionalização da Educação Superior: Estratégias e Ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná”**, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlize Rubin Oliveira e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovanna Pizarico. A pesquisa tem como objetivo **“Analisar estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior na UTFPR”**. Este estudo também é parte do grupo de pesquisa intitulado **“Desafios da Internacionalização da Educação Superior Brasileira: universidades de classe mundial”** que tem como finalidade refletir sobre universidades de classe mundial, sobre os movimentos e políticas públicas que buscam inserir as universidades brasileiras nesse contexto (Chamada Universal - MCTI/CNPq nº. 14/2014).

Sua colaboração na pesquisa será de suma importância para o desenvolvimento da mesma. Por isso, pedimos a sua participação e autorização para a realização de coleta de dados atinentes a referida pesquisa através do fornecimento de informações por meio de: observação direta, conversas informais, documentos oficiais, questionários e/ou entrevistas. Suas informações serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e não serão objeto de avaliação pessoal no sentido de verificação de acerto ou erro. A participação na pesquisa não envolve risco físico, tampouco constrangimento de qualquer natureza. Os envolvidos terão pleno direito de censura sobre os conteúdos que fornecerem individualmente. A preservação da identidade dos participantes, considerando o caráter ético desta pesquisa, somente será divulgada mediante o consentimento dos participantes.

Se a qualquer momento desejar informações adicionais sobre as pesquisas ou, se não querendo mais participar, desejar interromper sua participação, pode entrar em contato pelo telefone **(46) 8807-6239** ou pelo e-mail: **marcelotavaresdv@hotmail.com**.

**Marcelo Tavares**  
**Pesquisador**

Eu, \_\_\_\_\_, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo denominado **“Internacionalização da Educação Superior: Estratégias e Ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná”**, cujo objetivo é **“Analisar estratégias e ações institucionais de internacionalização da educação superior na UTFPR”**.

A minha participação no referido estudo será no sentido de informar percepções através de questionário específico e roteiro de entrevista semi-estruturada.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, não envolverá riscos de qualquer natureza. Estou ciente de que minha privacidade e sigilo de identificação serão respeitados.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa. Fui informado sobre os pesquisadores envolvidos no projeto e com eles poderei manter contato pelos telefones e e-mail anteriormente informados.

É assegurado o esclarecimento durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_